

rbcc REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LIII Nº 270 – NOVEMBRO/DEZEMBRO 2024



Reportagem
Pesquisa em Contabilidade:
um caminho para promover
o desenvolvimento sustentável

Conheça os vencedores do Prêmio Olívio Koliver.

Artigos abordam importantes temas para a profissão



SUMÁRIO

Palavra do Presidente

3



Reportagem

Pesquisa em Contabilidade: um caminho para fortalecer a profissão e promover o desenvolvimento sustentável

Lorena Molter

5



Artigo Convidado

A inflação ainda existe e é alta. Por qual razão ela não foi discutida na privatização da Sabesp?

Ariovaldo dos Santos, Eliseu Martins e Alexandre Evaristo Pinto

15



Artigo

Reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023: evidências a respeito das atividades cotidianas do profissional da contabilidade

Fellipe Matos Guerra e Marcelo Botelho da Costa Moraes

25



Artigo

Reflexos da pandemia no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico no Brasil

Vivian Duarte de Lima, Marcielle Anzilago e Renata Bissi de Oliveira

45



Artigo

A contabilidade e a divulgação de informações financeiras em relatórios de sustentabilidade: o direcionamento exigido na norma IFRS S1

Mariana Moreira Soeiro e José Paulo Cosenza

59



Artigo

Correlação entre otimismo, esperança e comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis dos Campos Gerais

Camila Paes Carneiro, Gisleine Vanessa Machado, Antonio Nadson Mascarenhas Souza e Iago França Lopes

85



Artigo

ICMS Ecológico e suas diferentes realidades no Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Região Nordeste

Franklin Vieira de Araújo, Kleiton Mendes da Silva e Noedson Rocha de Araújo

103

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2024 marcou avanços significativos no âmbito da formação acadêmica e da capacitação na área da Contabilidade. Dois grandes eventos podem ser destacados nesse sentido: a publicação das novas Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, e a realização do 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC).

O aprimoramento contínuo no ensino fortalece a profissão, o que reflete em uma série de benefícios para a sociedade e o país. A população e o mercado passam a receber serviços com ainda mais qualidade; as informações disponibilizadas pela classe contábil tornam-se mais seguras para a tomada de decisões estratégicas; e a transparência, a conformidade e o controle social alcançam patamares mais elevados. Assim, a nação fica mais competitiva no ambiente internacional, o que pode ser revertido em mais benefícios internos.

A partir das novas diretrizes, serão formados profissionais mais bem preparados para lidar com as necessidades do mercado e com as exigências globais. A classe contábil assessora governos de todas as esferas e presta consultoria para empresas de todos os portes. Dessa forma, entregar para a sociedade profissionais capazes de alinhar as atividades contábeis com o atendimento às demandas ambientais, sociais e de governança proporciona, de fato, impulsiona desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, manter a atualização contínua dos profissionais que já estão no mercado é outra ação basilar para a evolução das Ciências Contábeis e o desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade teve um ano com grandes conquistas, com destaque para a aprovação das normas de divulgação de sustentabilidade. A Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) manteve o seu

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

padrão de excelência e trouxe suas seis edições anuais. Houve ainda um grande fechamento: a entrega do Prêmio Olivio Koliver – tema de uma das reportagens deste exemplar.

Encerramos 2024 certos de que colaboramos para honrar duas máximas que defendemos no CFC. A primeira ressalta a relação direta entre a capacitação e a excelência. A segunda afirma que academia e mercado precisam estar sempre integrados para a profissão elevar-se cada vez mais.

O futuro, sem dúvida, é reflexo das ações do presente. Assim sendo, o tema da Revista Especial da RBC 2025 está definido e os interessados já podem enviar artigos. O assunto central da edição será Educação e Pesquisa em Contabilidade. Os detalhes sobre o mencionado exemplar podem ser conferidos na reportagem principal desta publicação.

Desejamos que 2025 venha repleto de produções acadêmicas de qualidade, afinal, pesquisa e academia fortes são sinônimos de uma profissão mais evoluída e alinhada com as necessidades mercadológicas, econômicas e sociais, justamente o que precisamos para colaborar com o desenvolvimento sustentável do país. Boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 270, novembro/dezembro de 2024 –
periódico bimestral - ISSN 0104/8341

> Editor

Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> Conselho Diretor

Presidente

Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidentes

Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Maria Dorgivânia Arraes Barbará
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro

> Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aguinaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Brunno Sitônio Fialho de Oliveira
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Ian Blois Pinheiro
Contador Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiucya Julião de Moura Manfredini
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz

> Conselheiros Suplentes

Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Helcimar Araujo Belém Filho
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Jose Luiz Marques Barreto
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florência Viana
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contadora Maria Lery Adânia de Sylos
Contadora Marise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Norton Thomazi
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contadora Vitória Maria da Silva
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes

> Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> Conselho Editorial da RBC

Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antonio Ralha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colauto
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Glaucio Lopes Lucena
Doutor Vanderlei dos Santos

> Jornalista Responsável

Daniel Guerra – 8298-DF

> Redação

Lorena Molter

> Projeto Gráfico

Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> Diagramação

Jailson Belfort e Thiago Luis

> Revisão

Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Almeida

> Ilustrações

Jailson Belfort

> Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

> Artigos

Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REPORTAGEM

Pesquisa em Contabilidade: um caminho para fortalecer a profissão e promover o desenvolvimento sustentável

Por Lorena Molter

Educação e Pesquisa em Contabilidade será a temática da RBC Especial de 2025. Os interessados em submeter artigos têm até o dia 30 de abril de 2025 para enviar os trabalhos. O resultado da seleção dos artigos deve ser divulgado até 15 de julho do mesmo ano e a publicação está prevista para ocorrer em setembro, por meio físico e digital.

A Contabilidade está em constante transformação. A prática contábil precisa ser adaptada continuamente às mudanças que ocorrem no mercado e na economia. Adicionalmente, a combinação entre os avanços da tecnologia e da globalização trouxe novas exigências na forma de pensar e de conduzir a profissão.

O meio acadêmico e os estudos no campo das Ciências Contábeis também são impactados por essa dinâmica que caracteriza a Contabilidade. Nesse contexto, o assunto escolhido como temática da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) Especial de 2025 foi Educação e Pesquisa em Contabilidade.

Vanderlei dos Santos, professor doutor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e coordenador da edição especial de 2025, explica que o tema foi escolhido em uma das reuniões da equipe editorial da RBC. Segundo o acadêmico, a proposta era abordar “os desafios urgentes e contemporâneos na Educação e Pesquisa em Contabilidade”. O assunto selecionado carrega uma série de aspectos que precisam ser analisados no intuito de adequar a profissão e as pesquisas às novas realidades sociais e econômicas. “Ele reflete uma necessidade de adequação da formação contá-

bil às rápidas transformações globais, tanto tecnológicas quanto socioeconômicas. Fatores como a digitalização, o impacto das novas tecnologias no ensino (big data, inteligência artificial, blockchain) e a crescente demanda por sustentabilidade e responsabilidade social estão entre as questões que impulsionaram a escolha do tema. Há também uma atenção especial ao problema da evasão escolar e à necessidade de formar contadores com competências tanto técnicas quanto comportamentais, incluindo liderança, pensamento crítico e habilidades de comunicação”, explica o professor.

Nesse contexto, a equipe editorial da RBC sugeriu nove temas para serem abordados nos artigos que serão submetidos. As temáticas são: educação contábil e tecnologia; sustentabilidade e responsabilidade social na formação contábil; formação de competências técnicas e comportamentais; evasão no ensino superior; aprendizagem e desempenho acadêmico; estratégias de ensino e metodologias ativas na educação superior; formação e prática docente em contabilidade; gestão curricular; e produção científica e impacto social. Contudo, outros assuntos podem ser abordados, desde que estejam no âmbito da macrodiscussão proposta.

Benefícios desse debate

A academia e o mercado estão inter-relacionados. As pesquisas geram respostas para variadas demandas que surgem na prática diária da Contabilidade. Por isso, a escolha do tema da RBC Especial traz ganhos tanto para as faculdades de

Ciências Contábeis como para a sociedade. “A comunidade acadêmica ganha uma oportunidade de refletir sobre suas práticas e metodologias, especialmente em um momento em que a educação contábil enfrenta múltiplos desafios”, afirma Santos.

De acordo com o professor, entre os pontos que precisam ser observados, com atenção especial nesse cenário, estão a adaptação à tecnologia; a evasão escolar; a sustentabilidade e a responsabilidade social; e as mudanças no mercado de trabalho.

Sobre as questões que envolvem a sustentabilidade e a responsabilidade social, Santos ressalta a emergência relacionada a esses assuntos e a formação de profissionais para lidar com preocupações que alcançam todo o planeta. “Ao integrar esses temas ao currículo contábil, a educação pode formar profissionais mais conscientes das exigências globais por transparência, governança e práticas empresariais responsáveis. Isso fortalece a formação dos contadores para lidar com os desafios ambientais e sociais que impactam as empresas contemporâneas. Contudo, precisamos

discutir maneiras de incorporar essas questões no ensino da Contabilidade. Para tanto, necessitamos de pesquisas teórico-empíricas”, contextualiza.

As mudanças culturais no mercado de trabalho também estão incluídas nessa discussão, de modo que se tornam temáticas a serem trabalhadas nos bancos das universidades. Há algumas décadas, o conheci-



Foto: Acervo pessoal

Professor doutor Vanderlei dos Santos, coordenador da edição especial de 2025

mento técnico de um profissional era o seu principal cartão de visitas. Com o passar dos anos, essa realidade se transformou e, atualmente, as chamadas *soft skills* – ou habilidades comportamentais – são cada vez mais valorizadas. “A educação contábil precisa formar profissionais que atendam às novas exigências do mercado global, em que competências técnicas devem ser equilibradas com habilidades comportamentais, como liderança e resolução de problemas. A discussão e as pesquisas sobre o assunto são pertinentes e podem auxiliar e incentivar transformações nos projetos pedagógicos dos cursos”, aponta o professor.

Os avanços da pesquisa em educação contábil trazem benefícios concretos para a profissão e para a sociedade. A partir de novos estudos e adequações na formação e nas grades curriculares, como proposto, inclusive, nas novas Diretrizes Curriculares para o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, aprovadas em 2024, o mercado passa a receber profissionais com conhecimentos multidisciplinares e transdisciplinares.



“A educação contábil precisa formar profissionais que atendam às novas exigências do mercado global, em que competências técnicas devem ser equilibradas com habilidades comportamentais, como liderança e resolução de problemas.”

Trata-se de contadores que vão muito além da preparação estritamente técnica e carregam competências que permitem enxergar o mundo e agir de forma mais estratégica e adequada às necessidades globais. “Para a profissão contábil, os avanços das pesquisas na área de educação podem direcionar a formação dos profissionais às novas exigências do mercado, tornando os contadores mais aptos a atender às demandas das empresas e da sociedade como um todo. As pesquisas também auxiliam no desenvolvimento de competências além das técnicas, como a capacidade de liderar, comunicar de forma eficaz e tomar decisões éticas. Contadores com essas competências estão mais preparados para ocupar posições estratégicas dentro das organizações, influenciando diretamente as políticas financeiras e de governança”, destaca.

Esse novo cenário reflete na sociedade, o que é a grande contemplada desse processo. O profissional da contabilidade possui grande influência socioeconômica, de modo que o seu trabalho impacta os rumos do país. A classe contábil assessora governos de todas as esferas e empresas de todos os portes. Por meio das atividades contábeis, o calendário tributário brasileiro é movimentado, e a transparência,

a conformidade e o controle social são fortalecidos. “Com a formação de contadores mais qualificados e conscientes das exigências éticas e ambientais, as empresas passam a atuar de maneira mais transparente e responsável. Isso beneficia a sociedade ao promover um ambiente de negócios mais ético, com relatórios financeiros mais confiáveis e processos empresariais que respeitam os princípios de sustentabilidade. Além disso, a pesquisa também pode direcionar políticas educacionais e profissionais que favorecem a inclusão e a redução de desigualdades no ensino contábil, o que, em longo prazo, beneficia a sociedade ao garantir oportunidades mais equitativas de formação e atuação para diferentes grupos sociais”, conclui.

Como participar

A equipe editorial da RBC já está recebendo os artigos para a edição especial, que conterà seis trabalhos. O prazo para a submissão dos materiais é o dia 30 de abril de 2025. Os interessados devem enviar as suas produções, exclusivamente, para o e-mail rbcartigos@cfc.org.br. O resultado da seleção dos artigos deve ser divulgado até 15 de julho do mesmo ano e a publicação está pre-

vista para ocorrer em setembro, por meio físico e digital. Entre as seis edições da revista veiculadas anualmente, o exemplar especial é o único impresso do ano.

Conheça a seguir as regras de submissão:

Regras para submissão

1. O artigo poderá ser submetido com até quatro autores.
2. O texto deve ter entre 10 e 15 páginas, incluídos o resumo, as considerações finais e/ou a conclusão, e as referências.
3. Os trabalhos submetidos à Revista Brasileira de Contabilidade deverão ser inéditos no Brasil e sua publicação não deve estar pendente em outros veículos, sejam eles impressos ou eletrônicos.
4. Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos na Revista Brasileira de Contabilidade, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (internet, e-book, etc.).
5. O envio de material para a revista implica declaração tácita de ineditismo do estudo.
6. Os trabalhos submetidos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.
7. Os artigos publicados nesta Edição Especial não concorrem ao Prêmio Olívio Koliver.
8. As demais regras da revista estão disponíveis em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/about/submissions> (ler com atenção).
9. O seguinte e-mail está disponível para contato e para submissão de artigos: rbcartigos@cfc.org.br.

Fonte: equipe editorial da RBC.

Prêmio Olivio Koliver é entregue para pesquisadores dos estados de Mato Grosso e Bahia

Artigo vencedor teve como título “Desvendando o efeito dos juros sobre capital próprio: impacto no valor de mercado e capitalização das empresas na B3”. Reconhecimento foi entregue durante Reunião Plenária realizada no Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília/DF, e contou com a presença da equipe editorial da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

A última Reunião Plenária de 2024 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada em 12 de dezembro, foi marcada pela entrega do Prêmio Olivio Koliver. O reconhecimento é concedido para o melhor artigo publicado em uma das edições da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) no ano anterior à premiação.

A entrega do reconhecimento contou com a presença da coordenadora da RBC, professora doutora Jacqueline Veneroso, e da equipe editorial da revista. A acadêmica ressaltou a honra em estar no CFC para entregar o prêmio, que descreveu ser um sucesso. “É uma revista centenária e temos um prazer muito grande de trabalhar com isso. É uma honra estar à frente desse grupo, que é maravilhoso”, compartilhou.

“Desvendando o efeito dos juros sobre capital próprio: impacto no valor de mercado e capitalização das empresas na B3” é o título do artigo vencedor de 2024. Os autores do trabalho são os professores doutores Antonio Lopo Martinez e Ederaldo Lima. O trabalho foi publicado na RBC n.º 264, de novembro/dezembro de 2023.

Lima elenca, de forma geral, os pontos-chave do trabalho premiado. “A pesquisa apresenta uma so-

lução fundamental ao Projeto de Lei n.º 2.337, de 2021, que trata de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), em que é debatido o tema, trazendo a raiz do pensamento da criação dessa figura tributária; o que os doutrinadores buscavam com a criação dessa ferramenta e a forma como foi tratada após a sua criação; e, por fim, a sugestão visando ao futuro da adaptação do pensamento deste que não seja a sua extinção, conforme vem sendo tratado pela Reforma Tributária”, contextualiza.

Adicionalmente, Lopo explica outras perspectivas do estudo e compartilha mais detalhes das análises realizadas, assim como alguns resultados. “A pesquisa destaca o impacto significativo de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor de mercado das empresas listadas na B3, mostrando que um aumento de 1% no JCP eleva o valor de mercado em 3,18%. Por outro lado, o efeito no patrimônio líquido e na alavancagem foi insignificante, contrariando os objetivos originais da Lei n.º 9.249, de 1995. Isso indica que o JCP, em vez de promover a capitalização própria, funciona como um benefício fiscal, apontando para a necessidade de reavaliar o mecanismo no Brasil”, compartilha.



Avanços socioeconômicos

Assim como outras investigações acadêmicas, a análise apresentada pelos professores fornece reflexões e respostas para o mercado e a sociedade. De acordo com Lopo, por meio desse trabalho, compreende-se melhor os reais efeitos do JCP, no sentido de que, “embora ele não cumpra seu objetivo inicial de aumentar a capitalização própria, beneficia o valor de mercado das empresas”. Para o pesquisador, o artigo pode colaborar com mudanças positivas na economia. “Essa reflexão pode ajudar a ajustar políticas fiscais para equilibrar os interesses das empresas e da economia, além de inspirar decisões políticas e empresariais mais eficientes”, afirma.

Lima, por outro viés, destaca que as observações realizadas demonstram que uma produção local foi modelo para outros países e pode servir de referência para as lideranças políticas brasileiras. “A sociedade ganha um argumento científico baseado em estudos, experiências e visões de como o mundo pegou uma norma que é criação nossa, aperfeiçoou e a utiliza, e de como podemos adaptar isso à nossa realidade atual. Seria muito válido que os nossos políticos, principalmente os envolvidos no processo da Reforma Tributária, tivessem acesso a esse material, assim como outros mais recentes que tratam do mesmo tema em uma vertente diferente, e o considerassem pensando no futuro dos negócios brasileiros”, aponta.

Sobre a Reforma Tributária, as análises desenvolvidas por Lopo e por Lima também trazem contribuições voltadas para esse assunto. “Essas discussões são essenciais, especialmente adiante da proposta de eliminar a dedutibilidade de JCP. Em vez de extinguir o mecanismo, o estudo sugere reformulá-lo para cumprir seus objetivos iniciais e manter os benefícios ao mercado. Essa



Foto: Acervo CFC

Ederaldo Lima

abordagem pode contribuir para um sistema tributário mais equilibrado e eficiente, alinhando-se a práticas internacionais, como a iniciativa Debra na Europa”, elucida.

O artigo vencedor pode ser adotado de forma prática, de modo que as suas reflexões e sugestões podem colaborar com o fortalecimento do ambiente econômico brasileiro, como explica Lopo. “O estudo sugere reformular o JCP para incentivar efetivamente a capitalização própria, sem perder os benefícios ao valor de mercado das empresas. Essa mudança poderia tornar o ambiente de negócios mais

competitivo e eficiente. Além disso, políticas fiscais equilibradas podem melhorar a alocação de recursos, estimular investimentos e fortalecer a economia brasileira.”

O prêmio

Tradicionalmente, o Prêmio Olivio Koliver é entregue na última Reunião Plenária do CFC do ano. O artigo é selecionado entre os materiais publicados nas edições do ano anterior à entrega do reconhecimento, com exceção dos trabalhos divulgados na revista especial.

A premiação reconhece as melhores produções publicadas durante o ano e, simultaneamente, visa estimular a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil. O CFC lançou o prêmio em 2013, com a finalidade de fomentar a produção e a difusão do conhecimento na área das Ciências Contábeis.

Lopo ressalta que reconhecimentos como esse impulsionam a produção de pesquisas acadêmicas. “Prêmios como o Olivio Koliver valorizam o trabalho dos pesquisadores e incentivam a produção de estudos de alta qualidade. Eles também aumentam a visibilidade de temas relevantes, atraem investimentos para futuras pesquisas e inspiram outros especialistas a buscar excelência, fortalecendo o cenário acadêmico nacional”, diz.

Lima aborda que o prêmio também promove integração, ao analisar e reconhecer produções desenvolvidas em todo o território nacional. “Nós pesquisadores sempre produzimos e, muitas vezes, queremos o reconhecimento, mas acreditamos que, por estarmos fora do Eixo Rio-São Paulo, não teremos oportunidades. Na verdade, vemos isso muito distante. Confesso que fiquei muito surpreso com o prêmio, mas eu sempre soube e nós conversamos sobre o potencial desse artigo. Sempre há esperança e sou realmente agradecido ao CFC e à RBC por confiarem no nosso trabalho e nas nossas ideias enquanto pesquisadores”, celebra.

Os professores falam sobre a sensação de serem agraciados com o Prêmio Olivio Koliver. “O sentimen-



Foto: Acervo pessoal

Antonio Lopo Martinez

to é único. Temos que entender que estamos falando da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) e estar em um nível desse significa uma vitória única em nossas vidas, que me incentiva a produzir mais, pesquisar mais. Posso dizer que estamos realmente agraciados e muito felizes, e me faz pensar na família, nos filhos, nos nossos pais e em tudo o que, em algum momento, deixamos de lado pela ciência, e no quanto isso nos

transforma”, fala o professor Lima. Já o professor Lopo salienta que “receber o Prêmio Olivio Koliver é uma honra enorme”. “Ele reconhece a relevância da pesquisa para as áreas de Contabilidade e Finanças no Brasil. Sinto-me motivado a continuar contribuindo para o avanço do conhecimento e a buscar respostas para questões relevantes, reafirmando o compromisso com a excelência acadêmica”, pontua. (por L. M.)

Veja como o artigo vencedor é escolhido

- A seleção do artigo vencedor passa por um processo composto de duas etapas. Inicialmente, cada trabalho publicado, nas seis edições da RBC no ano, recebe uma nota de cinco a dez, conforme avaliação realizada pelos membros do Conselho Editorial da Revista.
- Na segunda fase, os seis trabalhos mais bem pontuados na etapa anterior são encaminhados à Banca Examinadora e Julgadora do Prêmio Olivio Koliver, que concede uma nota de cinco a dez a cada um desses seis artigos..
- O trabalho vencedor do prêmio é aquele que recebe a maior pontuação. Em caso de empate, a banca realiza novo julgamento, pontuando novamente os trabalhos. Caso persista o empate, a coordenação da banca, soberanamente, emite a decisão final.

Fonte: CFC.

Ano de 2024 é marcado pelo centenário do maior evento contábil da América Latina

A 21ª edição do Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC) contou com a apresentação de 150 trabalhos técnicos e científicos – 136 em exposição tradicional e 14 pôsteres. Outra atividade com engajamento notável foi a 1ª Olimpíada Nacional da Contabilidade, que teve 358 inscrições, sendo 199 de profissionais e 159 de estudantes.

Entre os dias 8 e 11 de setembro de 2024, aconteceu o maior evento contábil da América Latina, o Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC). Em sua 21ª edição, o encontro reuniu cerca de 7 mil participantes, entre brasileiros e estrangeiros. A iniciativa foi idealizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e realizada pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). A edição, que aconteceu no Centro de Convenções de Balneário Camboriú/SC, marcou os 100 anos do CBC.

Com o lema “Ser Contábil: Humano, Digital e Ético”, o 21º CBC teve programação diversificada e envolveu uma série de atividades. No cronograma, havia painéis, palestras, fóruns, encontros, Feira de Negócios, Caminhada da Cidadania, apresentação de trabalhos técnicos e científicos, e Feira Literária, com o lançamento de 10 livros. Houve, ainda, a entrega da Medalha Mérito Contábil João Lyra, cujo vencedor foi o contador Antoninho Marmo Trevisan. O profissional é o 14º agraciado da história da maior condecoração da classe.

Ao todo, ocorreram 48 painéis, nove palestras e 22 fóruns que abordaram temáticas multidisciplinares e contaram com a participação de profissionais do Brasil e do exterior.

Foto: Acervo CFC



Aécio Dantas discursa na Solenidade de Abertura do 21º CBC



Solenidade foi realizada no Centro de Convenções de Balneário Camboriú

Pesquisas acadêmicas

A apresentação de trabalhos técnicos e científicos é um dos pilares do congresso. No total, 150 materiais foram aprovados para divulgação no 21º CBC, entre os quais havia 136 para exposição tradicional e 14 pôsteres. A coordenadora do Comitê Científico do evento, professora doutora Márcia de Luca, explica como foram selecionados os trabalhos expostos. “Cada artigo submetido ao 21º CBC foi avaliado por dois consultores *ad hoc*, pelo sistema *double blind review*, sob a coordenação do Comitê Científico.

A escolha dos artigos científicos fundamentou-se em critérios relacionados à inovação, profundidade, contribuição ao avanço do conhecimento, pertinência da metodologia, qualidade do referencial teórico, da análise dos resultados e das conclusões. Os artigos técnicos foram avaliados quanto à aplicação prática do conhecimento, contribuição para a profissão contábil e áreas afins, qualidade da análise dos resultados e das conclusões”, informa a acadêmica. Ao todo, 293 trabalhos foram submetidos.

Na relação dos assuntos que faziam parte do temário do encontro estavam: auditoria e perícia; contabilidade financeira e mercado de capitais; contabilidade governamental e do Terceiro Setor; contabilidade e sustentabilidade; contabilidade tributária; contabilidade gerencial e controladoria; e educação e pesquisa em contabilidade. Houve ainda espaço para trabalhos com temas livres que tratassem de assuntos relacionados à Contabilidade, em especial aqueles associados ao lema do Congresso. “As áreas temáticas do 21º CBC foram desenvolvidas com o propósito de incentivar a elaboração de trabalhos decorrentes de pesquisas científicas e técnicas que buscas-



Fotos: Acervo CFC

Trabalhos Científicos: entrega da premiação



Medalha João Lyra é outorgada ao contador Antoninho Marmo Trevisan



Profissionais da contabilidade percorrem 2km durante a Caminhada da Cidadania

sem explicações e aprimoramento para a Contabilidade nas suas diversas áreas”, destaca de Luca.

A professora doutora ainda resalta a importância do incentivo à produção técnica e científica, com destaque para a evolução da profissão. “O estímulo à pesquisa e à produção técnica e científica em

Contabilidade é essencial para o desenvolvimento de novos métodos e teorias, contribuindo para a inovação e eficiência das práticas contábeis e garantindo transparência e confiabilidade das informações contábeis aos usuários. Ademais, as pesquisas são base para a criação de políticas e normas contábeis.”

1ª edição da Olimpíada Nacional da Contabilidade

Outra atividade que teve bastante engajamento foi a 1ª edição da Olimpíada Nacional da Contabilidade. Idealizada pela Vice-Presidência de Política Institucional do CFC, por meio do Programa CFC Jovem, a iniciativa visou fomentar o interesse e a paixão pelo mundo contábil. Ao todo, foram recebidas 358 inscrições, sendo 199 de profissionais e 159 de estudantes.

A coordenadora do CFC Jovem, conselheira Luana Aguiar, explica que a Olimpíada também buscou “oferecer uma oportunidade para que estudantes e profissionais recém-formados pudessem mostrar suas habilidades e conhecimentos”. E completa: “Queríamos criar um espaço de aprendizado e troca, em que os participantes pudessem desenvolver suas competências, enfrentar desafios reais da Contabilidade e, ao mesmo tempo, conectar-se com outros profissionais e estudantes. A Olimpíada foi mais do que uma competição, foi uma forma de inspirar, encorajar e abrir portas para novas oportunidades dentro da área contábil”, afirma.

Para o vice-presidente de Governança e de Gestão Estratégica do CFC, Joaquim de Alencar Bezerra Filho, a primeira edição da olimpíada cumpriu seu papel com maestria. “Promover uma olimpíada de contabilidade é muito mais do que estimular a competição saudável entre jovens; é despertar neles o interesse pela ciência contábil e suas infinitas possibilidades. Ao incentivarmos essa jornada de aprendizado, tenho a certeza de que plantamos a semente de futuros profissionais que não apenas atenderão às demandas do mercado, mas também inovarão e contribuirão para o desenvolvimento econômico do País”, apontou.

Os resultados, no entanto, superaram as metas inicialmente estabelecidas e proporcionaram diferentes



Luana Aguiar, coordenadora do CFC Jovem



Vice-Presidente do CFC Joaquim Bezerra participa da 1ª edição da Olimpíada Nacional da Contabilidade

ganhos sociais. “A Olimpíada trouxe histórias inspiradoras de superação e transformação, como a da participante que, mesmo enfrentando desafios pessoais e profissionais, manteve-se firme nos estudos e hoje está abrindo portas para outros estudantes por meio de lives motivacionais em sua instituição. Outros finalistas, como Dasion [Lagos] e Willian [Paixão], enfrentaram longas jornadas de barco para participar e agora estão sendo reconhecidos pela Câmara de Vereadores de sua cidade. Esses exemplos mostram como a Contabilidade tem o poder de mudar vidas e unir pessoas de diferentes realidades”, cita.

A contadora ainda conta como a Olimpíada – que, a princípio, estava relacionada à prática contábil – alcançou a vida dos participantes. “Essas histórias refletem o impacto social da Olimpíada, que não apenas proporcionou desenvolvimento

acadêmico e profissional, mas também criou laços duradouros e viabilizou experiências transformadoras para todos os envolvidos. O projeto foi além da competição e se tornou um grande aprendizado de vida, ao gerar inspiração para a próxima geração de contadores”, celebra.

14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista

Outro grande momento do 21º CBC foi o lançamento do 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista. Tradicional no calendário contábil brasileiro, o encontro promove a liderança, o empreendedorismo e o empoderamento feminino, além do *networking*. O evento está com inscrições abertas e acontecerá entre os dias 24 e 26 de setembro de 2025, em Natal, Rio Grande do Norte/RN. (por L. M.)



Artigo Convidado

A inflação ainda existe e é alta. Por qual razão ela não foi discutida na privatização da Sabesp?

A inflação é algo que afeta as demonstrações contábeis há muito tempo. No Brasil, tivemos um período bastante longo de aprendizagem e aplicação prática sobre esse assunto, mas que, infelizmente, foi descartado a partir de 1996, por determinação da Lei n.º 9.249, de 1995. De lá para cá, a inflação, que é medida pelo IPCA e deixou de ser reconhecida em nossas demonstrações contábeis, já alcançou o patamar dos 450%. Neste trabalho, estruturado sob a forma de um ensaio teórico, fizemos um estudo sobre como a inflação, em um período de apenas cinco anos, afetou as demonstrações contábeis e, por consequência, os resultados de uma empresa estatal que passou pelo processo de privatização. Ainda que a referida privatização tenha sido aprovada, foram apresentados, nas discussões legislativas, diversos argumentos contra e a favor de tal medida, no entanto, não houve debate a respeito da falta de reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras. Como consequência da ausência de reconhecimento da inflação acumulada ao longo de muitos anos, os resultados nominais publicados, que serviram de base inicial para a determinação do valor dessa transação, apresentam grandes defasagens e, portanto, deveriam ter sido totalmente revisados para que refletissem a inflação antes de qualquer tomada de decisão.

Arioaldo dos Santos

É livre-docente, doutor e mestre em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atua como professor titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

E-mail: arisanto@usp.br

Eliseu Martins

Livre-docente e doutor em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atua como professor emérito da FEA/USP e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP).

E-mail: prof.eliseu.martins@gmail.com

Alexandre Evaristo Pinto

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP) e doutorando em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). É professor doutor da FEA/USP.

E-mail: alexandre.pinto@usp.br

1 Introdução

Há quase cinco décadas, passamos, no Brasil, por uma grande revolução contábil. Saímos do modelo contábil italiano e adotamos o modelo contábil americano. Antes disso, tivemos, a partir de 1964, o Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) introduzindo no ensino brasileiro a contabilidade saxônica, mais especificamente a norte-americana da época. Por meio da edição da obra *Contabilidade Introdutória* (Equipe de Professores da FEA/USP, 1971), essa visão começou a se espalhar pelo Brasil, com resistências. O Banco Central do Brasil, que cuidava do mercado de capitais antes da existência da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM), emitiu, no ano de 1972, normas para as companhias abertas com demonstrações contábeis, aproximando-se muito da contabilidade saxônica.

Todavia, a revolução propriamente dita, e de efeito nacional, ocorreu por meio da publicação da Lei n.º 6.404 de 1976, quando se trouxe ao Brasil, como inspiração para o nosso padrão contábil, o melhor que havia na época em termos de contabilidade mundial: a contabilidade norte-americana. Tal norma societária trouxe, no seu bojo, todo um conjunto de inovações contábeis de que precisávamos, de forma que profissionais e professores de contabilidade não influenciados pela FEA/USP tiveram que praticamente reaprender a contabilidade.

E, como a FEA/USP e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi, criada em 1974) eram as únicas que ensinavam temas como consolidação de balanços, equivalência patrimonial, separação entre resultado e lucros acumulados (ao tempo do Decreto-Lei n.º 2.627, de 1940, legislação anterior das sociedades por ações, em que o resultado e os lucros acumulados eram evidenciados em uma só demonstração), Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (Doar), regime de competência levado a sério, patrimônio líquido (antes, era passivo não exigível e incluía, acreditem, os “fundos de depreciação” e de “devedores duvidosos”), etc. (a única “jabuticaba” era a correção monetária de balanços).

Diante de tais novidades, a CVM

contratou a Fipecafi para escrever o primeiro *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*, emitido no primeiro ano da vigência da nova Lei: 1978.

Não vamos aqui enumerar todas as grandes modificações impostas por essa nova forma de se fazer contabilidade, mas, sim, focar o tratamento que se passou a dar, nas demonstrações contábeis, à perda do poder aquisitivo da moeda (inflação). Como dito, trata-se de algo aplicado pelo Brasil, aparentemente pela primeira vez no mundo.

Antes mesmo da edição da Lei n.º 6.404, a então nova Lei das Sociedades por Ações, já experimentávamos, desde 1958, formas de atualização, principalmente dos ativos imobilizados, que foram sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo, visando ao reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis.

A metodologia proposta pela Lei das Sociedades por Ações era bastante simples, mas muito eficiente. Foi criada a partir do conhecimento da metodologia do *Price Level Accounting* e somada ao que, no Brasil, havia de experiências anteriores, por Manoel Ribeiro da Cruz Filho. Ele foi sócio que se aposentou de uma empresa de auditoria inglesa para escrever os capítulos contábeis dessa nova lei, convidado pelos autores advogados responsáveis pelo projeto.

Há muita bibliografia sobre a instituição do sistema de correção monetária nas demonstrações contábeis com a Lei das Sociedades por Ações, mas é importante salientar que o trabalho seminal sobre o tema também foi desenvolvido pelos autores da referida lei, isto é, trata-se de uma obra escrita por Manoel Ribeiro da Cruz Filho em coautoria com José Luiz Bulhões Pedreira – um dos advogados responsáveis pela elaboração da Lei das Sociedades Anônimas; o outro era Alfredo Lamy Filho (1977).



“Nos termos da Instrução CVM n.º 64, os itens monetários do balanço patrimonial eram convertidos para Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) pela paridade existente no encerramento do exercício social, ao passo que os itens não monetários eram convertidos para OTN com base no valor desta no mês de sua formação ou aquisição.”

Segundo o então vigente art. 185 da Lei das Sociedades por Ações, eram corrigidos tanto “o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas” quanto “os saldos das contas do patrimônio líquido”. As contrapartidas dos ajustes de correção monetária eram registradas, pelo saldo, no resultado do exercício, como despesa ou receita.

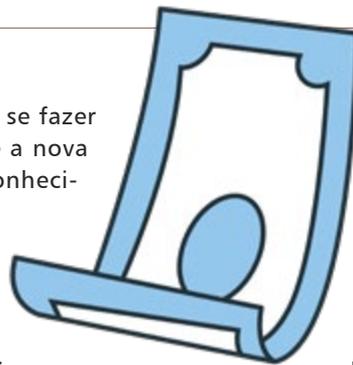
Como se sabe, a inflação afetava não só a vida das pessoas, mas também as empresas. E nem poderia ser diferente afinal, ambas estão em um mesmo ambiente econômico. Não temos saudade daqueles tempos, mas não podemos nos esquecer de que aprendemos muito sobre como se deve reconhecer, nas demonstrações contábeis, os efeitos da inflação.

No dia a dia das pessoas e empresas, a expressão “correção monetária” passou a ser corriqueira. Afinal, todos sabiam que aluguéis, salários, tributos, compras e vendas a prazo, etc. deveriam ser atualizados, pois era necessário não se deixar descapitalizar – e, obviamente, o reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis era uma dessas etapas.

Todavia, há que se fazer uma ressalva sobre a nova sistemática de reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis. Sua simplicidade (atualização das contas do patrimônio líquido e ativo permanente – hoje imobilizado, intangível, propriedade para investimentos, investimentos, etc.) acabava por não ser compreendida pela imensa maioria das pessoas, em toda a sua extensão. A “jabuticaba” brasileira era simples de ser praticada e difícil de ser entendida no seu verdadeiro conceito.

A ideia de se partir do custo histórico como base de valor na mensuração contábil para o custo histórico corrigido representou uma verdadeira quebra de paradigma. E cumpre ressaltar que tal mudança de paradigma na mensuração contábil passou a valer tanto para as demonstrações contábeis societárias quanto para efeitos de tributos sobre o lucro.

O difícil era entender que, assim como o regime de competência e o custo histórico enquanto base de mensuração contábil mantêm total convergência com o caixa, o mesmo acontecia com o mo-



delo novo. Mas em 1987 a CVM introduziu a Correção Monetária Integral de Balanços, por meio da Instrução CVM n.º 64, de 19 de maio de 1987, de modo que surge um novo método de correção de demonstrações contábeis, com características distintas, mas praticamente com o mesmo resultado da correção monetária de balanço.

Nos termos da Instrução CVM n.º 64, os itens monetários do balanço patrimonial eram convertidos para Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) pela paridade existente no encerramento do exercício social, ao passo que os itens não monetários eram convertidos para OTN com base no valor desta no mês de sua formação ou aquisição.

Embora conceitualmente seja muito simples de ser entendida, ela é muito mais difícil de ser elaborada. Assim, ficou muito mais claro que o lucro corrigido, por qualquer das duas formas, mantinha total convergência com o caixa. Tanto que a Demonstração do Fluxo de Caixa, optativa à época, provava isso.

Após a edição do Plano Real em 1994, várias medidas legais foram tomadas para evitar a volta da hiperinflação. Nesse contexto, o art. 4º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, estabeleceu que se revogava a correção monetária das demonstrações financeiras, havendo disposição ainda mais geral, em seu parágrafo único, no sentido de que ficaria vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Desde então, as companhias brasileiras não têm mais reconhecido os efeitos da inflação em suas demonstrações financeiras.

2 Referencial teórico

Martins (1980) desmistificou, antes da instituição da correção monetária integral pela Instrução CVM n.º 64, de 1987, o enigma do que significava o saldo da correção monetária, calculada a partir da atualização dos dois grupos patrimoniais citados anteriormente (Patrimônio Líquido e Ativo Permanente) e complementou que, em vez de promover uma correção mais detalhada de ganhos e perdas dos itens monetários, das receitas e despesas do período, dos estoques, etc., preferiu a Lei das S.A. um ajuste único, por meio do saldo da conta de Correção Monetária do Balanço. A adoção dessa simplificação foi praticada às custas da não explicação do seu verdadeiro significado,

o que provocou polêmicas infundáveis sobre sua utilidade e até sobre sua validade.

Provou-se, de forma cabal com a Correção Integral, que o modelo original da Lei das Sociedades por Ações – cuja adoção é obrigatória para fins contábeis e fiscais, conforme preceitua a legislação – era bastante simples, mas totalmente ajustador do lucro ao resultado isento dos efeitos da inflação. A correção do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido provocava um saldo que, registrado no resultado do período, ajustava esse lucro ao que era o efetivo aumento da riqueza própria da empresa.

Quando se fala em variação dos preços em uma economia, é óbvio que se está falando de preços que crescem e também dos que decrescem. A essa movimentação dos preços os economistas denominam de inflação e deflação, quando capturadas pelos efeitos líquidos na variação na capacidade de compra do consumidor final de uma determinada população (Souza, 2004; Delfim, 2005, 2005). Importante ressaltar que tanto uma como a outra não são desejáveis e ambas provocam efeitos danosos para o desenvolvimento econômico.

No processo inflacionário, alterações desordenadas dos preços em geral, busca por reduções nos pagamentos de impostos por meio de sonegação fiscal, surgimento de atividades realizadas por atravessadores, etc. são algumas das

péssimas consequências para a economia. Em relação à deflação, certamente uma das principais consequências é a tendência à redução da atividade econômica.

O fato de que, em economias com elevado grau de inflação, nas quais a moeda nacional sofre variações significativas em seu poder aquisitivo, o registro contábil das transações pelo valor histórico perde representatividade. O próprio International Accounting Standards Board (IASB), em sua International Accounting Standard n.º 29 (IAS 29), destaca que, em economias hiperinflacionárias, as demonstrações contábeis, elaboradas com utilização do custo histórico, não são úteis e precisam ser substituídas pelas corrigidas monetariamente.

Nessa linha, vale ressaltar, inclusive, que o Pronunciamento Contábil n.º 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 42), é a norma contábil brasileira correlata ao IAS 29 e determina que: “Em economia hiperinflacionária, a demonstração do resultado e o balanço patrimonial em moeda local sem atualização monetária não são úteis”. Isso porque “o dinheiro perde poder aquisitivo de tal forma que a comparação dos valores provenientes das transações e outros eventos que ocorreram em épocas diferentes, mesmo dentro do mesmo período contábil, é enganosa”.

Outro estudo que merece ser destacado é o realizado por Gordon (2001), em que ele analisa o custo histórico, o custo histórico corrigido e também o custo de reposição. Após concluir que resultados apurados com a utilização do custo de reposição são mais adequados, o autor também indica, como resultado de sua pesquisa, que informações extraídas com base no custo histórico corrigido são mais relevantes que as apuradas com base no custo histórico.



“Provou-se, de forma cabal com a Correção Integral, que o modelo original da Lei das Sociedades por Ações – cuja adoção é obrigatória para fins contábeis e fiscais, conforme preceitua a legislação – era bastante simples, mas totalmente ajustador do lucro ao resultado isento dos efeitos da inflação.”



Santos e Ribeiro (2014) também nos alertaram sobre as discussões da avaliação do patrimônio líquido das empresas pelo custo histórico atualizado monetariamente, concluíram que o controle da inflação alcançado pelo Plano Real não a eliminou e destacaram a necessidade de se encontrar caminhos para a adequação das demonstrações contábeis, mesmo em ambientes de “baixos” índices inflacionários.

Não se pode esquecer que a própria Lei das Sociedades por Ações determina que as demonstrações contábeis sejam divulgadas sempre em comparação com os dados do exercício anterior. Ora, se o poder aquisitivo da moeda se altera de um ano para o outro, a manutenção das informações do exercício anterior (e até mesmo com valores do mesmo exercício) acaba por ter como consequência não serem comparáveis com o exercício atual. E essa falta de comparação está presente não apenas quando se tem índices inflacionários altos, mas também com taxas de inflação baixas. Mas não é só isso: as receitas de janeiro não estão na mesma moeda que as de junho, ou menos ainda as de dezembro

do mesmo ano. E o que falar das depreciações? E dos “lucros” ou “prejuízos” na venda de bens depreciados ou terrenos que estejam há anos ou décadas dentro da empresa? E o *goodwill* que está no balanço também há décadas?

A título de ilustração, uma taxa de inflação de 3% ao ano representa 34% em 10 anos e 81% em 20 anos. No caso brasileiro, desde que deixamos de reconhecer a inflação nas demonstrações contábeis (1996), nossas taxas já acumulam mais de 450%. Assim, somar, por exemplo, valores de imóveis adquiridos em 1998 com os de 2018 é totalmente inadmissível, mas continuamos fazendo isso sem o menor pudor. Ou somar capitais sociais recebidos de sócios há décadas e décadas.

Uma lição que os economistas nos ensinam é que os valores monetários mantidos nos ativos sofrem um processo de desvalorização e não vemos essas perdas reconhecidas em nossa contabilidade. Reconhecemos como receitas financeiras todo o valor nominal, mesmo

que a maior parte desse valor seja mera recomposição do capital aplicado, corroído pela inflação. E, pior, pagamos imposto sobre o genuíno lucro, mas também sobre a correção do capital aplicado, ou seja, sobre o próprio capital.

Basta imaginar: ao se aplicar um certo valor e ele ganhar exatamente os 5% de inflação, pagar-se-á tributo sobre esse “ganho” ou não? É claro que sim. Só que o capital, em termos reais, comparado com moedas de igual capacidade aquisitiva, não sofrerá alterações; porém, na realidade, terá mudado, sim, porque um pedaço desse capital deverá ser utilizado para pagar o tributo. Ou seja, paga-se tributo sobre o capital aplicado.

Obviamente, da mesma forma, não vemos reconhecidos os efeitos gerados por nossos passivos monetários quando da inflação. Começar o ano devendo um certo montante, e 4% de inflação, depois desembolsar 6% de juros significa pagar quanto de juro real e quanto de efetiva amortização da dívida?

Contabilizamos hoje todos os 6% como despesa financeira. E a dívida continua igual nominalmente ao que era no início. Ora, dever o mesmo valor antes e depois de 4% de inflação é ter a mesma dívida? Não seria a verdadeira despesa financeira só o que excedeu a inflação? E o pagamento do que corresponde aos 4% não seria efetiva amortização da dívida?

Ora, com todas essas incongruências, cabe uma outra pergunta simples: como ficam as previsões de fluxos de caixa se essas informações não são consideradas?

Diversos são os trabalhos que, ao longo do tempo, têm nos mostrado que os efeitos, mesmo com taxas consideradas baixas, também podem provocar grandes distorções nos dados das demonstrações contábeis e, por consequência, em todas as informações obtidas a partir delas (Sarquis et al., 2020).

Por esse e mais uma série de outros motivos, as acusações mais frequentes que se faz à contabilidade são de que ela não mensura de forma adequada o desempenho ocorrido e que ela não é capaz de propiciar ao seu usuário melhores previsões de seu fluxo de caixa futuro. E que, cada vez mais, o valor patrimonial se distancia do valor econômico da empresa.

É perigoso admitir que, se projetarmos todos os fluxos de caixa futuros, incluindo uma previsão de inflação, o problema estará resolvido, desde que a taxa de desconto também inclua a inflação. Trata-se de uma ilusão, sobretudo se não se considerar, por exemplo, todos os efeitos tributários dos ativos não monetários não atualizados. Não é aqui o momento, mas isso se prova matematicamente: o resultado dessa avaliação não representará de fato o verdadeiro valor econômico da empresa.

Pior ainda, acredita-se que, ao prever os fluxos de caixa futuros com os valores em termos reais, sem incluir qualquer previsão de inflação, com base apenas nas projetadas variações específicas de preços de receitas, ativos e despesas, mediante uma taxa de desconto com valores reais (não nominais), e se todos os preços variarem em termos reais, como previsto, tudo estará resolvido. Pior ainda, os desvios serão maiores do que na hipótese anterior. Também se prova isso.

Mais ainda, Martins e Flores (2022) vão além e identificam outro fator que também pesa contra a contabilidade: a não identificação dos custos de reposição dos ativos detidos pela empresa. Importante destacar que referidos autores afirmam que as diversas formas de avaliação patrimonial de uma en-

tidade não devem ser vistas como excluídas, e, sim, como complementares. Mas também é uma visão que extrapola a que discutimos aqui.

Todos esses comentários servem para demonstrar quão distantes estão nossos valores de balanço e resultado (e também fluxo de caixa e mutação patrimonial) de números que, de fato, possam mensurar desempenho e contribuir mais assertivamente para as previsões futuras. E tudo porque abandonamos o processo de correção monetária de balanços, porém continuamos com inflação – mesmo que com taxas nada comparáveis às de até meados de 1994, mas, ainda assim, capazes de afetar duramente as análises e conclusões.

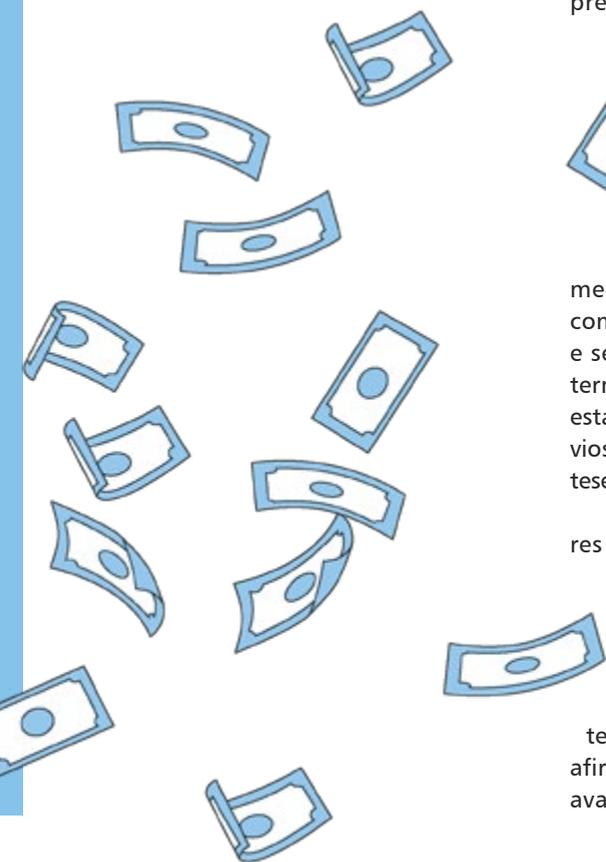
Por exemplo, Santos e Martins (2022) e Martins e Santos (2022) publicaram materiais no jornal Valor Econômico apontando o quanto os lucros dos bancos não refletiam, de maneira adequada, a situação econômico-financeira.

Vamos agora ao caso em particular que nos traz aqui.

3 O caso especial da Sabesp

Conforme indicam Santos e Martins (2024), há um tema que não tem sido discutido quando o assunto envolve a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Considerando que a privatização da Sabesp foi uma das principais promessas de campanha feitas pelo governador Tarcísio de Freitas, muito tem se discutido sobre as principais vantagens e desvantagens com essa possível privatização.



Entre as principais vantagens divulgadas pela mídia, destacam-se as seguintes:

- Arrecadação de investimentos adicionais estimados em R\$10 bilhões, que poderão ser utilizados nos serviços de água e saneamento para cerca de 1 milhão de pessoas, preferencialmente nas zonas menos favorecidas, ou seja, favelas e propriedades rurais;
- Geração de receitas adicionais ao governo e uma gestão seja mais eficiente, com a redução da interferência estatal na economia;
- Estímulo à concorrência; e
- Exemplo positivo da privatização no setor telefônico – que, pelo que tudo indica, foi um sucesso no Brasil.

Por outro lado, as desvantagens mais citadas são as seguintes:

- Grande desconfiança em relação ao futuro dos preços e da qualidade dos serviços. Exemplos que confirmam essa desconfiança são muito citados, e o último “apagão” em algumas regiões de São Paulo acabaram por aumentar essa desconfiança.
- A máxima de que empresas privadas sempre buscarão melhor remunerar seus acionistas, mesmo que isso possa piorar os serviços oferecidos, também é lembrada nessas ocasiões. A isso se acrescenta a perda do controle do Estado.

Não cabe aqui no artigo a discussão sobre o mérito das vantagens e desvantagens do processo de privatização; no entanto, é fato que o Projeto de Lei n.º 1.501, de 2023, foi aprovado nos primeiros dias de dezembro de 2023 pela Assembleia Legislativa, com imensa maioria de votos.

Antes da privatização, o Governo do Estado de São Paulo detinha pouco mais de 50% das ações com direito a voto. O restante dessas

ações era negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e também em Nova York.

A Sabesp mantém, atualmente, contratos de serviços de saneamento e fornecimento de água com 375 municípios; o principal deles é a capital do Estado.

O presidente da Sabesp, em entrevista concedida à Folha, informava que já existe o compromisso de investir R\$56 bilhões na universalização dos serviços e ainda há uma expectativa de outros R\$10 bilhões adicionais.

A Folha de S.Paulo, no dia em que foi aprovada a desestatização da Sabesp, publicou matéria, assinada pelo jornalista Thiago Bethônico, em que foram destacados cinco pontos que visam auxiliar no entendimento do projeto de privatização. Vamos aqui destacar apenas alguns dados do que foi denominado de “Raio-X da Sabesp”:

- **Lucro líquido em 2022** = R\$3,12 bilhões
- **Valor de mercado em 2022** = R\$32,9 bilhões

Sabemos que o valor de mercado é apenas um referencial que pode ser afetado por diversos fatores que muitas vezes nada têm a ver com o desempenho econômico-financeiro da companhia. Por exemplo, variações nas taxas de juros, mudanças na expectativa da variação do PIB, movimentos financeiros internacionais, crises políticas, guerras, etc. impactam o desempenho das bolsas de valores (para cima ou para baixo) e, conseqüentemente, os valores de mercado calculados a partir dos dados da bolsa.

Também é preciso lembrar que a contabilidade não é elaborada para oferecer o valor de mercado das empresas. Aliás, a própria Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00 – R2) destaca que apenas por coincidência o valor

do patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial será igual ao valor de mercado das ações da companhia.

Sim, é verdade que os valores do patrimônio líquido, via de regra, não representam o valor de mercado da companhia, mas todos sabemos que as informações contábeis são sempre um excelente ponto de partida para a obtenção do valor da companhia. E é exatamente esse ponto que precisará ser discutido, com bastante cuidado, no caso da privatização da Sabesp.

Todos sabemos que a inflação, mesmo nos atuais níveis que enfrentamos no Brasil, afeta muito a vida das pessoas e, por consequência, as empresas. Assim, no caso da Sabesp, nossa recomendação é que os estudos sobre seu real valor não sejam efetuados apenas a partir dos valores históricos apresentados em suas respectivas demonstrações financeiras.

Sem querer reviver tempos passados, não podemos nos esquecer de que a própria Sabesp, em 1999, mesmo sem obrigatoriedade legal, continuou publicando suas demonstrações com valores apurados pela legislação societária, sem considerar os efeitos da inflação, e pela correção monetária integral (CMI), considerando os efeitos da inflação.



Naquelas demonstrações, com variação do IPCA de 8,9%, as diferenças nos resultados da companhia foram astronômicas. O resultado legal, portanto, sem os efeitos da inflação, foi um prejuízo de R\$235 milhões, por isso deixou de distribuir dividendos e pagar imposto de renda. Considerando os efeitos da inflação, o resultado foi, pasmem, R\$455 milhões de lucro. E tudo isso devidamente certificado pelos auditores independentes.

Dadas essas informações, retomamos as demonstrações financeiras da Sabesp apenas dos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, e buscamos recalculamos os efeitos nos resultados da companhia, se os impactos da inflação tivessem sido considerados. A forma de cálculo utilizada não foi a da CMI, e, sim, da sistemática prevista na Lei n.º 6.404, de 1976, em que, de modo simplista, corrigiam-se as contas do ativo permanente e do patrimônio líquido. Os valores são aproximados, pois os cálculos exatos só poderão ser obtidos a partir de detalhes que apenas a empresa detém. Assim, melhor ter-se informações aproximadamente certas do que exatamente erradas (essa máxima, destaque-se, não é de nossa autoria, mas estamos de acordo com ela).

Como estarão os números das demonstrações em moeda de mesmo poder aquisitivo em 31/12/2023? E se tomarmos os últimos 15 ou 20 anos, e não apenas os últimos cinco? No período de 2018 a 2022, o IPCA teve variação de 32%, mas, de 2010 a 2022, essa variação ultrapassou a casa dos 104%. Ademais, investimentos em infraestrutura têm vida útil bastante duradoura e, portanto, as variações nos ativos da companhia devem ser ain-

da maiores. Por isso, afirmamos que esses cálculos exatos só poderão ser efetuados com dados analíticos em poder da empresa. Vejamos, na Tabela 1, os resultados dos últimos cinco anos da Sabesp, atualizados monetariamente, estimados com as restrições colocadas a partir da utilização da sistemática legal prevista na Lei n.º 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

Tabela 1 – Resultados ajustados da Sabesp (em milhares de reais)

ANOS	Lucro líquido legal (R\$)	Lucro Líquido Ajustado (R\$)	Diferença (R\$)	Índice de atualização	Ajustadas atualizadas (R\$)	Diferenças em %(*)
2018	2.835.068	3.276.797	441.729	1,27	4.159.087	47
2019	3.367.517	3.917.125	549.608	1,20	4.699.268	40
2020	973.318	1.374.469	401.151	1,09	1.497.651	54
2021	2.305.869	3.714.283	1.408.414	1,04	3.872.140	68
2022	3.121.267	3.973.856	852.589	1,00	3.973.856	27
Soma	12.603.039	16.256.530			18.202.001	44

(*) Diferenças entre os valores históricos e os corrigidos para moeda no fim de 2022.

Fonte: elaborada pelos autores.

da maiores. Por isso, afirmamos que esses cálculos exatos só poderão ser efetuados com dados analíticos em poder da empresa. Vejamos, na Tabela 1, os resultados dos últimos cinco anos da Sabesp, atualizados monetariamente, estimados com as restrições colocadas a partir da utilização da sistemática legal prevista na Lei n.º 6.404, de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A Tabela 1 nos mostra claramente que informações obtidas a partir de dados históricos levarão a resultados que não serão os melhores, sobretudo quando se olha do ponto de vista do vendedor.

Por exemplo, somente no lucro de 2022, a diferença é de nada menos do que R\$850 milhões (27%). Em apenas cinco anos, de 2018 a 2022, a diferença de lucros, em moeda de dezembro de 2022, totaliza R\$5,6 bilhões (44%).

E, antes de seja argumentado que tais valores não tiveram efeitos no caixa, recomendamos verificar as centenas de trabalhos acadêmicos publicados mostrando exatamente o contrário, entre os quais destacamos a tese de livre-docência de Martins (1980).

Por fim, é importante mencionar que, em 23 de julho de 2024, foi concluída a privatização da Sabesp. Na ocasião, o governo de São Paulo vendeu, por R\$14,7 bilhões, ações que representam 32% do total do capital social, o qual ainda detém aproximadamente 18,3% das ações da entidade.

4 Considerações finais

Desde 1996, por conta da edição do art. 4º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não temos reconhecido, em nossas demonstrações contábeis, os efeitos da inflação e, nesse período, ela já se aproxima da casa dos 450%. Isso significa que o valor nominal do capital social de determinada empresa constituída em janeiro de 1996 está totalmente defasado e, para que ele seja atualizado o montante de seu valor nominal deverá ser multiplicado por cinco e meio.

Diante de tal cenário, resta perguntar se algum potencial usuário da informação contábil teria coragem de dizer que isso é imaterial?

Diversos autores brasileiros, entre os quais podemos citar Martins, Iudícibus, Gelbcke, Sarguis, Santos, Barbieri e Flores, assim como diversos autores estrangeiros, têm nos mostrado que as demonstrações contábeis, quando deixam de reconhecer os efeitos da inflação, perdem muito de sua utilidade. Aliás, isso também é reconhecido no âmbito do órgão internacional responsável pela emissão de normas contábeis (IASB). Tanto é assim que há norma contábil específica (IAS 29 – ou sua versão correlata brasileira, o CPC 42) sobre a necessidade do reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis no caso de economias hiperinflacionárias.

No caso específico da Sabesp, sociedade de economia mista constituída no ano de 1973, verifica-se que, a partir da análise dos efeitos da falta de reconhecimento da inflação em suas demonstrações contábeis, a diferença nos resultados de 2021 foi de R\$1,4 bilhão e, em 2022, de R\$850 milhões. Sobre esses valores, não foram pagos os tributos sobre o lucro, tampouco foram pagos dividendos. No período analisado, que abrangeu o intervalo entre os anos de 2018 e

2022, a diferença acumulada de lucros atinge R\$5,6 bilhões.

Por fim, é importante lembrar que diversos trabalhos acadêmicos, ao longo das últimas cinco décadas, demonstraram que a sistemática de reconhecimento da inflação nas demonstrações financeiras – seja o modelo estabelecido originalmente na Lei das Socie-

dades por Ações ou o modelo instituído pela Instrução CVM n.º 64, de 1987 – tem, sim, efeitos no caixa.



Referências

- BARBIERI, G. Lucro inflacionário e fluxo de caixa. *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*. Boletim 45, 1995.
- DELFIM Netto, A. IBGE – Aumento da Qualidade. *Valor Econômico*, São Paulo, 5 abr. 2005, p. A2.
- DELFIM Netto, A. Progresso no Combate à Inflação, *Folha de S. Paulo*, 6/4/05, p. A2, 2005.
- GORDON, E. A. Accounting for changing prices: The value relevance of historical cost, price level, and replacement cost accounting in Mexico. *Journal of Accounting Research*, 39 (1), 177-200, 2001.
- MARTINS, E. *Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicações no lucro e na alavancagem financeira*. São Paulo: Atlas, 1980.
- MARTINS, E. Contabilidade versus Fluxo de Caixa, Caderno de Estudos EAC/FIPECAFI, v.11, n. 20, jan./abr. 1999; IOB – Caderno de Temática Contábil, n. 20, 3a. semana maio-2000.
- MARTINS, E. Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica. *Caderno de Estudos*. São Paulo, FIPECAFI, v.I3, o. 24, p. 28 - 37, jul./dez., 2000.
- MARTINS, E.; FLORES, E. *Avaliação Patrimonial de Empresas – da visão contábil à economia*. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARTINS, E.; SANTOS, A. Balanço mais distorcido: bancos, Petrobras ou IFRS Foundation? Podemos confiar em números que, por lei, desconsideram os efeitos da inflação? *Jornal Valor Econômico*. 14/4/2022.
- PEDREIRA, J. L. B.; CRUZ, M. R. *Correção Monetária das Demonstrações Financeiras*. Rio de Janeiro: Esplanada, 1977.
- SANTOS, A.; MARTINS, E. Professores Ariovaldo e Eliseu alertam para balanços de 2021. Editor do Valor Investe – *Valor Econômico*.
- SANTOS, A.; MARTINS, E. O que ainda não foi discutido na privatização da Sabesp. *Jornal Valor Econômico*, Opinião, 19 jan. 2024.
- SANTOS, A.; RIBEIRO, S. L. S. Correção Monetária: por uma periodização do uso da ferramenta, de 1944 a 1995. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, v. 25, ed. Especial: História da Contabilidade, set./dez., 2014, p. 334-345.
- SARQUIS, R. W.; FLORES, E.; BITTAR-GODINHO, D.; MARTINS, E. Inflação: Se eu não a vejo na contabilidade, não existe? *Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RC&F)*, 1(2), 108-126, 2020.
- SOUZA, J. A. Para Entender os Índices de Preços – uma visão moderna. *Revista de Economia Mackenzie*, ano 2, n. 2, 2004.



Reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023: evidências a respeito das atividades cotidianas do profissional da contabilidade

Com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, mudanças foram propostas para o Sistema Tributário Nacional. Com esse reconhecimento, esta pesquisa busca discutir os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023, no contexto brasileiro, nas atividades cotidianas dos profissionais da contabilidade. A pesquisa, que é de natureza exploratória e quantitativa, sendo operacionalizada por meio de uma *survey*, contou com a utilização da técnica de Análise Fatorial Exploratória e correlação de *spearman*. Os resultados mostram que a reforma tributária gera impactos contábeis que implicam a carga tributária e a operacionalização dos tributos, demandando a adaptação dos profissionais da contabilidade a novos e antigos sistemas, fator que pode aumentar custos e a necessidade de educação continuada. A reforma impactará o planejamento tributário das empresas, influenciando a vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento econômico. A complexidade do sistema tributário e a necessidade de adaptação são ressaltadas. A reforma também apresenta oportunidades para a área contábil, aumentando o dinamismo e permitindo maior participação em consultoria. A educação contínua e a adaptação tecnológica serão cruciais para o crescimento profissional dos contadores. A prestação de contas aos *stakeholders* será impactada pela reforma, exigindo maior uso de tecnologia e adaptação às novas regulamentações. Esta pesquisa busca esclarecer os desafios e as oportunidades da reforma tributária, especialmente a EC n.º 132, de 2023. A análise de seus reflexos em aspectos fiscais, econômicos, sociais e políticos visa capacitar a sociedade, os formuladores de políticas públicas e as empresas.

Fellipe Matos Guerra

Pós-doutor em E-Government pela Universidade Fernando Pessoa, em Portugal; doutor em Ciência da Informação pela mesma instituição; e mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. É pesquisador no pós-doutorado em Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Exerce as funções de professor e coordenador no Instituto de Pós-Graduação e Graduação (Ipg).
E-mail: fellipe@compliance-ce.com.br

Marcelo Botelho da Costa Moraes

Livre-docente em Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade (FEA-RP/2024), é doutor em Ciências na área de Economia, Organizações e Gestão do Conhecimento (EESC/2011) e mestre em Engenharia de Produção (EESC/2007). Atua como professor associado da Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), no Departamento de Contabilidade, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.
E-mail: mbotelho@usp.br

1 Introdução

Ao longo do desenvolvimento da história, desde as expansões marítimas até os dias atuais, na era da informação, torna-se evidente que a tributação sempre desempenhou um papel fundamental como um dos principais meios de financiar as atividades do Estado. Nessa direção, o Brasil, após a promulgação da Constituição Brasileira, de 1998, **não passou por nenhuma reforma tributária que alterasse, sistematicamente, a forma de tributação no País.** Os argumentos que cercam a carga tributária brasileira estão inscritos na complexidade (Tadeu; Almeida; Gonçalves, 2021), no volume de dias que o brasileiro trabalha para pagar imposto, que ultrapassa 140 dias (IBPT,

2021) e nos elevados volumes de práticas de evasão fiscal praticadas pelo contribuinte (Miranda, 2013).

O cenário em questão se diferencia, consideravelmente, da situação observada na Suécia, onde foi implementado um dos impostos de maior alcance em termos de reforma tributária, quando comparado a qualquer país do Ocidente. É importante ressaltar que, apesar de a Suécia ter sido considerada um país retardatário no movimento das reformas fiscais que varreram o mundo durante a década de 1980, sua abordagem acabou por servir de modelo para muitas nações, redefinindo a relação entre o Estado e os contribuintes, o que contribuiu para o estabelecimento de um sistema tributário mais progressivo (Agell; Englund; Södersten, 1996).

No contexto das discussões sobre reforma tributária na América Latina, é notável que países como Colômbia e Chile tenham proposto alterações significativas em seus sistemas fiscais, especialmente após o impacto da pandemia.

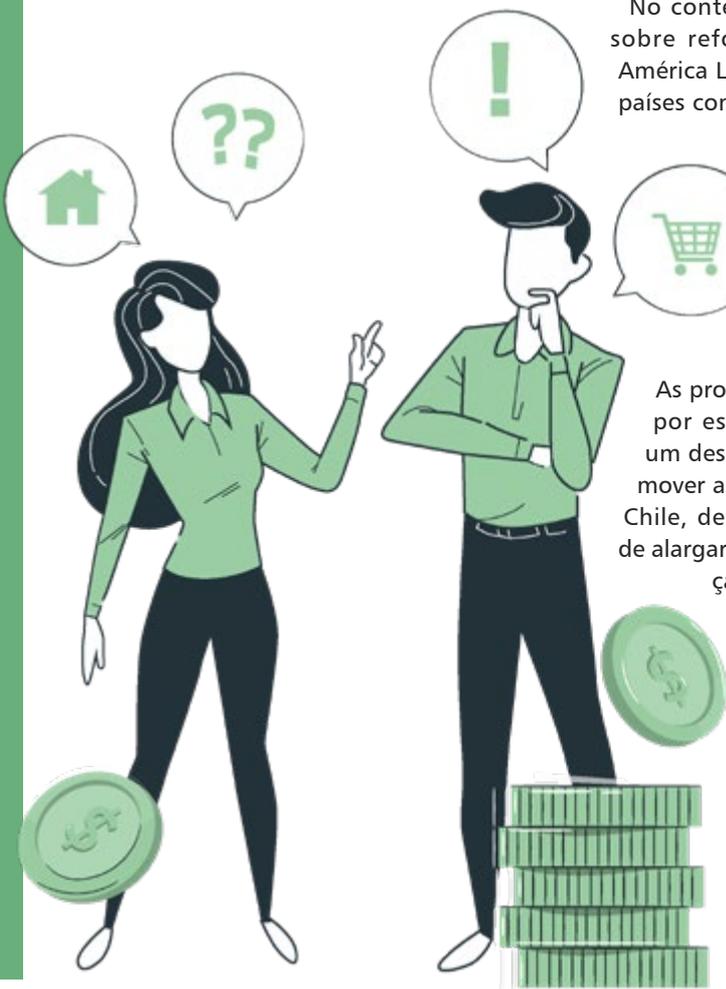
As propostas apresentadas por esses países refletem um desejo evidente de promover a equidade social. No Chile, destaca-se a intenção de alargar as faixas de cobrança do imposto de renda para os contribuintes de maior renda. Isso não apenas aumentaria a arrecadação fiscal, mas também distribuiria, de forma mais equitativa, o ônus tributário, com mais pessoas de alta renda contribuindo



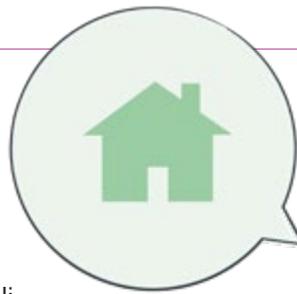
do proporcionalmente mais para o financiamento dos serviços públicos (Navarro Sajonero; Durango Posso, 2022; Castro, 2023).

Por outro lado, na Colômbia, a reforma tributária se concentra em objetivos sociais, como a erradicação da fome e da pobreza e o fim de tratamentos preferenciais na cobrança de impostos. Essa abordagem demonstra uma clara preocupação em utilizar o sistema tributário como uma ferramenta para promover o desenvolvimento social e reduzir as desigualdades econômicas, ao mesmo tempo em que se busca fortalecer a capacidade do Governo de atender às necessidades básicas da população. Essas reformas refletem um compromisso com a justiça social e a busca por um sistema tributário mais progressivo na região (Castro, 2023).

Recentemente, o Brasil uniu-se aos países da América Latina em um importante passo rumo à reforma do seu sistema tributário. Em julho de 2023, foi aprovada a primeira fase da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 45, de 2019, que representa um marco significativo nesse processo. Essa reforma abrangente é vista como um esforço para atingir diversos objetivos críticos para o país. Entre eles, destaca-se a busca pela diminuição da complexidade burocrática que, historicamente, tem exercido um impacto adverso sobre as empresas e o ambiente de negócios no Brasil.



“Ao longo do desenvolvimento da história, desde as expansões marítimas até os dias atuais, na era da informação, torna-se evidente que a tributação sempre desempenhou um papel fundamental como um dos principais meios de financiar as atividades do Estado.”



A aprovação da PEC n.º 45, de 2019, abre caminho para uma simplificação do sistema tributário, com a intenção de torná-lo mais eficiente e amigável para as empresas. Isso não apenas poderá reduzir a carga administrativa e o custo operacional para as empresas, mas também tem o potencial de estimular o investimento e o crescimento econômico, melhorando, assim, a competitividade do Brasil no cenário internacional (Agência Câmara de Notícias, 2023). Ademais, o avanço da reforma tributária representa também um movimento que altera as práticas e as práxis organizacionais e de todos os atores que se envolvem nesse processo de tributação, desde profissionais de mercado até o contribuinte final (Pimenta; Scabora, 2023). Nessa direção, abre-se espaço para discussões inúmeras a respeito da reforma tributária, uma vez que as áreas do conhecimento precisam decodificar esses processos de modo a contribuir com a linha de comunicação entre a administração tributária e o contribuinte.

Reconhece-se que a reforma tributária não é apenas uma questão técnica, mas envolve uma dimensão humana e organizacional que exige a colaboração de diversos setores da sociedade. Profissionais, acadê-

micos, legisladores e empresas precisam trabalhar em conjunto para compreender os impactos da reforma e suas implicações no cenário social. Por meio dessa colaboração, é possível não apenas aprimorar o sistema tributário, mas também fortalecer a relação de confiança entre o Estado e os contribuintes, promovendo maior eficiência e equidade no sistema fiscal brasileiro (Pimenta; Scabora, 2023).

Assim, somando esforços com estudos anteriores (CFC, 2023; Mendes, 2022; Origuela, 2017) que discutem mudanças tributárias no Brasil, esta pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: **Quais os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023, no contexto brasileiro a partir do olhar dos profissionais da contabilidade?** De modo operacional, tem por objetivo discutir os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023, no contexto brasileiro, a partir do olhar dos profissionais da contabilidade.

A presente pesquisa possui alguns elementos que a justificam. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa pode assumir um papel pio-

neiro e relevante ao direcionar sua atenção e esforços para a compreensão dos impactos contábeis e fiscais que podem

decorrer Reforma Tributária (EC n.º 132, de 2023). O estudo identificou uma lacuna na literatura acadêmica em relação aos reflexos dessa reforma na profissão contábil (Guerra, 2023), o que ressalta a importância desta pesquisa. Ao preencher essa lacuna, a pesquisa contribui para o campo disciplinar que se debruça sobre as transformações tributárias no âmbito da Contabilidade.

Em termos práticos, a pesquisa se torna justificável, uma vez que apresenta características que podem direcionar os profissionais da contabilidade em um momento de transição diante da reforma tributária. Ao apresentar os reflexos contábeis e fiscais da reforma, a pesquisa fornece informações práticas e orientações que podem permitir aos contadores se prepararem e se adaptarem às mudanças. Essa preparação é relevante, pois os profissionais da contabilidade desempenham um papel de garantia da conformidade tributária e no desenvolvimento de estratégias fiscais eficazes para as empresas.

Quanto à originalidade desta investigação, a pesquisa se concentra nos reflexos contábeis e fiscais decorrentes da reforma tributária. Até o momento, com moderação, pode-se afirmar que não houve um mapeamento abrangente de discussões que permitam fazer inferências sobre esses processos, mesmo considerando a relevância temporal dessa questão.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A Reforma Tributária

A Reforma Tributária é um conjunto de medidas e alterações no sistema tributário de um país, com o objetivo de promover mudanças nas regras, alíquotas e bases de incidência dos impostos. Essas reformas buscam tornar o sistema mais eficiente, simplificado, justo e adequado para as necessidades econômicas e sociais do país. No contexto internacional, após a crise financeira de 2008, houve um elevado interesse em promover uma reforma tributária nos países em desenvolvimento – uma pauta que chegou a ocupar inclusive a agenda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nessa direção, a OCDE (2016; 2017) apresenta os *enforcements* que incentivam a agenda de uma reforma tributária, dispostos no Quadro 1.

A partir do Quadro 1, é possível notar duas forças opostas no que tange a um processo de reforma tributária. Por um lado, observa-se uma redução da tributação da folha salarial e dos lucros nas empresas, impulsionada por fatores estruturais e conjunturais, como a integração econômica e a recuperação do crescimento. Em sentido contrário, tem havido um aumento na tributação sobre bens e serviços, tributação direta sobre a pessoa física e, em estágio inicial, dos tributos relacionados ao meio ambiente. Diante desse

Quadro 1 – Incentivos para uma Reforma Tributária em Países em Desenvolvimento	
1	Maior ênfase passou a ser dedicada à recuperação do crescimento, predominando medidas de redução dos tributos sobre a renda do trabalho e sobre o lucro das empresas, com os objetivos explícitos de prover estímulos ao consumo e aos investimentos.
2	A tendência à redução de alíquotas sobre o lucro das empresas, que havia desacelerado logo após a crise de 2008, revigorou-se novamente. A maioria das reformas prevê reduções de alíquotas, mas, em compensação, promove medidas de ampliação da base tributável (sobretudo aquelas destinadas a proteger as bases domésticas de práticas de evasão e elisão tributária por parte de empresas multinacionais).
3	Na tributação sobre a renda do trabalho, um número significativo de reformas tem foco na redução dos tributos sobre os contribuintes de baixa renda, que reflete tanto a preocupação em estimular o consumo quanto minorar desigualdades sociais.
4	Mantém-se a tendência de incrementos na tributação sobre a renda dos mais ricos diante do renovado foco sobre o papel da tributação em promover justiça fiscal, com vários países ampliando alíquotas e eliminando benefícios tributários sobre dividendos e outras fontes de renda do capital no nível do acionista, entre outras medidas, promovendo-se, assim, uma revisão do tratamento tributário diferencial entre renda do trabalho e do capital e uma ampliação da tributação no topo da distribuição de renda.
5	As reduções dos tributos sobre a renda do trabalho e o lucro das empresas também têm sido parcialmente compensadas por aumentos nos tributos sobre consumo (IVA) e nos tributos relacionados ao meio ambiente.
6	A tendência de ampliação das alíquotas do IVA, bastante evidente desde o período pós-crise, arrefeceu no período mais recente. O foco passou a ser em uniformizar a base tributável, ampliá-la para lidar com a economia digital e reduzir o escopo de alíquotas reduzidas para determinados bens e serviços.
7	No caso dos tributos relacionados ao meio ambiente, as reformas ainda são tímidas e muito limitadas a ajustes em tributos sobre uso da energia e automóveis.
8	Tem ocorrido apenas um reduzido número de reformas nos tributos sobre a propriedade, sugerindo que o potencial para levantar receitas de maneira mais eficiente por meio de tributos sobre a propriedade, especialmente no caso da propriedade residencial, não tem sido integralmente explorado.

Fonte: Elaborado com base em Oirair e Gobetti (2018, p. 220-221).

reconhecimento, é notável que os desafios de uma reforma tributária em um país em desenvolvimento é uma pauta extremamente desafiadora tanto para o Estado quanto para os contribuintes.

No contexto brasileiro, o papel distributivo da tributação ocorreu de modo tardio, se comparado com os países desenvolvidos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (Silveira; Passos; Guedes, 2018). De 1980 a 1990, houve transformações no sistema tributário mundial com ênfase na eficiência, competitividade e equidade horizontal. Observaram-se a redução de tributos sobre o comércio internacional, a consolidação da tributação sobre o valor agregado e uma maior uniformidade nas alíquotas do imposto de renda. Embora historicamente o Brasil não tenha seguido a tendência de promoção da justiça fiscal durante a consolidação dos Estados de Bem-Estar, optou por uma abor-

dagem de Tributação Ótima, fundamentada em dois argumentos: a suavização da progressividade ou adoção de um imposto de renda linear e a redução ou eliminação da tributação sobre as rendas provenientes do capital (Silveira; Passos; Guedes, 2018).



“A Reforma Tributária é um conjunto de medidas e alterações no sistema tributário de um país, com o objetivo de promover mudanças nas regras, alíquotas e bases de incidência dos impostos. Essas reformas buscam tornar o sistema mais eficiente, simplificado, justo e adequado para as necessidades econômicas e sociais do país.”

Nessa direção, considerando os elevados índices de desigualdade do Brasil, uma reforma tributária contribui para a redução da insegurança jurídica, da burocracia e das dificuldades que as empresas e cidadãos possuem para cumprir suas obrigações fiscais. Assim, existem objetivos que culminam para uma reforma no Sistema Tributário Brasileiro, a saber: (i) Simplificação do sistema: buscar a unificação dos inúmeros impostos e contribuições que cabem as pessoas físicas e jurídicas, principalmente sobre o consumo, reduzindo a quantidade de obrigações acessórias e tornando o sistema mais fácil de ser compreendido e administrado inclusive pelos profissionais que manuseiam estes, a exemplo de contadores e advogados (Orair; Gobetti, 2018). (ii) Redução da carga tributária: avaliar a possibilidade de mitigar a carga de impostos e contribuições, de forma a incentivar a realização de investimentos, do consumo e do crescimento econômico do Brasil, é relevante para uma nação observar a contrapartida dos recursos que são arrecadados pelo Estado (Buzzato; Cavalcante, 2022). (iii) Justiça fiscal: procurar uma distribuição mais equitativa dos encargos tributários. Sabe-se que o Brasil é um dos países mais desiguais

do mundo. Assim, é preciso criar garantias que aqueles com maior capacidade contributiva paguem, proporcionalmente, mais do que os mais vulneráveis economicamente (Buzzato; Cavalcante, 2022). (iv) Estímulo à atividade econômica: criar incentivos para o empreendedorismo, a geração de empregos e o desenvolvimento de novos negócios, visando impulsionar a economia do país (Orair; Gobetti, 2018). (v) Combate à sonegação: implementar medidas que contribuam para os processos de fiscalização e o cumprimento das obrigações tributárias, de forma a reduzir a sonegação e aumentar a arrecadação de recursos pelo Estado (Orair; Gobetti, 2018).

Tangenciar os aspectos que envolvem a Reforma Tributária no Brasil é um tema complexo e polêmico, que envolve diferentes interesses, sociais, políticos e econômicos. Sua implementação requer amplo debate, análise técnica e avaliação dos impactos econômicos e sociais envolvidos. Diante desse reconhecimento, ao longo dos últimos anos que permeiam desde 2019 até a atualidade, no-



ta-se o esforço conjunto dos Poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil e especialistas, para buscar uma reforma que contribua efetivamente para o progresso e a justiça no Brasil. Tal esforço resultou na promulgação da Emenda Constitucional n.º 132, em 20 de dezembro de 2023.

2.2 A Proposta de Ementa Constitucional n.º 45, de 2019

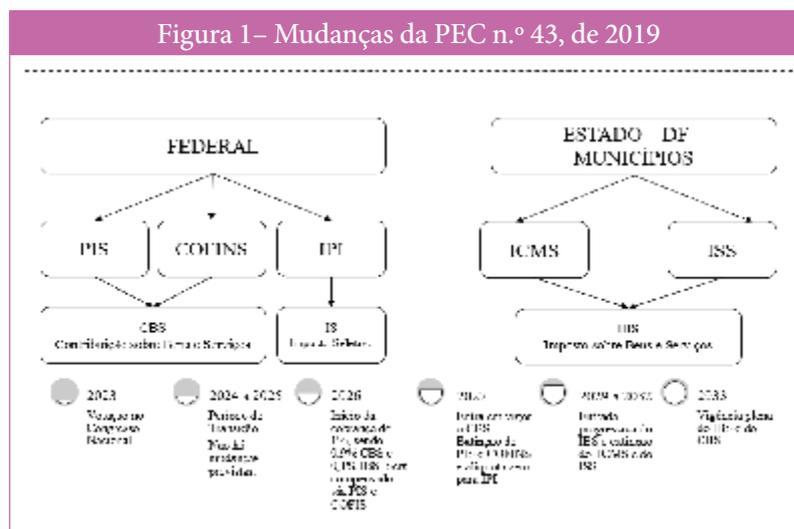
A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n.º 45, de 2019, e a posterior promulgação da Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, representa um marco importante no panorama tributário do Brasil. Essa aprovação sinaliza o início de uma série de mudanças significativas no Sistema Tributário Nacional, que, muitas vezes, é considerado um dos mais complexos do mundo. A promulgação dessa emenda constitucional traz consigo a prerrogativa de reformular e simplificar o sistema tributário brasileiro, que, há muito tempo, tem sido alvo de críticas devido à sua alta complexidade e à sobrecarga de tributos que recaem sobre empresas e cidadãos (Ministério da Fazenda, 2023; Mendes, 2022).

A complexidade do sistema tributário brasileiro tem sido um desafio tanto para empresas quanto para indivíduos, resultando em altos custos de conformidade e uma série de obstáculos à eficiência econômica. Portanto, a aprovação da EC n.º 132, de 2023, cria a oportunidade de simplificar o sistema tributário, tornando-o mais transparente e eficaz. Isso pode não apenas reduzir a carga administrativa para empresas, mas também promover um ambiente de negócios mais favorável, estimular o investimento e melhorar a competitividade do Brasil no cenário global. A aprovação dessa EC representa um passo importante em direção a um sistema tributário mais justo e eficiente para o país (Ministério da Fazenda, 2023). A Figura 1 apresenta as mudanças propostas pela EC 132/23.

Assim, a partir da EC n.º 132, de 2023, é possível observar mudanças iniciais em diversos tributos, a exemplo da extinção de PIS e Cofins, e a criação de uma única contribuição sobre bens e serviços (CBS), enquanto o IPI seja convertido para o Imposto Seletivo (IS). Por sua vez, no escopo dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, a aprovação da EC reconheceu pela unificação do ICMS e do ISS para o IBS, Imposto sobre Bens e Serviços. Além desses aspectos, existe um período de transição para adaptação e reconhecimento do campo como um todo a respeito da reforma tributária. Reconhecendo a importância dos tópicos que cercam a Reforma Tributária, dar-se-á atenção de modo segregado para os seguintes tópicos: i) Transição, ii) Não Cumulatividade; iii) Alíquotas e Benefícios, e iv) Manutenção do IPI.

2.2.1 Transição

Com a introdução das novas normas fiscais, ocorrerá uma fase de transição progressiva, que ini-



Fonte: elaborado com base na PEC n.º 45, de 2019.

ciará em 2026 e se prolongará até 2033. Nesse intervalo, os contribuintes serão obrigados a operar em um sistema híbrido, alternando entre o regime atual de impostos sobre consumo (PIS, Cofins, ICMS, ISS) e o novo, que introduz o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Empresas e especialistas em contabilidade precisarão administrar as responsabilidades em ambos os sistemas, elevando a complexidade das operações fiscais. Nessa etapa, serão necessários ajustes, como a adaptação das taxas e a validação dos novos impostos (Macedo; Monteiro, 2024).

2.2.2 Não Cumulatividade

A não cumulatividade total é um dos maiores progressos proporcionados pela reforma fiscal. Atualmente, impostos como PIS e Cofins são parcialmente não cumulativos, acarretando uma maior tributação para certas cadeias de produção. Com a reforma, tanto o IBS quanto a CBS implementarão a não cumulatividade total, possibilitando a compensação dos impostos pagos em todas as etapas da cadeia de produção. Isso eliminará a conhecida «cascata

fiscal» e favorecerá principalmente as empresas que trabalham com cadeias de produção mais extensas, prevenindo a cobrança simultânea de impostos sobre o mesmo produto ou serviço (Albano, 2024; Macedo; Monteiro, 2024).

2.2.3 Alíquotas e Benefícios

A determinação das taxas para o novo sistema fiscal ainda está em debate. Contudo, espera-se uma uniformização para tornar o sistema mais simples e assegurar maior transparência. Áreas cruciais, como saúde, educação e transporte, devem manter taxas diferenciadas, mantendo seus privilégios fiscais. Contudo, existe uma tendência para diminuir a concessão de incentivos fiscais em áreas não prioritárias, o que pode contribuir para a simplificação do sistema. No entanto, é possível que certos setores, como o de serviços, sofram um acréscimo na carga fiscal devido à falta de uma compensação completa dos impostos pagos. Ademais, as empresas enquadradas no Simples Nacional e no Lucro Presumido podem necessitar de modificações operacionais para maximizar o aproveitamento dos créditos fiscais (Guerra; Guerra, 2023).

“Áreas cruciais, como saúde, educação e transporte, devem manter taxas diferenciadas, mantendo seus privilégios fiscais. Contudo, existe uma tendência para diminuir a concessão de incentivos fiscais em áreas não prioritárias, o que pode contribuir para a simplificação do sistema.”

2.2.4 Manutenção do IPI

Apesar de a reforma eliminar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da maioria dos produtos, ele ainda será aplicado em circunstâncias específicas. O IPI se tornará um imposto seletivo, aplicado a produtos nocivos à saúde ou ao ambiente, tais como cigarros, bebidas alcoólicas e automóveis de alto padrão. A tributação será regulamentada, desestimulando a aquisição desses produtos. Assim, o IPI não será totalmente eliminado, mas será limitado a produtos que provocam impactos negativos.

Embora sejam complexas, essas alterações visam simplificar o sistema tributário do Brasil, tornando-o mais eficaz, transparente e equitativo. A implementação da não cumulatividade, a alteração das taxas e a manutenção seletiva do IPI têm como objetivo corrigir distorções, diminuir o ônus fiscal para o consumidor final e potencializar a competitividade das empresas no atual contexto econômico (Guerra; Guerra, 2023; Macedo; Monteiro, 2024).

2.3 Estudos Anteriores

O Quadro 2 apresenta uma sumarização dos estudos anteriores que discutiram mudanças tributárias. Pelo fato de a reforma tri-

butária, por meio da EC n.º 132, de 2023, ser uma questão nova no campo de pesquisa no Brasil, assumiu-se o levantamento de investigações que permeassem, mesmo que de modo tímido, a temática. Essa ação tende a permitir que os resultados possam ser cotejados com a literatura anterior.

A partir da análise dos estudos anteriores, fica evidente a relevância de abordar os reflexos contábeis, fiscais e econômicos decorrentes de uma reforma tributária. Essa discussão se torna ainda mais oportuna quando se considera que já existe um campo disciplinar em constante desenvolvimento, dedicado a compreender as complexas interações entre as mudanças nas políticas tributárias e os diversos aspectos da contabilidade, economia e finanças. A importância de investigar esses reflexos decorre de vários fatores.

Em primeiro lugar, as reformas tributárias têm o potencial de influenciar, significativamente, o ambiente de negócios e a tomada de decisões empresariais. Portanto, entender as implicações contábeis e fiscais dessas reformas é essencial para que empresas, investidores e profissionais da área financeira possam se adaptar e tomar decisões informadas. Além disso, as mudan-



ças nas políticas tributárias também afetam a economia como um todo, impactando a arrecadação de recursos pelo Governo, a distribuição de renda e a competitividade das empresas. Portanto, a análise dos aspectos econômicos da reforma tributária é fundamental para avaliar seus efeitos sobre o crescimento econômico, o emprego e a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o campo disciplinar em desenvolvimento desempenha um papel crucial ao fornecer ferramentas analíticas e *insights* que podem contribuir para uma discussão informada e embasada sobre os impactos da reforma tributária. Portanto, é oportuno e necessário continuar a explorar e expandir esse campo de estudo, a fim de compreender melhor as implicações das políticas tributárias e promover um debate mais fundamentado e produtivo sobre as reformas nessa área.

Quadro 2 – Estudos Anteriores

Autor	Objetivo	Resultado
Mendes (2022)	Compreender como a Reforma Tributária contribui para o crescimento econômico do país.	O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua extrema complexidade, com a incidência de vários tributos, legislações variadas, alíquotas diversas e regimes especiais, o que aumenta os custos das empresas e gera insegurança jurídica. Essa complexidade, aliada à cumulatividade e regressividade dos impostos, tem causado distorções sociais e econômicas, especialmente no consumo, destacando a necessidade de reformas. Duas Propostas de Emenda Constitucional, a PEC n.º 45, de 2019, e a PEC n.º 110, de 2019, foram apresentadas ao Congresso Nacional com o objetivo de simplificar e racionalizar a tributação sobre a produção e a comercialização de bens e serviços. Elas propõem a extinção de diversos tributos e a consolidação em dois novos impostos: o IBS e o Imposto Seletivo.
Silveira, Passos e Guedes (2018)	Discutir, à luz da experiência internacional e do acúmulo teórico e empírico da literatura nacional, caminhos que podem ser trilhados pelo Brasil que contribuam para uma Reforma Tributária que seja ao mesmo tempo promotora tanto de eficiência quanto de equidade.	A mudança na tributação indireta a favor de um pode levar a uma melhor calibração do sistema tributário brasileiro. Em conformidade com as proposições teóricas da revisão da lei, o imposto sobre valor adicionado e a justiça fiscal podem ser alcançados aumentando a tributação sobre patrimônio e capital teoria excepcional da tributação. Assim, as propostas ao mesmo tempo em que aumentam a eficiência e a equidade no sistema tributário do Brasil, Isso significa que, não obstante, a falta de disposição política e mobilizar a comunidade em torno dessa luta.
Origuela (2017)	Identificar os impactos no exercício da profissão contábil com a criação do Sped.	Foi evidente que os profissionais da contabilidade enfrentaram desafios durante a implementação do Sped, necessitando buscar capacitação para aprimorar suas habilidades e se destacar em suas funções. O processo também resultou em um aumento na carga de trabalho para esses profissionais, já que o sistema passou a requerer informações que anteriormente não eram obrigatórias. Apesar das dificuldades iniciais, a adoção do Sped trouxe consigo benefícios significativos. Ele promoveu uma reestruturação na escrituração contábil, o que aumentou a confiabilidade das informações para os usuários. Além disso, ampliou as oportunidades e expandiu as atividades contábeis, tornando-se um sistema altamente vantajoso. É notável que também trouxe vantagens para as autoridades fiscais, pois tornou mais clara a detecção de fraudes, agilizando o processo de contabilização das informações e minimizando a necessidade de retrabalho.
Pereira e Ferreira (2010)	Avalia o impacto sobre a economia brasileira de uma reforma tributária que reduza distorções e cumulatividade, utilizando para tal experimento a atual proposta do Ministério da Fazenda.	Se for feita uma estimativa, a reforma fiscal proposta resultaria em um aumento médio de 1,2 ponto percentual da taxa de crescimento do produto nos oito anos seguintes a sua adoção e um aumento de 14% em longo prazo em comparação com a tendência atual. A influência sobre o nível de investimento privado seria significativa, atingindo 40% no mesmo período. Isso significaria que a taxa total de investimento aumentaria para quase 26% em comparação com os 20% atuais. Os aumentos no bem-estar e no consumo também foram considerados bastante significativos.
Silva, Tourinho e Alves (2004)	Avaliar os impactos econômicos de longo prazo na economia brasileira de três medidas integrantes da reforma do sistema tributário: a transformação parcial da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em uma contribuição sobre o valor adicionado, a adoção do PIS/Pasep e da Cofins sobre importações e a substituição parcial da contribuição previdenciária por uma contribuição sobre o valor adicionado. O instrumento utilizado foi um modelo de equilíbrio geral da economia brasileira (CGE-Ipea), cujo bloco fiscal foi adaptado para permitir a análise detalhada daquelas medidas.	Embora o impacto no PIB real seja mínimo, a carga fiscal total aumenta 0,3% do PIB e 0,53% do PIB, respectivamente, com a implementação das duas primeiras medidas listadas. A hipótese diz que o último tem nulo impacto fiscal. Há uma redução nas exportações e importações quando as três medidas são implementadas. No entanto, o resultado é fortemente influenciado pelas hipóteses de taxa de câmbio flutuante e saldo constante da balança de transações correntes que utilizamos neste modelo. O impacto das três medidas aqui discutidas sobre o bem-estar pode ser calculado com base em seu impacto no salário real, que é de 0,40% para a primeira e de: 0,20% e 0,0%, respectivamente, para os dois primeiros.
Ferreira e Araújo (1999)	Realizar quantificações e qualificações dos efeitos alocativos e dos impactos sobre o bem-estar que possíveis reformas tributárias poderiam ocasionar na economia brasileira.	As reformas tributárias que estão sendo propostas atualmente resultariam em um aumento no emprego, no produto e no estoque de capital do setor econômico. As consequências do bem-estar mostram que o padrão de vida da sociedade pode melhorar.

Fonte: elaborado pelo autor.

“Esta pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que se busca discutir os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela PEC n.º 45, de 2019, no contexto brasileiro. Além disso, possui natureza quantitativa e tem-se por intenção operacionalizá-la por meio de uma *survey*.”

3 Método

Esta pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que se busca discutir os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela PEC n.º 45, de 2019, no contexto brasileiro. Além disso, possui natureza quantitativa e tem-se por intenção operacionalizá-la por meio de uma *survey*.

A população da pesquisa compreende os profissionais da contabilidade e das áreas de negócios que atuam com as questões tributárias todo o Brasil envolvidos no processo de adoção e adaptação da reforma tributária, pregada pela EC n.º 132, de 2023. Estes representam 800 profissionais, aos quais foi possível ter acesso. Assim, a amostra da pesquisa de antemão caracteriza-se como não probabilística. Com isso, foram enviados mais de 800 convites para participação da pesquisa e retornaram 323, que foram validados e representam a amostra da pesquisa. Os convites foram enviados por e-mail, no período de dezembro de 2023 a março de 2024. Os e-mails fazem parte de um banco de dados pessoal do pesquisador, o qual fora construído a partir de uma rede de contatos.

Martins e Palissaro (2005 p. 83) afirmam que “para explorar empi-



Quadro 3 - Participante Grupo Focal

Participante	Perfil
Carlos	Contador, bacharel em Ciências Contábeis pela Unifor, com pós-graduação lato sensu em Gestão e Modernização Pública pela Universidade de Lisboa em convênio com a Universidade Vale do Acaraú, MBA Controladoria, Auditoria e Gestão Tributária (Ipog), MBA Gestão Tributária em ICMS (FDL), e Diretor Esacon Auditoria e Contabilidade (cofundador).
João	Contador e perito judicial, é especializado em Contabilidade Financeira, Finanças e Cálculos Financeiros, com vasta experiência em operações de crédito de instituições financeiras. Titular da ASA Assessoria Empresarial, há 24 anos, possui especializações em Auditoria Interna e Direito Tributário. Também atua como perito em diversas varas judiciais.
Pedro	Contador, professor, especialista em Contabilidade, Auditoria e Gestão Tributária.
Rodolfo	Contador e empreendedor contábil, atuante nas áreas de Departamento Fiscal e de Pessoal desde 2014. É especialista em e-Social.
Wellington	Contador, especialista em Contabilidade Tributária e Auditoria Fiscal e Tributária, atua, desde 2004, como diretor técnico na Contalger Assessoria Contábil e Gerencial Ltda. Possui vasta experiência em análise de obrigações trabalhistas, apuração de tributos e gestão contábil, destacando-se em regimes tributários complexos e auditoria tributária.
Charles	Contador e empreendedor contábil, atuante nas áreas de Departamento Fiscal e de Pessoal desde 2014. É especialista em e-Social.

Fonte: elaborado pelo autor.

ricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar um constructo e operacionalizá-lo”. Nesse sentido, para a operacionalização e mensuração dos conceitos, contou-se com o auxílio da literatura pertinente e de um Grupo Focal, que permitiu en-

tender a realidade dos profissionais a respeito da reforma tributária.

O Grupo Focal contou com a participação de seis profissionais e o perfil deles é compartilhado no Quadro 3. Aos participantes do grupo focal foram atribuídos nomes fictícios para melhor preservar a opinião destes. Assim, nesta pesquisa eles são reconhecidos por Carlos, João, Pedro, Rodolfo, Wellington e Charles.

O Grupo Focal teve por duração aproximada 80 minutos e contou com interações de todos os participantes. A partir da seleção dos participantes, a estrutura do Grupo Focal seguiu três questões, a saber: 1) Quais são suas principais preocupações em relação às mudanças contábeis propostas pela reforma tributária? 2) Como você acredita que essas mudanças afetarão as práticas contábeis em sua empresa/comunidade e a prestação de contas aos *stakeholders*? 3) Quais são as oportunidades percebidas com as alterações contábeis advindas da reforma tributária?

O grupo focal foi gravado e foi realizada a transcrição do material. Após a transição, o pesquisador dedicou atenção a compreender as preocupações, olhares e mudanças que estavam sendo previstas pelos profissionais da contabilidade e áreas afins que estavam e estão envolvidos com as questões tributárias. Nesse processo notações sobre a temática foram elaboradas pelo pesquisador. Feito esse processo, 27 notações foram criadas e são compartilhadas no Quadro 4.

As notações realizadas estão inscritas em três grupos de investigação, a saber: (I) Elementos relacionados à reforma tributária no escopo contábil e fiscal da empresa; (II) Mudanças propostas pela reforma tributária no escopo da prestação de contas aos *stakeholders*; (III) Oportunidades percebidas com as alterações contábeis e fiscais advindas da reforma tributária. A partir das notações, o questionário da pesquisa foi construído, e sua elaboração contou com a intermediação do campo teórico com o campo prático, por meio da aplicação de um Grupo Focal. O questionário na íntegra está disposto no Apêndice A.

A *survey* foi operacionalizada no *google forms*®, e os dados ad-

Quadro 4 – Constructos da Pesquisa	
Constructo	Assertivas
Elementos relacionados a reforma tributária no escopo contábil e fiscal da empresa	Carga tributária
	Operacionalização dos tributos
	Período de transição
	Dupla responsabilidade diante dos sistemas tributários
	Aumento dos custos do trabalho/serviço prestado
	Orientar os clientes de forma tempestiva
	Leis complementares
	Educação continuada
	Orientação do time de trabalho
	Forma de pagamento dos tributos
Mudanças propostas pela reforma tributária no escopo da prestação de contas juntos aos stakeholders	Advento da Inteligência Artificial
	Impacto na rotina dos colaboradores
	Carga de trabalho alterada
	Prestação de contas juntos ao empresário
	Aplicação da tecnologia
	Profissionalização dos empresários
	Advento do cruzamento de informações
	Dinamismo para a área contábil
Oportunidades percebidas com as alterações contábeis e fiscais advindas da reforma tributária	Consultoria Consultiva
	Educação e Mentoria de Clientes
	Melhores Remunerações
	Crescimento Profissional
	Velocidade Tecnológica
	O Contador passa ser um elo entre o contribuinte e o Fisco
	Pesquisas acadêmicas
	Valorização da classe contábil

Fonte: elaborado pelo autor.

vindos do processo de coleta foram tabulados em *Microsoft Excel*®. Para a operacionalização dos dados, utilizou-se a técnica de Análise Fatorial Exploratória (AFE). Esta escolha metodológica se fundamenta na necessidade de explorar e compreender a estrutura subjacente das variáveis a respeito da reforma tributária e dos efeitos contábeis dessas mudanças presentes nos questionários aplicados aos respondentes. A AFE é uma abordagem estatística que visa identificar padrões latentes ou dimensões subjacentes presentes em um conjunto de dados. No contexto desta pesquisa, a técnica será aplicada para examinar as relações e interdependências entre variáveis complexas, como percepções, atitudes e comportamentos relacionados aos reflexos da reforma tributária (Fávero et al., 2017).



4 Resultados

4.1 Perfil do Participante e Estatística Descritiva

A Tabela 1 apresenta o perfil do participante da presente investigação.

Os perfis dos participantes da pesquisa que se destacam estão inscritos no gênero feminino (173) e são nascidos entre 1981 e 1990. Possuem como formação a Contabilidade e atuam nas funções de analistas e assistentes de contabilidade e contador. Um aspecto interessante identificado é que os participantes possuem múltiplas formações, o que inclui inclusive Turismo e Pedagogia.

Na Tabela 2, apresentam-se o Mínimo, Máximo, Média, Mediana e Desvio-Padrão das assertivas que contribuíram para discutir e construir evidências a respeito das mudanças fiscais e contábeis advindas da EC n.º 132, de 2023, e as possíveis adaptações demandantes.

Observa-se que os elementos relacionados à reforma tributária que podem alterar o escopo contábil e fiscal das empresas estão inscritos (1) na carga tributária, (4) na dupla responsabilidade diante dos sistemas tributários, (7) no surgimento de leis complementares, (8) na necessidade de educação continuada e (9) no aumento das orientações do time de trabalho. Esses elementos foram os que apresentaram maiores médias, superiores a 4, e apresentaram maiores medianas. Assim, esses elementos não apenas têm um impacto direto na

maneira como as empresas cumprem suas obrigações fiscais, mas também exigem mudanças significativas em suas práticas contábeis e estruturas organizacionais.



Tabela 1 – Perfil do Participante

Gênero		Idade	
Masculino	150	Nascidos entre 1940 e 1950	3
Feminino	173	Nascidos entre 1951 e 1960	37
Total	323	Nascidos entre 1960 e 1970	67
Função		Nascidos entre 1971 e 1980	79
Administrador	8	Nascidos entre 1981 e 1990	90
Advogado	4	Nascidos entre 1991 e 2000	41
Analista de Contabilidade	62	Nascidos entre 2001 e 2006	6
Assistente de Contabilidade	31	Total	323
Autônomo	3	Formação	
Consultor	1	Administração	12
Contador	114	Contabilidade	283
Diretor	8	Direito	17
Empresário	1	Economia	5
Estagiário	4	Licenciatura	1
Gerente	22	Pedagogia	2
Professor	3	Sistemas de Informação	1
Sócio	51	Turismo	1
Supervisor	11	Veterinária	1
Total	323	Total	323

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 2 – Estatística Descritiva das Variáveis da Pesquisa

ID	Assertiva	MM	MX	M	MED	DP
1	Carga Tributária	0	5	4,04	5	1,26
2	Operacionalização de tributos	0	5	3,98	5	1,26
3	Período de transição	0	5	3,81	4	1,41
4	Dupla responsabilidade diante dos sistemas tributários	0	5	4,12	5	1,26
5	Aumento dos custos do trabalho/serviço prestado	0	5	3,89	4	1,40
6	Orientar os clientes de forma tempestiva	0	5	3,98	5	1,35
7	Surgimento de Leis Complementares	1	5	4,11	5	1,23
8	Necessidade de Educação Continuada	1	5	4,20	5	1,15
9	Aumento das orientações do time de trabalho	0	5	4,24	5	1,23
10	Forma de pagamento dos tributos	0	5	3,70	4	1,46
11	Advento da Inteligência Artificial	0	5	3,80	4	1,37
12	Impacto na rotina dos colaboradores	0	5	3,98	4	1,26
13	Carga de trabalho alterada	0	5	3,68	4	1,49
14	Prestação de contas aos empresários	0	5	3,91	4	1,35
15	Aplicação da tecnologia	0	5	4,06	5	1,29
16	Profissionalização dos empresários	0	5	3,97	5	1,35
17	Advento do cruzamento de informações	0	5	4,15	5	1,32
18	Dinamismo para a área contábil	0	5	3,65	4	1,46
19	Consultoria Consultiva	0	5	4,07	5	1,24
20	Educação e Mentoria de Clientes	0	5	3,93	4	1,29
21	Melhores remunerações	0	5	3,55	4	1,49
22	Crescimento profissional	0	5	3,94	5	1,32
23	Velocidade Tecnológica	0	5	4,03	5	1,24
24	O contador passa ser um elo entre o contribuinte e o Fisco	0	5	3,90	5	1,36
25	Pesquisas acadêmicas	0	5	3,79	4	1,36
26	Valorização da Classe Contábil	0	5	3,57	4	1,52

Fonte: elaborado pelo autor.





Quanto às questões descritas voltadas para a prestação de contas aos *stakeholders*, nota-se que a (15) aplicação da tecnologia e (17) o advento do cruzamento de informações são preocupações que ocupam a agenda de forma mais significativa dos profissionais que atuam na área contábil e fiscal – foco da pesquisa. É válido ressaltar que atualmente já existem tributos cobrados no Brasil por meio da não cumulatividade e por meio do cruzamento de informações. Assim, pode-se ilustrar que a prestação de contas aos *stakeholders* no escopo da reforma tributária tende a depender da tecnologia e do cruzamento de informações.

As oportunidades percebidas com as alterações contábeis e fiscais advindas da reforma tributária foram foco da investigação também. Assim, a partir dos dados descritivos, observa-se que (19) a consultoria consultiva e (23) a velocidade tecnológica são direções visualizadas em termos de oportunidades por parte dos participantes da pesquisa. Além de estimular a criatividade e a eficiência dentro das organizações, essas oportunidades também criam um mercado dinâmico para soluções tecnológicas e consultoria. Empresas que investem em tecnologia de ponta e em consultoria especializada estarão mais bem preparadas para tirar proveito das mudanças trazidas pela reforma tributária, aumentando sua competitividade e capacidade de adaptação. Dessa forma, a reforma tributária não apenas muda o panorama fiscal, mas também abre novas portas para o crescimento e para a criatividade no mercado empresarial.

Tabela 3 – KMO e Teste de Bartlett

KMO e Teste de Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		0,956
Teste de Esfericidade de Bartlett	Aprox, Qui-quadrado	8.887,176
	gl	325
	Sig.	0,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 4 – Estatísticas sobre Fatores Extraídos

Fatores	Itens	Média (Desvio-Padrão)	Matriz de Componentes (Comunalidades)	VEC	AC
F1	Carga Tributária	4,037 (1,257)	0,876 (0,769)	58,708	0,958
	Operacionalização de tributos	3,984 (1,257)	0,832 (0,694)		
	Período de transição	3,807 (1,405)	0,828 (0,687)		
	Dupla responsabilidade diante dos sistemas tributários	4,118 (1,260)	0,881 (0,783)		
	Aumento dos custos do trabalho/serviço prestado	3,885 (1,397)	0,828 (0,686)		
	Orientar os clientes de forma tempestiva	3,978 (1,347)	0,862 (0,745)		
	Surgimento de Leis Complementares	4,115 (1,234)	0,883 (0,781)		
	Necessidade de Educação Continuada	4,286 (1,152)	0,894 (0,801)		
	Aumento das orientações do time de trabalho	4,236 (1,233)	0,894 (0,799)		
F2	Dinamismo para a área contábil	3,658 (1,462)	0,787 (0,624)	70,248	0,952
	Consultoria consultiva	4,075 (1,241)	0,884 (0,795)		
	Educação e Mentoria de Clientes	3,935 (1,294)	0,861 (0,763)		
	Melhores remunerações	3,550 (1,493)	0,862 (0,747)		
	Crescimento profissional	3,944 (1,322)	0,901 (0,817)		
	Velocidade tecnológica	4,031 (1,245)	0,883 (0,792)		
	O Contador passa ser um elo entre o contribuinte e o Fisco	3,904 (1,363)	0,820 (0,688)		
	Pesquisas acadêmicas	3,792 (1,364)	0,840 (0,722)		
Valorização da classe contábil	3,568 (1,517)	0,818 (0,682)			
F3	Forma de pagamento dos tributos	3,708 (1,458)	0,786 (0,618)	74,463	0,95
	Advento da Inteligência Artificial	3,798 (1,372)	0,869 (0,757)		
	Impacto na rotina dos colaboradores	3,978 (1,259)	0,850 (0,770)		
	Carga de trabalho alterada	3,686 (1,491)	0,832 (0,708)		
	Prestação de contas juntos ao empresário	3,913 (1,355)	0,875 (0,806)		
	Aplicação da tecnologia	4,062 (1,286)	0,889 (0,809)		
	Profissionalização dos empresários	3,972 (1,350)	0,834 (0,701)		
	Advento do cruzamento de informações	4,152 (1,313)	0,900 (0,815)		

Nota Método de Extração de Análise de Componente Principal; e Método de Rotação de Promax(4) com Normalização de Kaiser. VEC = Variação Explicada Cumulativa %. AC = Alfa de Cronbach

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Análise Inferencial

O processo de Análise Fatorial Exploratória (AFE) começa com o reconhecimento do Teste de KMO e Bartlett, apresentado na Tabela 3.

O teste de KMO avalia a proporção da variância compartilhada entre todas as variáveis na amostra, ou seja, aquelas que podem ser expli-

cadadas por um fator comum. O coeficiente do teste para pequenas e médias empresas deve ser próximo de 1 (Fávero *et al.*, 2017). Após esse reconhecimento, é possível verificar que o valor apresentado para a coleção de variáveis que foram submetidas ao sistema está de acordo com os dados encontrados na literatura.

Após a avaliação da significância do teste de Esfericidade de Bartlett, foi encontrado um nível de significância (valor de $p = 0,000$) que confirma a existência de correlações entre as variáveis. Isso indica que a Análise do Fator de Exploração é apropriada para este conjunto de variáveis. Posteriormente, as estatísticas sobre fatores extraídos são avaliadas e tais informações estão dispostas na Tabela 4.

A partir da aplicação da técnica de Análise Fatorial Exploratória, foi possível identificar os impactos no cotidiano nos profissionais da contabilidade advindos da EC n.º 132, de 2023, e as possíveis adaptações demandantes dos espaços contábeis para adoção e permeabilidade destas. Assim, três fatores surgem, a saber: Fator 1 – Mudanças Contábeis e Fiscais da Reforma Tributária, Fator 2 – Oportunidades da Reforma Tributária e Fator 3 – Reforma Tributária: Prestação de contas aos *stakeholders*.

Em relação ao Fator 1 – Mudanças Contábeis Fiscais da Reforma Tributária, observa-se que, na percepção dos profissionais da área de Contabilidade e Tributos, a carga tributária e a operacionalização de tributos serão diretamente afetadas pela reforma tributária, que tende a introduzir mudanças contábeis e fiscais. Ao longo da transição, os profissionais terão que lidar com novos e antigos sistemas tributários, o que pode aumentar os custos do trabalho e dos serviços oferecidos. Para garantir conformidade e eficiência, orientação oportuna dos clientes é essencial. Além disso, novas leis complementares entrarão em vigor, aumentando a necessidade de educação continuada para todos os envolvidos. Isso

aumentará a necessidade de orientação e treinamento contínuo do grupo de trabalho para adaptar-se às novas regulamentações.

Silva (2023) discute os efeitos da reforma tributária no planejamento tributário das empresas. Assim, os resultados ilustram que a reforma tributária impactará a forma como as empresas realizam seus negócios. Diante dessa constatação, é visto que a reforma tem a capacidade de afetar inclusive a vida das pessoas, uma vez que o seu foco é o consumo e a promoção do desenvolvimento econômico do país (Colling *et al.*, 2017). Além disso, aponta-se que a forma de apurar os tributos tende a mudar, uma vez que não haverá o sistema de apuração cumulativo, o que afeta a carga tributária. Com esses argumentos advindos de Colling *et al.* (2017) e Silva (2023), pode-se afirmar que há uma conformidade entre essas discussões com o Fator 1 identificado nesta pesquisa.

Lemos e Contão (2023) apontam que a complexidade do sistema tributário é um item de atenção quanto à operacionalização da implementação da reforma tributária. Com

isso, os efeitos na carga tributária, a partir da inclusão e da configuração de um novo sistema tributário, tende a se mitigar com o processo de complexidade. Com isso, a percepção dos contadores a respeito das mudanças propostas pela reforma se alinha com os olhares de Lemos e Contão (2023).

Em relação ao Fator 2 – Oportunidades da Reforma Tributária, é possível inferir que a área contábil tem muitas oportunidades com a reforma tributária, que aumenta o dinamismo e permite a participação em consultorias. A fim de garantir melhores remunerações e crescimento profissional para os contadores, a educação e a mentoria de clientes tornar-se-ão ainda mais importantes. A velocidade da tecnologia aumentará a necessidade de adaptação e inovação, tornando o contador um meio crítico de comunicação entre o contribuinte e o Fisco. Além disso, as mudanças estimularão a pesquisa

acadêmica na área e aumentarão a valorização da classe contábil, reconhecida por sua importância estratégica e capacidade de se ajustar às novas demandas do mercado.



Silva (2023) aponta que a reforma tributária será benéfica em termos de planejamento tributário e, nesse escopo, o profissional da contabilidade apresenta-se em evidência, principalmente em termos de construir fatos consistentes para que as empresas possam tomar decisão em um cenário de mudanças tributárias. Além disso, para os profissionais envolvidos no processo de mudança, Silva (2023) aponta para a necessidade de acompanhamento constante, o que caracteriza um processo de educação continuada por parte dos contadores. Assim, há um alinhamento entre as narrativas coletadas e as evidências apontadas na *survey* da presente investigação, uma vez que os elementos dispostos no Fator 2 também são narrados em uma perspectiva qualitativa por Silva (2023).

Com base no Fator 3 - Reforma Tributária: Prestação de contas aos *stakeholders*, observa-se que a prestação de contas aos *stakeholders* será fortemente impactada pela reforma tributária, que incluirá o advento da IA e mudanças na forma de pagamento dos tributos. Essa situação terá um impacto direto na rotina dos funcionários, alterando a carga de trabalho e exigindo que eles se adaptem rapidamente às novas tecnologias. A prestação de contas com o empresário será mais detalhada, o que exigirá o uso intensivo de tecnologia para cumprir obrigações fiscais e gerenciar dados. Além disso, o cruzamento de informações automatizado tornará o controle mais rigoroso e cla-

ro, o que levará os empresários a se tornarem mais profissionais e melhorará a qualidade das informações contábeis fornecidas.

Lemos e Contão (2023) apontam que a implementação da reforma tributária dependerá dos inúmeros *stakeholders* que fazem parte do processo tributário, ou seja, os atores que estão envolvidos direta e indiretamente com as questões tributárias no Brasil. Assim, acredita-se que esses diferentes grupos devem trabalhar juntos e chegar a um consenso para garantir uma reforma justa e eficaz. Esse olhar de Lemos e Contão (2023) alinha-se às discussões postas nesta pesquisa, uma vez que existe uma preocupação dos participantes da pesquisa com a prestação de contas aos empresários e aos clientes. Da mesma forma, há um apontamento e atenção quanto à necessidade de incluir elementos tecnológicos nesse processo de prestação de contas aos *stakeholders*.

A Tabela 5 apresenta a correlação de *Spearman* entre os fatores que compõem as mudanças fiscais e contábeis advindas da EC n.º 123, de 2023, e as possíveis adaptações demandantes dos espaços contábeis para adoção e permeabilidade destas.

Observa-se, a partir da Tabela 5, que existem fatores que se apresentam associados. De modo a eviden-

ciar esse processo, tem-se que o Fator 1 - Mudanças Contábeis e Fiscais da Reforma Tributária está associado de modo significativo e com efeito positivo com o Fator 2 - Oportunidades da Reforma Tributária e Fator 3 - Reforma Tributária: Prestação de contas aos *stakeholders*. Concentrando atenção na primeira associação, aponta-se que as mudanças nas regras contábeis e fiscais sugeridas pela reforma não apenas afetarão os procedimentos internos das empresas e a administração tributária, mas também abrirão novas perspectivas para o crescimento econômico e a concorrência no mercado. Com isso, observa-se uma associação de interdependência entre os Fatores 1 e 2.



Tabela 5 – Correlação entre os Fatores

Fatores	F1	F2	F3
F1 - Mudanças Contábeis e Fiscais da Reforma Tributária	1	0,565 (0,000)***	0,760 (0,000)***
F2 - Oportunidades da Reforma Tributária		1	0,607 (0,000)***
F3 - Reforma Tributária: Prestação de contas juntos aos <i>stakeholders</i> .			1

Nota: ***significância ao nível de 1%; **significância ao nível de 5%; e *significância ao nível de 10%

Fonte: elaborado pelo autor.

A segunda associação identificada está posta entre os Fatores 1 e 3. Assim, nota-se também um processo de interdependência significativa e positiva entre essas duas construções. Essa conexão mostra que as mudanças nas regras contábeis e fiscais podem melhorar a transparência e a eficácia dos processos tributários, além de aumentar a comunicação e a credibilidade entre os vários *stakeholders* envolvidos. Essas interdependências podem gerar reflexos positivos principalmente em cenários de evasão fiscal, uma vez que, simplificando o sistema tributário, existirá um cenário de maior incentivo para o processo de prestação de contas. Essa associação entre os Fatores 1 e 3, mostra-se alinhada também com os objetivos da reforma tributária, que visam mitigar o processo de complexidade do Sistema Tributário Nacional.

Além das associações mencionadas, observa-se também que os Fatores 2 - Oportunidades da Reforma Tributária e 3 - Reforma Tributária: Prestação de contas aos *stakeholders* possuem associações significantes e positivas. Com isso, a melhoria da comunicação e transparência com os *stakeholders*, que aumenta a confiança e o apoio ao processo de mudança, está diretamente ligada à criação de novas oportunidades econômicas resultantes da reforma tributária.

5 Conclusões

Esta pesquisa teve por objetivo discutir os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023, no contexto brasileiro, nas atividades cotidianas dos profissionais da contabilidade. Para tal, a pesquisa constrói evidências a partir uma análise quantitativa realizada por meio de uma *survey*, a partir de percepções de profissionais da área contábil e

tributária. Uma reforma tributária é uma mudança complexa e de grande alcance que afeta não apenas os aspectos fiscais e econômicos, mas também tem implicações sociais e políticas de um país. Portanto, ao fornecer uma análise dos reflexos dessa reforma, contribui-se com a capacitação da sociedade, com os formuladores de políticas públicas e com as empresas.

A pesquisa contribui para com as empresas, pois as discussões apresentam as mudanças nas atividades da área tributária com a chegada da reforma tributária. Com isso, os empresários, tributaristas e contadores poderão melhor compreender as mudanças que a área tende a sofrer com a chegada da reforma tributária. Esse processo fornece informações essenciais para entender as implicações das mudanças fiscais, permitindo que desenvolvam estratégias competitivas e planos de planejamento tributário mais eficazes, o que mitiga o processo de evasão fiscal, que é um dos grandes desafios do normatizados na atualidade. Ao estar bem-informadas sobre as nuances da reforma, as empresas podem tomar decisões financeiras mais embasadas, otimizar seus recursos e buscar oportunidades para reduzir sua carga tributária de forma legal e ética, contribuindo, assim, para a sustentabilidade e o sucesso em longo prazo nos mercados altamente dinâmicos e competitivos.

Além dos aspectos supracitados, reconhece-se que a modernização do sistema tributário frequentemente demandará por avanços tecnológicos e uma maior capacitação profissional, especialmente para os contadores e demais profissionais da área contábil. Nessa direção, à medida que as regulamentações fiscais mudam e ganham os espaços na sociedade

brasileira e se tornam mais complexas, a adoção de tecnologias avançadas de contabilidade e o desenvolvimento contínuo de habilidades técnicas são cruciais para manter a conformidade e otimizar as operações financeiras.

Nessa direção, contribui-se também com um processo de educação continuada dos profissionais que contribuirão para implementar as medidas previstas pela EC n.º 132, de 2023. Assim, construir uma linha de comunicação com esses profissionais é um processo elementar para a eficiência e eficácia da adoção das prerrogativas propostas pela reforma e para a permeabilidade desta aos profissionais no atendimento das novas demandas do ambiente tributário e nas orientações às empresas e organizações em meio a um cenário em constante evolução.



Referências

AGELL, J.; ENGLUND, P.; SÖDERSTEN, J. Tax reform of the century—the Swedish experiment. *National Tax Journal*, v. 49, n. 4, p. 643-664, 1996.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Câmara aprova reforma tributária em dois turnos; texto vai ao Senado*. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/978334-camara-aprova-reforma-tributaria-em-dois-turnos-texto-vai-ao-senado/#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,a%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20dos%20novos%20tributos>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ALBANO, AMANDA. O impacto federativo da reforma tributária: a emenda constitucional n.º 132, de 2023. *Revista Carioca de Direito*, v. 5, n. 1, p. 67-84, 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2023.

BUZATTO, G.; CAVALCANTE, M. C. Reforma tributária e regressividade: a tributação sobre o consumo e a busca por justiça fiscal. *Revista Direito Tributário Atual*, v. 3, n. 52, p. 162-188, 2022.

BUZATTO, Gustavo; CAVALCANTE, Miquelam Chaves. Reforma Tributária e Regressividade: a Tributação sobre o Consumo e a Busca por Justiça Fiscal. *Revista Direito Tributário Atual*, n. 52, p. 162-188, 2022.

CASTRO, L. L. P. The Protests Are the Fear of the Colombian and Chilean Government in the Year 2020 to 2021. *Estudios Socio-Jurídicos*, v. 25, n. 1, p. 1-36, 2023.

CNN. *Brasil deixa de arrecadar R\$ 40 bi por ano com paraísos fiscais e offshores, aponta estudo*. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-deixa-de-arrecadar-r-40-bi-por-ano-com-paraiss-fiscais-e-offshores-aponta-estudo/#:~:text=De%20acordo%20com%20um%20relat%C3%B3rio,%2C%20ou%20R%24%20%2C340%20trilh%C3%B5es>. Acesso em: 2023.

COLLING, T.; GOLDINI, A. G.; NORAES, J. P.; ARRUDA, J. R. Elisão fiscal: Relato técnico sobre a melhor opção tributária entre lucro presumido e regime especial de tributação para uma empresa da construção civil no período de 2012 a 2016. *Revista Capital Científico-Eletrônica*, v. 15, n. 4, p. 129-142, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Estudo técnico sobre os reflexos da reforma tributária nas empresas de serviços contábeis*. 2023. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/08/ReformaTributaria_CFC__ServicosContabeis.final_1.pdf. Acesso em: 2023.

CONTÁBEIS. *Como a reforma tributária pode impactar a profissão contábil?* 2023. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/60379/reforma-tributaria-impactos-na-profissao-contabil/>. Acesso em: 2023.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, P. C. G.; ARAÚJO, C. H. V. Reforma tributária, efeitos alocativos e impactos de bem-estar. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 2, p. 133-166, 1999.

GRUPO IDEAL. *Impactos da Reforma Tributária para os Contadores*. 2023. Disponível em: <https://ideal.cnt.br/impactos-da-reforma-tributaria-para-os-contadores/>. Acesso em: 2023.

GUERRA, F. Reflexos da Reforma Tributária na Profissão Contábil. *Anais XVII... Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC)*, 2023.

GUERRA, Felipe Matos; GUERRA, Maria Vitória Cunha Leal. Reforma Tributária: Uma Análise Comparativa Entre As Principais Propostas. *Revista Paraense de Contabilidade*, v. 8, n. 1, p. e117-e117, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO (IBPT). *Estudo – Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar para pagar seus impostos?* 2021. Disponível em: <https://ibpt.com.br/estudo-dias-trabalhados-2021/>. Acesso em: 2021.

LEMOS, F. R.; DA SILVA CONTÃO, T. Perspectivas e desafios da reforma tributária no Brasil. *Revista Jurídica do Nordeste Mineiro*, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2023.

MACEDO, Jéssyca Fontenele; MONTEIRO, Ricardo Aladim. REFORMA TRIBUTÁRIA: POSSÍVEIS IMPACTOS PARA A MICRO E PEQUENA EMPRESA DO SIMPLES NACIONAL. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 9, p. 3261-3290, 2024.

MARTINS, G. D. A.; PELISSARO, J. Sobre conceitos, definições e constructos nas Ciências Contábeis. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v. 2, n. 2, p. 78-84, 2005.

MENDES, L. S. A importância da Reforma Tributária para o crescimento econômico do país. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/24272>. Acesso em: 2022.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Câmara dos Deputados aprova em dois turnos a PEC que faz a Reforma Tributária*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/camara-deputados-aprova-em-dois-turnos-a-pec-que-cria-a-reforma-tributaria>. Acesso em: 04 ago. 2023.

MIRANDA, A. J. A. *O combate à fraude e evasão fiscais: a atuação da administração tributária e a avaliação dos resultados obtidos*. 2013. Tese (Doutorado) - Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2013.

MOREIRA, A. M.; MACHADO, S. G. R. *Conceito de tributo e sua divisão em espécies*. In: TRIBUTAÇÃO: democracia e liberdade: em homenagem à Ministra Denise Martins Arruda. São Paulo: Noeses, 2014.

NAVARRO SAJONERO, E.; DURANGO POSSO, O. E. *Benefícios tributários em matéria de IVA de los países: Argentina, Chile, Brasil y Colombia*. 2022.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. Reforma tributária no Brasil: Princípios norteadores e propostas em debate. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, p. 213-244, 2018.

ORIGUELA, L. A. Os principais impactos do SPED na profissão contábil: uma análise da percepção dos profissionais da contabilidade. *Caderno Profissional de Administração da UNIMEP*, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

PEREIRA, R. A.; FERREIRA, P. C. Avaliação dos impactos macroeconômicos e de bem-estar da reforma tributária no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, p. 191-208, 2010.

PIMENTA, B. R.; SCABORA, F. C. Conformidade fiscal e moral tributária: uma via de mão dupla?. *Revista Direito Tributário Atual*, v. 1, n. 53, p. 100-119, 2023.

SILVA, N. L. C.; TOURINHO, O. A. F.; ALVES, Y. L. B. O impacto da reforma tributária na economia brasileira: uma análise com o modelo CGE. *Repositório do Conhecimento IPEA*, 2004.

SILVA, R. B. D. *Reforma tributária: o impacto e resultado das mudanças tributárias pela PEC 45/19 no planejamento fiscal das empresas*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, São Luís, 2023.

SILVEIRA, F. G.; PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Reforma tributária no Brasil: por onde começar?. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 3, p. 212-225, 2018.

TADEU, S.; ALMEIDA, N.; GONÇALVES, A. Contabilidade 4.0, a tecnologia a favor dos contadores na era digital. *Revista Projetos Extensionistas*, v. 1, n. 1, p. 146-153, 2021

Apêndice A - Questionário

Indique o impacto que os elementos relacionados a reforma tributária podem ter no escopo contábil e fiscal da sua empresa e/ou das empresas que você administra. Sendo (0) Nenhum Impacto e (10) Alto Impacto.

Carga tributária	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Operacionalização dos tributos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Período de transição	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Dupla responsabilidade diante dos sistemas tributários	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aumento dos custos do trabalho/serviço prestado	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Orientar os clientes de forma tempestiva	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Leis complementares	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Educação continuada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Orientação do time de trabalho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indique o impacto que as mudanças propostas pela reforma tributária podem ter no escopo da prestação de contas juntos aos *stakeholders* (Governo; Fornecedores, Clientes). Sendo (0) Nenhum Impacto e (10) Alto Impacto.

Forma de pagamento dos tributos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Advento da Inteligência Artificial	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Impacto na Rotina dos colaboradores	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Carga de trabalho alterada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Prestação de contas juntos ao empresário	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aplicação da tecnologia	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Profissionalização dos empresários	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Advento do cruzamento de informações	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indique o seu grau de concordância com as oportunidades percebidas com as alterações contábeis e fiscais advindas da reforma tributária. Sendo (0) Não Concordo e (10) Concordo Totalmente.

Dinamismo para a área contábil	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Consultoria Consultiva	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Educação e Mentoria de Clientes	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Melhores Remunerações	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Crescimento Profissional	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Velocidade Tecnológica	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
O Contador passa ser um Elo entre o contribuinte e o Fisco	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Pesquisas Acadêmicas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Valorização da Classe Contábil	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Perfil do Participante da Pesquisa

Gênero

- Feminino
- Masculino
- Agênero ou Não-binário
- Eu prefiro não revelar

Por favor, selecione a opção que melhor descreve sua cor, à medida que você se sente confortável para responder:

- Amarelo
- Branco
- Pardo
- Preto
- Eu prefiro não revelar

Em que ano você nasceu? _____

Qual é o seu curso de graduação (caso tenha feito mais de um, selecione o que você considera como principal formação)?

- Administração
- Contabilidade
- Economia
- Outro, Qual?

Qual a sua função na empresa que você trabalha?

Qual é o enquadramento da empresa que você trabalha?

- Microempresa (menor ou igual a R\$ 2,5 milhões)
- Pequena Empresa (maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões)
- Média Empresa (maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões)
- Média-Grande Empresa (maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões)
- Grande Empresa (Maior que 300 milhões/ano)

Agradecimento

Agradecemos a sua colaboração, pois a sua participação é essencial para a elaboração desta pesquisa.

Informe seu endereço de e-mail caso queira receber os resultados da pesquisa futuramente



Reflexos da pandemia no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico no Brasil

O presente artigo objetivou analisar o reflexo da pandemia da Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico listadas na B3. Para tal, utilizou-se de uma abordagem de pesquisa documental com dados secundários de 11 empresas do setor de logística listadas na B3 entre os anos de 2017 e 2022. A análise dos dados foi feita por meio de estatísticas descritivas a fim de avaliar o contexto pré-pandêmico (2017-2019) e durante a pandemia (2020-2022). Além disso, realizou-se o teste T de Student para determinar se existem diferenças significativas entre os dois períodos analisados. As variáveis do estudo compreendem os seguintes indicadores econômico-financeiros: endividamento, liquidez, atividade e rentabilidade. Os resultados revelam queda nos indicadores de liquidez e rentabilidade e aumento do endividamento das empresas durante a pandemia. Conclui-se que a pandemia afetou substancialmente o desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas, causando diversos transtornos, especialmente de natureza econômico-financeira. O estudo oferece orientações práticas para uma gestão proativa diante de eventos disruptivos, como a pandemia, e contribui para o entendimento teórico dos efeitos das crises no desempenho das empresas, bem como fornece informações para empresas e gestores ajustarem suas estratégias e planos de contingência para futuras crises.

Vivian Duarte de Lima

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: vivian.duarte@ufms.br

Marcielle Anzilago

Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina, atua como docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

E-mail: marcielle.anzilago@ufms.br

Renata Bissi de Oliveira

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: renata_bissi@hotmail.com

1 Introdução

A pandemia da Covid-19, além de questões sanitárias, desencadeou consequências econômicas e sociais. Muitas empresas tiveram seus negócios afetados, o que se refletiu no desempenho financeiro de empresas dos mais diversos setores (Salisu; Vo, 2020; Heyden; Heyden, 2021). Portanto, a pandemia trouxe um cenário de instabilidade e risco econômico para as empresas (IBGE, 2020). Nesse contexto, gestores e investidores precisaram tomar decisões, diante de uma série de incertezas (Salisu; Vo, 2020).

Para Senhoras (2020), os impactos da pandemia da Covid-19 na economia são assimétricos e geram efeitos distintos, a depender das características macro e microeconômicas de cada país.

Dessa maneira, Hassan

et al. (2020) enfatizam que diversos gestores empresariais ao redor do mundo demonstraram preocupação em como lidar com a pandemia da Covid-19, o que implica entender como essa situação afetaria seus negócios diretamente, assim como quais medidas poderiam ser implementadas pelas empresas para mitigar os efeitos da crise sanitária. Assim, conforme menciona Nascimento (2009), as mudanças no cenário empresarial exigem rápidas adaptações das organizações, visando à sua sobrevivência e ao seu crescimento.

Musa e Enggarsyah (2021) ressaltam que, com as mudanças decorrentes da crise da Covid-19 em todo o mundo, muitas organizações enfrentaram desafios e necessitaram tomar decisões estratégicas difíceis. Avelar *et al.* (2021) mencionam que, com as medidas tomadas para conter a pandemia, houve uma queda significativa das vendas e receitas, seguida da necessidade de honrar os compromissos, fazendo com que o endividamento das empresas aumentasse durante esse período.

De acordo com nota divulgada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (2020), os impactos econômicos gerados pela pandemia nas empresas estão relacionados ao isolamento social e dividem-se em três: i) efeito instantâneo,

como consequência das restrições à produção e ao consumo; ii) extensão do período de recuperação; e iii) efeito diante do percurso de longo prazo da economia (Rocha, 2022). Assim, é possível estimar esses impactos mediante as variações nos preços de suas ações, bem como mensurá-los a partir das demonstrações financeiras (Seifzadeh; Salehi; Abedini, 2020).

Segundo Lima (2020), apesar da redução inicial da taxa de juros básica (Selic) – medida adotada para fortalecer a economia e controlar a inflação –, observaram-se a queda da demanda e a perda de renda da população. Embora tenha ocorrido a redução da taxa de juros, esta não foi suficiente para amenizar os impactos causados pela pandemia (Ferreira Junior; Santa Rita, 2020). Com base no exposto, a questão que orienta a presente investigação é a seguinte: **Quais os reflexos da pandemia da Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico no Brasil?** Assim, esta pesquisa objetiva analisar os reflexos da pandemia da Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico no Brasil.

Assim, o estudo justifica-se pelo fato de o setor de transporte e logística ter sido uma atividade essencial na pandemia. Conforme dispõe a empresa Rumo S.A. (2021), o setor de transporte e logística de cargas era uma atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras durante a pandemia; assim, torna-se relevante analisar a situação econômica financeira dessas empresas. Justifica-se também pelo fato de que não está claro como as empresas foram afetadas pela pandemia da Covid-19, já que seus efeitos nos negócios se mostram variados de pandemias anteriores (Hassan *et al.*, 2020) e até mesmo outras questões econômicas e relativas ao próprio negócio e à gestão.



“Mediante indicadores econômico-financeiros, a avaliação de desempenho é considerada também uma escolha de gestão racional, visto que permite medir previamente ou concluir como está o desempenho organizacional e, assim, subsidiar as decisões estratégicas de gestores.”

No Brasil, adotaram-se várias medidas para auxiliar as empresas na tentativa de evitar o fechamento e garantir seu funcionamento (Brito *et al.*, 2021). Dessa forma, o tema torna-se relevante, fazendo-se necessária a realização de investigações que tragam maior compreensão em relação à extensão e gravidade do cenário econômico e seus efeitos nas empresas, visto que, mesmo com incentivos, o cenário foi negativo (Nassif; Corrêa; La Falce, 2020). Dessa maneira, torna-se relevante analisar o impacto da pandemia no setor logístico devido à área e à importância ocupada por este no nível brasileiro. O estudo contribui para a discussão acadêmica e profissional dos efeitos da pandemia da Covid-19, a sustentabilidade econômico-financeira das empresas, os desafios enfrentados por estas no período de crise mundial e a propagação do conhecimento científico.

2 Referencial Teórico

2.1 Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas

De acordo com Robinson, Henry e Broihahn (2020), as demonstrações financeiras têm o papel de dotar informações que estejam re-

lacionadas ao desempenho das empresas e à sua posição financeira e que sejam úteis a uma grande variedade de usuários na tomada de decisões econômicas. Assim, a análise de demonstrações contábeis propicia a verificação de indicadores econômico-financeiros das empresas, que podem ser utilizados para a avaliação de desempenho, com o intuito de demonstrar informações importantes para o processo de tomada de decisão (Bortoluzzi *et al.*, 2011). Santos e Casa Nova (2005) acrescentam ainda que as demonstrações contábeis facilitam a disponibilidade das informações aos credores e investidores.

Para Bressan, Braga e Bressan (2003), a grande maioria das informações que auxilia a tomada de decisão empresarial é proveniente de indicadores financeiros, que, por sua vez, são oriundos da análise de demonstrações contábeis. A partir de informações provenientes das demonstrações, podem-se verificar dois tipos de indicadores, os absolutos e os relativos ou índices. As medidas absolutas são representadas por dados brutos, tais como o total de vendas, lucro ou prejuízo do exercício, entre outras contas contábeis. Já a medida relativa ou os índices são informações lapidadas, ou seja, são indicadores

financeiros que se originaram da média, da comparação ou dos demais cálculos necessários para a formação de índices, tais como ROE, ROA, crescimento das vendas e outros (Kanesiro, 2008).

De acordo com Siqueira, Rosa e Oliveira (2003), pode-se verificar, por meio de um conjunto de indicadores econômico-financeiros, o desempenho de empresas, o que constitui um diferencial de mercado, devido à otimização de recursos materiais e humanos. Mediante indicadores econômico-financeiros, a avaliação de desempenho é considerada também uma escolha de gestão racional, visto que permite medir previamente ou concluir como está o desempenho organizacional e, assim, subsidiar as decisões estratégicas de gestores. Além de verificar o desempenho empresarial, os indicadores de desempenho auxiliam gestores na definição de planejamento estratégico e na tomada de decisões (Fischmann; Zilber, 2009). Conforme Ensslin e Ensslin (2009), o processo de avaliação de desempenho organizacional é utilizado a fim de fixar, construir, disseminar, organizar, identificar e mensurar informações sobre um contexto em que se deseja gerenciar e avaliar, com o intuito principal de auxiliar as estratégias organizacionais.

Nicoleta-Cornelia *et al.* (2012) comentam ainda que o principal objetivo da análise econômico-financeira é compreender a situação da empresa para subsidiar decisões de alocação de recursos. Pode-se dizer que essa análise tem por objetivo interpretar o passado e o presente da empresa, prevendo e preparando para as condições futuras (Lee; Lin; Shin, 2012), e representa tanto fatores internos como fatores externos à empresa (Andekina; Rakhmetova, 2013). Conforme dispõem Tavares e Silva (2012), as principais técnicas de análise econômico-financeira estão relacionadas com os indicadores econômico-financeiros.

Esses indicadores são calculados a partir das informações contidas nas demonstrações financeiras das empresas e possibilitam que analistas ou gestores obtenham diversas informações sobre a situação econômico-financeira da empresa (Fernandes; Ferreira; Rodrigues, 2014). Em períodos de crise, como o da pandemia da Covid-19, esse tipo de análise das empresas é relevante (Tron, 2021). Assim, tais indicadores sintetizam as informações das demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas e as disponibilizam aos mais diversos usuários de informações. Portanto, como destacam Heyden e Heyden

(2021), os efeitos da pandemia sobre as empresas podem ser analisados sob a perspectiva de indicadores econômico-financeiros.

2.2 Estudos Anteriores

Sousa (2020) analisou o impacto da pandemia da Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor aéreo brasileiro. Os achados do estudo revelam que as empresas já apresentavam resultados adversos; tal cenário agravou-se com a pandemia e refletiu-se em lucros negativos, endividamento e aumento do prejuízo acumulado. Os resultados ainda demonstram queda em todos os indicadores das empresas no primeiro trimestre de 2020, em relação ao mesmo período do ano de 2019, o que indica que o setor aéreo brasileiro foi muito afetado pelas medidas impostas para controlar a pandemia.

Avelar *et al.* (2021) analisaram os efeitos da pandemia sobre a sustentabilidade econômico-financeira das empresas brasileiras de capital aberto, no que concerne aos indicadores econômico-financeiros das empresas nos dois últimos trimestres de 2019 e no primeiro trimestre de 2020. Os resultados apontam que a pandemia teve influência na sustentabilidade econômico-financeira das empresas, visto que ocasionou perda de valor de mercado, queda na rentabilidade e aumento do grau de endividamento. Houve redução significativa

nas receitas, o que impôs a necessidade de contratação de empréstimos e financiamentos para amenizar os efeitos. Os indicadores de atividade e endividamento apresentaram um aumento; por outro lado, os de liquidez foram os únicos que não sofreram variações significativas, com valores próximos aos apurados no período anterior.

Brito *et al.* (2021) analisaram o efeito da pandemia nos segmentos varejistas de eletrodomésticos e produtos diversos, no período entre 2017 e 2020. Os resultados evidenciam que as empresas foram afetadas de forma positiva, diante da melhora nos índices de liquidez, com a evolução superior do ativo frente ao passivo da empresa, e tendo em vista a evolução positiva das condições financeiras e patrimoniais em relação às suas obrigações. No que concerne à rentabilidade, o crescimento do faturamento foi acompanhado da elevação de custos e despesas, o que afetou negativamente o lucro das empresas.

Costa (2021) analisou como a pandemia da Covid-19 afetou o desempenho das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro, por meio dos indicadores Giro do Ativo, ROA, ROE e Margem Líquida. Os resultados mostram que somente o desempenho indicado pela Margem Líquida melhorou durante a pandemia. Apesar de, em ambos os períodos, as empresas não conseguirem gerar lucro líquido, o teste de hipóteses constatou que não houve diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos indicadores analisados. Cardoso e Tristão (2021) verificaram o comportamento dos indicadores econômico-financeiros e do retorno das ações da rede de Hotéis Othon na pandemia. Os resultados indicam que a empresa já apresentava certa dificuldade em períodos anteriores ao da pandemia, mas que foram agravadas após o início da crise.



“Os resultados ainda demonstram queda em todos os indicadores das empresas no primeiro trimestre de 2020, em relação ao mesmo período do ano de 2019, o que indica que o setor aéreo brasileiro foi muito afetado pelas medidas impostas para controlar a pandemia.”

Dias (2022) estudou o desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas na B3 no período de 2019 a 2021. Os resultados demonstram que a rentabilidade das empresas diminuiu em 2020 – exceto o EBITDA e a margem líquida, que melhoraram. Os indicadores de liquidez, de modo geral, melhoram após a pandemia, com destaque maior para o ano de 2020. Quanto aos indicadores de estrutura de capital, os resultados variaram, a composição do endividamento teve elevação no primeiro ano de pandemia, enquanto o endividamento geral diminuiu em 2020.

3 Metodologia

O estudo adota uma abordagem descritiva, visando descrever o impacto da pandemia no desempenho das empresas analisadas. Para isso, utilizou-se de dados secundários por meio de uma pesquisa documental, com base em documentos como fonte de informações e evidências para análise

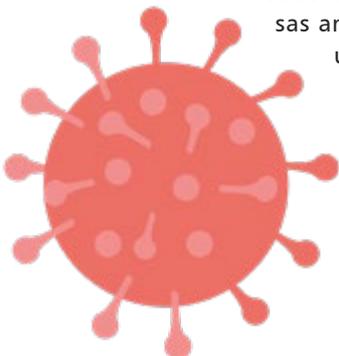


Figura 1 – Indicadores econômico-financeiros

Endividamento (estrutura de capital)	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de Endividamento (GE) • Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Liquidez corrente (LC) • Liquidez geral (LG) • Liquidez seca (LS)
Atividade/Ciclos	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo médio de recebimento de clientes (PMR) • Prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)
Rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Giro do ativo (GiroAt) • Rentabilidade do ativo (ROA) • Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

se (Martins; Theóphilo, 2009). A abordagem do problema classifica-se como quantitativa. A população deste estudo abrange as principais companhias do setor de logística listadas na B3, totalizando 12 empresas. Uma delas não forneceu todos os dados necessários para análise, motivo pelo qual foi excluída da amostra final, que contou com 11 empresas do setor listadas na B3 e disponíveis para acesso aos dados, viabilizando, assim, a pesquisa. A escolha dessas empresas se justifica pelo papel de logística e transporte durante a pandemia, visto que se constituíram no principal meio de transporte do país.

As variáveis do estudo com-

preendem os seguintes indicadores econômico-financeiros: endividamento, liquidez, atividade e rentabilidade. Os dados foram coletados na base de dados da *Economatica*® em fevereiro de 2024. As variáveis utilizadas no estudo são apresentadas na Figura 1.

A análise abrangeu o período de 2017 a 2022, ou seja, três anos antes e três anos durante a pandemia da Covid-19. Os dados foram coletados anualmente. Essa divisão cronológica visa permitir a observação de tendências, bem como identificar oscilações ou estabilidades nos indicadores econômico-financeiros antes da pandemia (2017-2019) e ao longo dessa crise sanitária (2020-2022).

Empregaram-se estatísticas descritivas para avaliar e interpretar os dados, bem como observar as tendências das variáveis nos períodos pré-crise (2017-2019) e durante a pandemia (2020-2022). Além disso, foi realizado o teste T de *Student* para determinar se existem diferenças significativas entre as médias durante esses dois intervalos distintos: comparou-se o período anterior à pandemia (2017-2019) com o contexto pandêmico (2020-2022).

4 Análise e Discussões dos Resultados

Nesta seção, evidenciam-se os resultados dos indicadores econômico-financeiros das empresas, antes e durante a pandemia da Covid-19, e os respectivos valores *p-value* referentes ao teste T para a comparação dos períodos analisados, a fim de verificar se há diferenças estatísticas entre eles. Na Tabela 1, apresentam-se os dados referentes ao endividamento (estrutura de capital) das empresas.

Com base nos dados da Tabela 1, percebe-se que o endividamento de algumas das empresas analisadas diminuiu durante a pandemia em comparação com o período pré-pandêmico. Os dados indicam que a empresa JSL vinha diminuindo suas dívidas antes da pandemia. Assim, no ano de 2020, auge da crise, houve uma queda significativa do endividamento da empresa, possivelmente devido à paralisação da economia diante das medidas de proteção adotadas para amenizar os efeitos da pandemia.

Nos anos seguintes, observou-se um leve aumento nas dívidas, o que indica o retorno das atividades normais da JSL; de forma semelhante, a empresa Tegma também vinha reduzindo suas dívidas antes da pandemia. No entanto, em 2020, houve um aumento, o que pode ter sido ocasionado pela crise sanitária, de-



Tabela 1 – Indicadores de Endividamento

Empresas	Pré-Pandemia			Durante a Pandemia			Teste T
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Grau de Endividamento (GE)							
JSL	695,30	961,30	609,80	237,90	296,70	299,90	0,04**
TEGMA	49,70	33,10	37,90	40,70	29,20	18,70	0,26
LOG-CP	46,00	43,50	30,10	26,00	37,90	48,40	0,78
RUMO	120,59	127,73	136,05	130,18	141,02	108,74	0,90
SEQUOIA	135,50	136,60	402,70	145,70	111,20	175,30	0,46
LOG-IN	108,37	110,07	65,72	63,00	61,26	44,11	0,10
HIDROVIAS BRASIL	161,81	182,18	195,86	259,64	395,72	341,92	0,05**
CCR	199,06	201,90	225,49	250,69	312,30	245,55	0,09***
ECORODOVIAS	792,87	1172,62	1906,03	15127,03	428,55	462,36	0,50
AZUL	123,16	117,14	-99,97	-52,02	-135,87	-122,16	0,17
GOL	-231,53	-157,25	-118,36	-72,47	-56,52	-56,11	0,08***
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)							
JSL	509,30	583,10	404,00	170,10	226,60	253,60	0,02**
TEGMA	46,80	41,70	48,70	40,50	39,40	37,50	0,07***
LOG-CP	0,07	0,11	0,16	0,16	0,14	0,42	0,29
RUMO	140,49	143,67	136,64	89,21	106,37	110,63	0,02**
SEQUOIA	58,80	43,10	47,50	16,90	23,00	28,20	0,01*
LOG-IN	-142,98	-145,50	220,61	233,98	243,85	173,18	0,18
HIDROVIAS BRASIL	214,78	182,27	191,83	230,22	357,62	321,97	0,10
CCR	12,70	12,84	13,85	14,75	13,27	8,78	0,68
ECORODOVIAS	73,97	81,76	119,78	770,87	18,66	15,55	0,56
AZUL	117,36	103,97	-257,34	-45,31	-43,42	-50,01	0,81
GOL	-104,13	-62,55	-85,26	-36,03	-36,46	-44,89	0,06***

Significante a: 1%*; 5%**; 10***

Fonte: dados da pesquisa elaborada pelos autores (2024).

vido à queda da atividade no início do surto de Covid-19 e à adoção de medidas protetivas para combater a pandemia e garantir o pagamento das obrigações, seguidas por uma tendência de queda nos anos subsequentes à volta das atividades.

As demais empresas tiveram a mesma situação. Assim, com base nos resultados do teste T, observa-se que a JSL e a Gol apresentaram diferenças significativas – *p-value* = 0,004 e 0,008, respectivamente. Antes da pandemia, essas empresas tinham dívidas mais elevadas, mas, durante esse período, houve uma diminuição, o que pode ter sido ocasionado pelas medidas adotadas no enfrentamento da crise.

Em contraste, as empresas Hidrovias Brasil e CCR apresentaram diferenças estatísticas significativas, com o aumento da dívida durante a pandemia em comparação com o período anterior. Tal conjuntura corrobora o estudo de Avelar *et al.* (2021), segundo o qual a pandemia teve influência na sustentabilidade econômico-financeira das empresas, visto que ocasionou perda de valor de mercado, queda na rentabilidade e aumento do grau de endividamento. Houve redução significativa nas receitas, o que impôs a necessidade de contratação de empréstimos e financiamentos para amenizar os efeitos e cumprir com as obrigações.

Ao se analisar o grau de imobilização do patrimônio líquido das empresas durante a pandemia, nota-se que algumas empresas, como JSL, Rumo e Sequoia, reduziram a imobilização do PL em comparação com o período anterior à crise. Esse fenômeno pode ser atribuído às novas políticas traçadas pelas empresas para enfrentar a crise, bem como à necessidade de manter um capital de giro para manter suas operações. Essa redução reflete uma desaceleração nos investimentos. Esses dados corroboram os resultados encontrados por Avelar *et al.* (2021), que identificam uma forte influência da pandemia no desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas.

Esse resultado também foi significativo para o teste T no caso das empresas JSL, Tegma, Rumo, Sequoia e Gol. Vale ressaltar, porém, que a empresa Gol já apresentava resultados negativos antes da pandemia. Avelar *et al.* (2021) mencionam que, com as medidas tomadas para conter os efeitos da crise sanitária, houve uma queda significativa das vendas e receitas, seguida da necessidade de honrar os compromissos. Diante dessa conjuntura, o endividamento das empresas aumentou durante o período, o que as fez procurar outras medidas para arcar com seus compromissos, tais como venda de imobilizados, capital de terceiros, entre outros. Assim, após analisado o grau de endividamento, partiu-se para a análise da liquidez das empresas. Dessa maneira, na Tabela 2, apresentam-se os indicadores de liquidez.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, é possível afirmar que as empresas mantiveram os índices satisfatórios de liquidez no curto prazo, o que indica certa folga financeira para cumprir com as obrigações no curto prazo. No entanto, observa-se uma exceção para as empresas JSL, Log-CP, Rumo, Se-

Tabela 2 – Indicadores de Liquidez

Empresas	Pré-Pandemia			Durante a Pandemia			Teste T
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Liquidez Corrente (LC)							
JSL	1,40	1,80	1,90	2,00	2,20	1,90	0,15
TEGMA	1,90	2,00	1,70	2,50	2,30	2,90	0,04**
LOG-CP	0,89	1,29	6,69	2,37	1,52	1,35	0,58
RUMO	1,25	1,65	1,63	2,34	2,79	1,71	0,12
SEQUOIA	0,95	1,05	1,05	2,16	1,24	1,14	0,26
LOG-IN	1,13	1,01	2,76	2,54	1,97	1,57	0,57
HIDROVIAS BRASIL	0,63	3,52	3,86	3,20	2,04	1,86	0,80
CCR	1,09	0,94	1,09	1,07	1,35	1,17	0,20
ECORODOVIAS	1,22	1,54	0,58	0,69	0,64	0,63	0,24
AZUL	0,99	0,87	0,60	0,53	0,50	0,32	0,06***
GOL	0,58	0,46	0,48	0,31	0,24	0,22	0,01*
Liquidez Geral (LG)							
JSL	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	1
TEGMA	1,2	1,2	1,2	1,4	1,6	1,8	0,07***
LOG-CP	0,40	0,37	1,06	0,78	0,59	0,44	0,98
RUMO	0,40	0,41	0,56	0,82	0,75	0,71	0,01*
SEQUOIA	0,56	0,71	0,50	0,84	0,58	0,50	0,70
LOG-IN	0,35	0,39	0,74	0,73	0,65	0,71	0,24
HIDROVIAS BRASIL	0,22	0,48	0,46	0,43	0,30	0,32	0,75
CCR	0,58	0,49	0,56	0,60	0,55	0,55	0,57
ECORODOVIAS	1,22	1,54	0,58	0,69	0,64	0,63	0,24
AZUL	0,81	0,87	0,40	0,27	0,25	0,21	0,09***
GOL	0,39	0,39	0,33	0,23	0,14	0,14	0,01*
Liquidez Seca (LS)							
JSL	1,4	1,7	1,8	2	2,1	1,9	0,07***
TEGMA	1,9	2	1,7	2,5	2,3	2,9	0,04**
LOG-CP	0,89	1,29	6,69	2,37	1,52	1,35	0,58
RUMO	1,17	1,54	1,55	2,29	2,74	1,67	0,10
SEQUOIA	0,95	1,05	1,05	2,16	1,24	1,14	0,26
LOG-IN	1,08	0,94	2,69	2,49	1,89	1,49	0,59
HIDROVIAS BRASIL	0,61	3,44	3,74	3,07	1,88	1,71	0,75
CCR	1,09	0,94	1,09	1,07	1,35	1,17	0,20
ECORODOVIAS	1,22	1,54	0,58	0,69	0,64	0,63	0,24
AZUL	0,95	0,82	0,57	0,49	0,45	0,28	0,06***
GOL	0,55	0,43	0,46	0,29	0,22	0,18	0,01*

Significante a: 1%*; 5%**; 10***

Fonte: dados da pesquisa elaborada pelos autores (2024).

quoia, Log-In, Hidrovias Brasil, CCR, Azul e Gol, cujos índices de liquidez geral já estavam deficitários antes da pandemia e permaneceram assim ao longo da crise, dificultando ainda mais a condição financeira dessas empresas. Nota-se um aumento na capacidade de pagamento no curto prazo em algumas empresas, possivelmente como resultado das medidas adotadas para enfrentar a crise da pandemia, tais como empréstimo, financiamento, venda de imobilizado, etc. O au-

mento do endividamento pode ter contribuído para o aumento dos recursos disponíveis das empresas para cumprir suas obrigações e, consequentemente, melhorar sua liquidez. Além disso, é perceptível que várias empresas já enfrentavam déficits de liquidez antes da pandemia, e a crise apenas exacerbou essa situação, o que suscitou a necessidade de buscar soluções para honrar compromissos financeiros e desencadeou maiores problemas econômico-financeiros.



A análise do teste T revela que houve significância estatística no desempenho da liquidez corrente da empresa Tegma durante o período da pandemia, diante de um aumento que pode ter sido influenciado pelo aumento do ativo circulante na empresa, em decorrência das medidas adotadas pela gestão. Por outro lado, as empresas Gol e Azul registraram resultados significativos, porém, observou-se uma deterioração em sua liquidez, em comparação ao período anterior à pandemia. Tal fenômeno pode ser atribuído às medidas restritivas implementadas para conter a propagação do vírus, resultando em impactos adversos para as companhias aéreas que foram afetadas de forma significativa com as medidas de contenção da pandemia.

Em relação à liquidez geral, observaram-se melhorias significativas nas empresas Tegma e Rumo, enquanto as empresas aéreas Azul e Gol apresentaram resultados significativos, mas com uma deterioração em sua liquidez geral e liquidez seca. Notavelmente, durante o período da pandemia, as empresas JSL e Tegma demonstraram uma melhora em sua liquidez seca. Esse fenômeno pode ter sido influenciado por diversos fatores, incluindo políticas internas de contenção da crise adotadas pelas empresas, bem como a classificação da atividade principal dessas empresas como essencial, o que possivelmente teve impacto direto.

Os resultados deste estudo estão alinhados com descobertas anteriores na literatura. Por exemplo, Brito *et al.* (2021) observaram que as empresas foram impactadas pela pandemia, porém registraram uma melhora nos índices de liquidez, com um crescimento superior dos ativos em relação aos passivos, acompanhado de uma evolução positiva das condições financeiras e patrimoniais em comparação com suas obrigações. Além disso, Dias (2022)

Tabela 3 – Indicadores de atividades ou ciclos

Empresas	Pré-Pandemia			Durante a Pandemia			Teste T
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Prazo Médio de Recebimento de Clientes (PMR)							
JSL	60,1	59,5	66	109,1	107,5	79,9	0,05**
TEGMA	56,9	65	69,8	75,5	108,2	88,7	0,09***
LOG-CP	80,76	94,20	139,77	82,63	147,48	187,08	0,40
RUMO	21,76	22,82	19,58	21,77	23,33	20,54	0,71
SEQUOIA	57,10	67,90	72,00	96,80	97,40	70,20	0,11
LOG-IN	65,44	51,11	49,78	65,51	55,31	47,92	0,92
HIDROVIAS BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
CCR	30,84	33,24	46,36	44,18	41,06	59,30	0,20
ECORODOVIAS	16,82	15,74	15,00	16,53	15,80	19,33	0,34
AZUL	42,26	42,05	36,68	54,86	36,01	40,72	0,60
GOL	31,88	26,92	31,93	41,79	41,20	21,03	0,59
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMP)							
JSL	59,3	73,6	85,5	20,2	37	26,9	0,01*
TEGMA	13,7	13,3	12,3	13,9	21	13,9	0,31
LOG-CP	-	-	632,4	3.038,3	3.388,1	808,5	0,10
RUMO	53,61	36,41	40,10	57,53	41,61	40,14	0,71
SEQUOIA	36,9	42,7	44,1	55,9	50,4	44,1	0,10
LOG-IN	52,22	43,93	53,14	44,50	37,14	25,31	0,11
HIDROVIAS BRASIL	37,31	44,13	28,73	22,63	59,73	59,68	0,49
CCR	34,14	29,00	26,99	33,85	24,37	34,77	0,82
ECORODOVIAS	19,62	20,37	14,37	20,70	28,27	24,53	0,09***
AZUL	57,37	55,57	43,61	147,64	78,51	66,54	0,21
GOL	62,22	55,32	47,22	102,69	76,24	67,96	0,11

Significante a: 1%*; 5%**; 10***

Fonte: dados da pesquisa elaborada pelos autores (2024).

evidenciou, em sua pesquisa, que os indicadores de liquidez, de maneira geral, apresentaram melhorias após o período pandêmico, com um destaque particular para o ano de 2020.

Os dados fornecidos na Tabela 3 corroboram as expectativas decorrentes da pandemia e da crise econômica vivenciada nesse período, evidenciando um aumento significativo no prazo de recebimento de clientes para a maioria das empresas analisadas, especialmente nos anos de 2020 e 2021, os mais afetados pela crise e com medidas mais drásticas para a conten-

ção da pandemia. No entanto, em 2022, observou-se uma tendência de queda nesses prazos, que se aproximam dos níveis anteriores à pandemia.

Mediante a análise do teste T em relação ao prazo médio de recebimento de clientes, observou-se significância estatística apenas na JSL e na Tegma. Isso indica que essas empresas foram as mais afetadas por alterações nos prazos de recebimento de clientes durante o período. Embora outras empresas também tenham experimentado impactos nos prazos de recebimento, não houve significância estatística.



Apesar de muitas empresas terem enfrentado atrasos no recebimento de pagamentos por parte de seus clientes durante a pandemia, algumas optaram por reduzir os prazos de pagamento aos fornecedores, como evidenciado nos casos da JSL e da Log-In. Em contrapartida, outras empresas optaram por manter os prazos de pagamento pré-pandemia, com variações mínimas, como observado na Tegma, Rumo e CCR. Notavelmente, a empresa JSL registrou uma diminuição significativa em seus prazos de pagamento aos fornecedores durante o período da pandemia, possivelmente devido à essencialidade de suas operações, resultando em um aumento nas receitas; já a empresa Ecorodovias prolongou seus prazos de pagamento. Essas dinâmicas são destacadas na Tabela 4, que apresenta os indicadores de rentabilidade das empresas analisadas.

Com base na Tabela 4, percebe-se que os resultados apresentados pelas empresas oscilaram durante a pandemia. Algumas empresas viram seus rendimentos indo de positivo para negativo, tais como as do setor aéreo. Já as empresas do setor de transporte, que é uma atividade considerada essencial, conseguiram manter e até elevar sua rentabilidade no período da crise desencadeada pela pandemia da Covid-19.

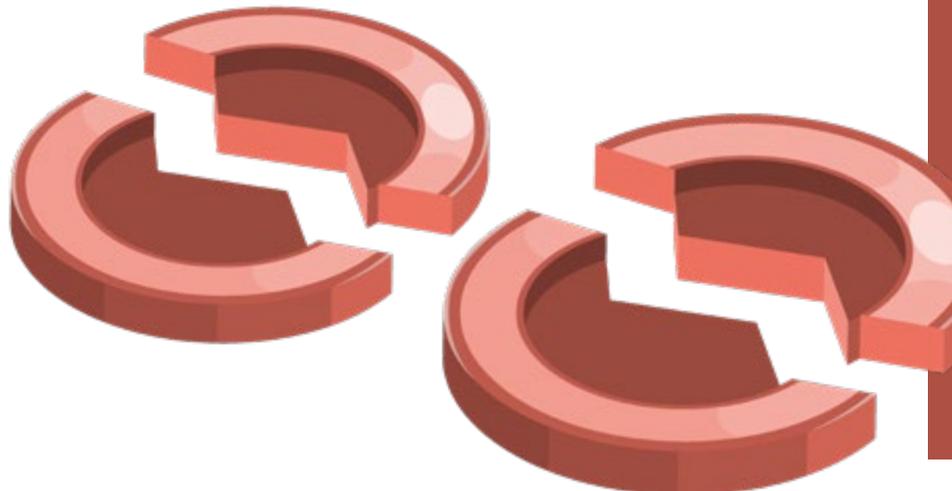
Foram significativos estatisticamente somente os indicadores gerados pelas empresas Tegma (cujos ativos giravam em torno de 1,3 a 1,5 ao ano e, durante a pandemia, correspondiam a 1 vez ao ano – *p-value* - 0,01) e Gol (cujo giro do ativo caiu durante a pandemia da Covid-19, de em média 1 para 0,5 ao ano). Desse modo, pode-se inferir que as empresas foram eficientes na utilização de seus ativos, ao se mostrarem capazes de atender às necessidades da organização e produzir bons resultados, apesar da crise enfrentada.

Tabela 4 – Indicadores de Rentabilidade

Empresas	Pré-Pandemia			Durante a Pandemia			Teste T
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Giro do Ativo (GiroAt)							
JSL	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,10
TEGMA	1,3	1,5	1,4	1	1	1,1	0,01*
LOG-CP	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04	0,42
RUMO	0,23	0,24	0,22	0,15	0,15	0,21	0,10
SEQUOIA	1,06	1,14	0,86	0,72	0,76	0,9	0,10
LOG-IN	0,74	0,85	0,55	0,51	0,57	0,60	0,22
HIDROVIAS BRASIL	0,21	0,26	0,20	0,26	0,17	0,28	0,82
CCR	0,34	0,32	0,32	0,30	0,30	0,38	0,94
ECORODOVIAS	0,41	0,32	0,34	0,36	0,28	0,33	0,45
AZUL	0,76	0,78	0,60	0,36	0,54	0,85	0,49
GOL	1,06	1,10	0,91	0,50	0,52	0,90	0,08***
Rentabilidade do Ativo (ROA)							
JSL	0,1	1,2	1,6	2,7	3,8	2,8	0,02**
TEGMA	12,4	13,4	19,7	7,2	10,3	11,4	0,12
LOG-CP	1,21	1,5	2,3	3,4	7,4	6,51	0,07***
RUMO	-0,99	1,01	2,39	0,66	0,32	1,12	0,93
SEQUOIA	1,03	-0,2	-1,16	0,5	-0,9	-5,04	0,42
LOG-IN	-51,78	0,53	0,58	0,59	4,00	11,79	0,33
HIDROVIAS BRASIL	0,32	3,40	1,24	-1,85	-5,20	-0,13	0,10
CCR	5,82	2,06	4,29	0,26	1,95	8,33	0,85
ECORODOVIAS	5,28	3,81	-1,61	-3,82	2,24	1,29	0,41
AZUL	5,13	3,56	-12,52	-68,60	-22,73	-3,86	0,25
GOL	3,78	-7,51	1,17	-46,01	-49,88	-9,20	0,11
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)							
JSL	1,4	15,2	13,4	12,3	20,5	14,8	0,32
TEGMA	23,1	22,3	33,7	11,7	15,8	15,9	0,07***
LOG-CP	1,85	2,03	3,07	4,57	11,14	11,77	0,09***
RUMO	-3,22	3,29	9,12	1,99	1,04	3,34	0,82
SEQUOIA	3,87	-0,7	-8,27	1,7	-2,97	-21,3	0,51
LOG-IN	-	-	3,51	3,67	21,43	46,45	-
HIDROVIAS BRASIL	0,89	10,04	3,80	-6,92	-27,18	-0,61	0,17
CCR	20,99	7,54	16,90	1,08	9,40	35,63	0,99
ECORODOVIAS	54,50	59,68	-40,73	-54,68	15,76	9,29	0,44
AZUL	-	-	-	-	-	-	-
GOL	-	-	-	-	-	-	-

Significante a: 1%*; 5%**; 10***

Fonte: dados da pesquisa elaborada pelos autores (2024).



Quanto à rentabilidade do ativo (ROA) das empresas, observa-se uma variação significativa durante a pandemia. Empresas como JSL, Log-CP e Log-In apresentaram aumentos expressivos em seus indicadores de ROA nesse período. Enquanto isso, empresas como Tegma, Rumo, CCR e Ecorodovias experimentaram oscilações em seus índices no início da pandemia, mas conseguiram recuperar-se posteriormente, retornando aos patamares anteriores. No entanto, empresas como Gol e Azul, cujos índices de ROA já não eram robustos, foram as mais impactadas entre as analisadas. Algumas empresas registraram quedas nos indicadores de ROE em 2020, mas posteriormente se recuperaram. Vale destacar que os aumentos do ROA para JSL e Log-CP foram estatisticamente significativos.

Durante a pandemia, algumas empresas demonstraram um aumento significativo no ROE, notavelmente a JSL e a Log-CP. Por outro lado, uma análise dos dados revela diminuição no ROE para várias empresas, incluindo Tegma, Rumo, Sequoia e Hidrovias do Brasil. Faz-

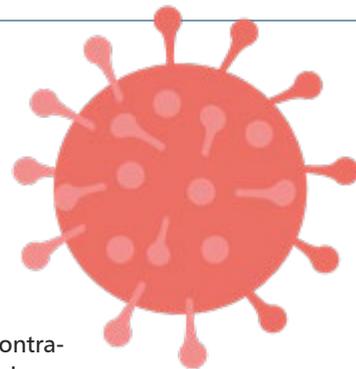
-se necessário frisar que a Sequoia apresentava números negativos antes da pandemia e exacerbou essa tendência durante o período de crise. Os resultados do teste T mostraram que apenas a queda nos indicadores da Tegma foi estatisticamente significativa. É importante observar que as empresas aéreas não foram incluídas na análise devido à falta de dados disponíveis sobre ROA e ROE na economia.

Os resultados obtidos corroboram as descobertas da literatura, como destacado por Avelar *et al.* (2021), que também identificaram uma redução nos índices de lucratividade após o surgimento da pandemia da Covid-19. Essa situação afetou a sustentabilidade econômico-financeira das empresas, refletindo em diminuição do valor de mercado, queda nas vendas, na prestação de serviços e, consequentemente, na lucratividade, o que, por sua vez, ocasionou um aumento do endividamento. Além disso, Avelar *et al.* (2021) constataram também que os indicadores de atividade e endividamento cresceram no período da pandemia, enquanto os de liquidez permaneceram estáveis, mantendo-se próximos aos

valores observados no período anterior à crise pandêmica, corroborando, assim, os resultados encontrados neste estudo.

Sousa (2020) constatou que as empresas já enfrentavam dificuldades financeiras antes da pandemia e essas condições adversas foram exacerbadas com a chegada da crise, o que evidencia o impacto significativo das medidas de controle da pandemia no setor aéreo brasileiro e converge para os resultados encontrados. Complementando as descobertas de Sousa, Cardoso e Tristão (2021) identificaram, em sua pesquisa com uma rede de hotelaria, que a empresa já apresentava certa dificuldade em períodos anteriores ao da pandemia, o que se agravou durante a crise.

Em geral, empresas com níveis mais altos de endividamento a longo prazo estão mais bem posicionadas para gerar recursos e lidar com seus compromissos durante uma crise. Por outro lado, empresas cuja maioria das dívidas vence a curto prazo podem enfrentar dificuldades em situações de crise, como a da pandemia da Covid-19, e ser impelidas a tomar decisões econômicas desfavoráveis para cumprir essas obrigações imediatas e manter a sustentabilidade. Observou-se que algumas empresas analisadas reduziram suas dívidas durante a pandemia em comparação com o período anterior. Isso sugere que essas empresas conseguiram mitigar parte do risco associado às suas operações, devido, entre outros fatores, às medidas adotadas por seus gestores.



“Os resultados sugerem que a pandemia teve reflexos significativos nos indicadores econômico-financeiros das empresas analisadas. Enquanto algumas experimentaram melhorias em seus indicadores, outras viram uma deterioração em seus indicadores, principalmente no que diz respeito ao endividamento e à rentabilidade.”

5 Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar os reflexos da pandemia Covid-19 no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor logístico no Brasil. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo por meio de dados secundários. Os resultados sugerem que a pandemia teve reflexos significativos nos indicadores econômico-financeiros das empresas analisadas. Enquanto algumas experimentaram melhorias em seus indicadores, outras viram uma deterioração em seus indicadores, principalmente no que diz respeito ao endividamento e à rentabilidade.

Com base nos resultados sobre o endividamento das empresas, observa-se uma variedade de cenários durante a pandemia. Algumas empresas conseguiram reduzir suas dívidas, enquanto outras enfrentaram um aumento significativo em seu grau de endividamento, especialmente aquelas que já carregavam um alto passivo antes da crise.

Além disso, houve empresas que optaram por diminuir a imobilização do patrimônio líquido durante esse período, possivelmente como resultado de novas políticas implementadas para lidar com a crise e garantir capital de giro para manter suas operações. Essa tendência su-

gere uma desaceleração nos investimentos durante a pandemia, refletindo as dificuldades enfrentadas pelas empresas para manter sua estabilidade financeira.

Observou-se ainda que algumas empresas do setor conseguiram manter índices de liquidez satisfatórios no curto prazo, mantendo-os acima de 1, o que sugere uma reserva financeira adequada para lidar com desafios imediatos. Em contrapartida, outras empresas já enfrentavam dificuldades de liquidez antes da pandemia e permaneceram nessa situação durante o período de crise causado pela Covid-19, resultando em impactos mais severos.

É evidente que a pandemia da Covid-19 influenciou significativamente o desempenho das empresas do setor logístico, resultando em uma queda em seus indicadores econômico-financeiros em comparação com o período anterior à crise sanitária. É importante ressaltar que algumas empresas já apresentavam índices deficitários antes da pandemia, o que amplificou os impactos negativos em seus desempenhos durante esse período desafiador. Conclui-se, portanto, que a pandemia afetou substancialmente o desempenho econômico-financeiro das empresas analisadas e causou diversos transtornos nesse âmbito.

Esses resultados devem ser interpretados com cautela e não devem ser generalizados para outras empresas ou setores. O estudo apresenta algumas limitações, como a metodologia de análise, o período considerado, o setor estudado e os dados selecionados. Pesquisas futuras podem investigar os impactos da pandemia em longo prazo, examinar a recuperação econômica e financeira das empresas pós-pandemia e comparar os resultados em diferentes setores. Recomenda-se também a adoção de outras metodologias, a inclusão de variáveis adicionais para avaliar o desempenho das empresas, bem como o aumento da amostra e do período de análise.



Referências

AGUIAR, J. F.; DE OLIVEIRA GUEDES, A. R.; DE CARVALHO, P. L.; GALLINA, A. S. Análise econômico-financeira das instituições de ensino superior brasileiras privadas listadas na B3 durante a pandemia da Covid-19. *Revista Conhecimento Contábil*, n. 11, v. 2, 2021.

ALVES, A.; LAFFIN, N. H. F. *Análise das demonstrações financeiras*. Sagah, 2018.

ANDEKINA, R.; RAKHMETOVA, R. Financial analysis and diagnostics of the company. *Procedia Economics and Finance*, n. 5, p. 50-57, 2013.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. *Curso de administração financeira*. Atlas, 2019.

AVELAR, E. A.; FERREIRA, P. O.; SILVA, B. N. E. R.; FERREIRA, C. O. Efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de empresas brasileiras. *Revista gestão organizacional*, n. 14, v. 1, p. 131-152, 2021.

BARBOSA, D. H.; MUSETTI, M. A. Levantamento do desempenho logístico das PMEs da indústria de bens de capital: uma análise comparativa. *Production*, n. 22, p. 249-258, 2012.

BENETTI, K.; PROVENSI, T.; ORO-IEDA, I. M.; BEGNINI, S. Influência da inovação no desempenho econômico, financeiro e operacional de empresas da B3: análise antes e durante a pandemia. *Anais XLVI Encontro da ANPAD*, 2022.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). *Revista Alcance*, n. 18, v. 2, p. 200-218, 2011.

BRITO, C. S.; BORGES, C. M.; SANTOS, W. F.; BRITO, A. C. Efeitos da pandemia Covid-19 no segmento varejista de eletrodomésticos e produtos diversos da B3: análise dos indicadores a partir das demonstrações contábeis. *Revista da Graduação Unigoias*, n. 2, v. 2, p. 1-25, 2021.

CARDOSO, R. C.; TRISTÃO, P. A. O impacto da pandemia do Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros e retorno das ações no setor de hotelaria: estudo de caso na Rede de Hotéis Othon SA. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, n. 11, v. 25, 2021.

CARETA, C. B.; MUSETTI, M. A. Medição de desempenho na logística: estudo de casos em empresas do setor de bens de capital agrícolas. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 2008.

COSTA, F. J. S. Efeitos da pandemia da Covid-19 no desempenho das empresas listadas no mercado de capitais brasileiro. *Trabalho de conclusão de curso*. Centro Universitário Christus, 2021.

COSTA, L. B.; PEREIRA, I. F.; DE LIMA, J. A. Reflexos da pandemia da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros de empresas do setor de produtos de higiene e limpeza listadas na B3. *Revista Mineira de Contabilidade*, n. 22, v. 2, p. 10-22, 2021.

DIAS, A. N. H. Desempenho econômico-financeiro do setor de tecnologia da informação: um estudo nas empresas listadas na B3 – período 2019-2021. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

FERNANDES, F.; FERREIRA, M. E.; RODRIGUES, E. R. Análise de rentabilidade utilizando o Modelo Dupont: estudo de caso em uma operadora de planos de saúde. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, n. 3, v. 2, p. 30-44, 2014.

FERREIRA JUNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. *Cadernos de prospecção*, n. 13, v. 2, p. 459-459, 2020.

GUEDES, D. S.; OLIVEIRA, E. R.; DOS SANTOS, G. C.; FERREIRA, R. A. Relação do desempenho econômico-financeiro das empresas do agronegócio da B3 e os ciclos econômicos. *Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos*, n. 8, v. 1, p. 128-143, 2021.

HEYDEN, K. J.; HEYDEN, T. Market reactions to the arrival and containment of COVID-19: an event study. *Finance research letters*, n. 38, v. 10, p.17-45, 2021.

KOECHER, A. S.; ALLGAIER, J. F.; DOS SANTOS, F. V.; DE OLIVEIRA, L.; DE SOUZA, Â. R. L. Desempenho econômico-financeiro de empresas do agronegócio da carne, listadas na B3, antes e após o início da Covid-19. *Anais XXVII Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, 2021.

LEE, P. T. W.; LIN, C. W.; SHIN, S. H. A comparative study on financial positions of shipping companies in Taiwan and Korea using entropy and grey relation analysis. *Expert systems with applications*, n. 39, v. 5, p. 5649-5657, 2012.

LIMA, A. V. A política monetária no cenário da pandemia. *Boletim Economia Empírica*, n. 1, v. 3, 2020.

MACHADO, L. K. C.; SANTOS, A. C. Fatores que impactam o desempenho logístico e suas relações com os aspectos econômicos e socioculturais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, n. 15, v. 2, p. 139-158, 2021.

MARCOS, C.; NASCIMENTO, J. C.; DE NEZ, E.; KROENKE, A. Desempenho Econômico-Financeiro e o Grau de Internacionalização de Empresas Listadas no Novo Mercado da B3. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, n. 10, v. 2, 2019.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. *Análise Didática das Demonstrações Contábeis*, 3ª ed. Atlas: São Paulo, 2020.

MONTEIRO, A. A. F.; SANTOS, T. R.; SANTOS, G. C. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho econômico-financeiro nas empresas da b3. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, n. 8, v. 38, 2020.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. *Controladoria: Um enfoque na eficácia organizacional*, 2ª ed. Atlas: São Paulo, 2009.

NASSIF, V. M. J.; ARMANDO, E.; LA FALCE, J. L. O Empreendedorismo e a Pequena Empresa no Contexto do pós Covid-19: Há Luz no Fim do Túnel? *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, n. 9, v. 3, p. 1-7, 2020.

NICOLETA-CORNELIA, B. S.; SORINA-GEANINA, M. S.; MIHAELA, C. D.; RODICA, D. G. Accounting and extra-accounting information-valences in meeting the financial analysis. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, n. 62, p. 531-535, 2012.

PLETSCH, C. S. Responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, n. 9, v. 2, p. 53-69, 2015.

ROCHA, M. N. Análise do desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras de capital aberto frente à pandemia de Covid-19. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), 2023.

SENHORAS, E. M. Novo Coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. *Boletim de conjuntura (BOCA)*, n. 1, v. 2, p. 39-42, 2020.

SILVA JUNIOR, A.; SILVA, V. C.; MARTINS-SILVA, P. O. Impactos econômico-financeiros da pandemia de COVID-19 no setor de educação superior na B3. *Contabilidade Vista & Revista*, n. 33, v. 1, p. 144-169, 2022.

SILVA, A. R.; WEBBER, D. S.; DA SILVA, K. N.; BORGES, O.; DANTAS, T. L.; DA SILVA PAIVA, N. C. Desempenho Econômico Financeiro em Empresas Aéreas Listadas na B3 Pós Pandemia da Covid 19. *Estudos Contemporâneos Economia, Finanças e Comércio Exterior*, v. 37, p. 38.

SIQUEIRA, L. A.; FARIA OLIVO, R. L. Efeitos do Covid-19 no valor de empresas de logística: análise por múltiplos. *Diálogos Interdisciplinares*, n. 11, v. 1, p. 11-23, 2022.

SOUZA, L. S. N. Efeitos da COVID-19 nos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor aéreo brasileiro com ações na B3. *Trabalho de conclusão de curso*, Universidade Federal da Paraíba, 2020.

TAVARES, A. L.; SILVA, C. A. T. A análise financeira fundamentalista na previsão de melhores e piores alternativas de investimento. *Revista Universo Contábil*, n. 8, v. 1, p. 37-52, 2012.

VIEIRA, C.; BOREL, J. P. O impacto econômico-financeiro da pandemia do Covid-19 na rede varejista Magazine Luiza S.A. *Anais da 16ª Noite Acadêmica do Centro Universitário UNIFACIG*, 1, v. 1, 2021.

ZAGO, C. A.; ABREU, L. F.; GRZEBIELUCKAS, C.; BORNIA, A. C. Modelo de avaliação de desempenho logístico com base no *Balanced Scorecard* (BSC): proposta para uma pequena empresa. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, n. 2, v. 2, p. 19-37, 2008.



A contabilidade e a divulgação de informações financeiras em relatórios de sustentabilidade: o direcionamento exigido na norma IFRS S1

A sociedade contemporânea está cada vez mais preocupada com questões relacionadas a boas práticas de governança empresarial, responsabilidade social e compromisso com o meio ambiente, assim como sobre a postura das empresas diante dessas demandas. Por conseguinte, a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade mostra-se um passo positivo no sentido de se definir e estabelecer se as práticas de determinada empresa são socialmente responsáveis e sustentáveis, ou não. O objetivo deste artigo é examinar o Relatório Integrado de três empresas participantes do ISE B3, relativo aos exercícios sociais de 2021 e 2022, em face da publicação de uma IFRS acerca da divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade. Os resultados apontam que essa norma complementa, de forma significativa, as informações que são prestadas nesses relatórios, em comparação ao que é atualmente divulgado pelas empresas, dada a percepção de falta de muitas informações que seriam úteis aos usuários. Conclui-se, portanto, que a nova normativa emitida sobre relatórios de sustentabilidade ainda se mostra um pouco confusa, carecendo de maiores esclarecimentos e definições, já que implica a necessidade de considerável nível de julgamento sobre a materialidade de questões de sustentabilidade que têm impactos sobre as pessoas, o meio ambiente e a economia, e que são entendidas de forma diferente pelos *stakeholders* que utilizam divulgações advindas dos relatórios de sustentabilidade das empresas.

Mariana Moreira Soeiro

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense.

E-mail: msoeiro@id.uff.br

José Paulo Cosenza

Graduado em Ciências Contábeis e Administração, é mestre em Ciências Contábeis, doutor em Controladoria e Contabilidade. Atua como professor titular do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF), em cursos de graduação e pós-graduação.

E-mail: jpcosenza@id.uff.br

1 Introdução

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é uma entidade privada que tem como objetivo fixar padrões internacionais de contabilidade. Para obter uniformidade nos procedimentos contábeis entre países, esse órgão regulador emite e revisa o conjunto de normas internacionais de contabilidade, popularmente denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Dessa forma, possibilita que todos os usuários ao redor do mundo tenham a mesma interpretação sobre as demonstrações contábeis.

Por conta disso, o IASB vem elaborando diversas normas referentes ao reconhecimento, à classificação, à mensuração e à divulgação de informações contá-

beis, cujas características são encontradas no pronunciamento *Conceptual Framework for Financial Reporting*, emitido no Brasil como CPC00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CFC, 2019). Atualmente, já existe uma ampla literatura que examinou e forneceu evidências sobre os efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras e que analisou a qualidade da informação contábil com a aplicação das IFRS, citando, entre outros, Hung e Subramanyam (2007), Stent, Bradbury e Hooks (2010), Barth, Landsman e Lang (2008) e Kabir, Laswad e Islam (2010).

Todavia, mais recentemente, em atenção às informações de caráter não financeiro, foi criado o *International Sustainability Standards Board* (ISSB), também atuante sob a supervisão da Fundação IFRS (em inglês, *IFRS Foundation*). Com a atribuição de aprovar as *IFRS Sustainability Disclosure Standards* (IFRS SDS), esse comitê é formado por um grupo de trabalho que discute o estabelecimento de ações voltadas à exposição de um projeto de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Com plena responsabilidade por todos os assuntos técnicos da Fundação IFRS relacionados à sustentabilidade, incluindo a demanda por padrões globais de sustentabilidade, o ISSB elaborou dois projetos de normas nessa área – a IFRS S1 (ISSB, 2022b) e a IFRS S2 (ISSB, 2022c), que, até 29 de julho de 2022, estiveram sob consulta pública. Ambas as normas propostas identificaram como destinatários “investidores, credores e outros credores existentes e potenciais” (ISSB, 2022a, p. 40), motivo pelo qual são cla-

ramente orientadas para o mercado de capitais, conforme preceituam Millar e Slack (2024), Stolowy e Paugam (2023), Giner e Luque-Vilchez (2022) e De Villiers, La Torre e Molinari (2022).

Referidas normas, a partir de sua publicação, passaram a tratar dos requisitos gerais para “Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade” (IFRS S1 *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) e da exigência de informações relevantes sobre riscos e oportunidades na “Divulgação Relacionada ao Clima” (IFRS S2 *Climate-related Disclosures*).

Pelo fato de a IFRS S1 ser o marco conceitual que estabelece como uma empresa deve divulgar informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para fornecer aos usuários uma base suficiente para avaliar as implicações de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade empresarial (ISSB, 2023b), neste artigo serão abordadas questões contábeis pertinentes à sustentabilidade para atender às necessidades dos usuários de informações sobre os impactos da empresa na sociedade e no meio ambiente.

A IFRS S1 se mostra necessária por objetivar que as empresas divulguem relatórios financeiros contendo informações mais úteis, consistentes e completas sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, algo bem diferente das divulgações socioambientais tradicionalmente elaboradas. Seriam evidenciadas as informações de sustentabilidade que afetam o valor da empresa, fornecendo uma base suficiente para os usuários dos relatórios financeiros para fins gerais avaliarem os recursos e relacionamentos dos quais o modelo de negócios de uma empresa e a estratégia de sustentação e desenvolvimento do modelo dependem.



“A IFRS S1 traz mudanças nos relatórios de sustentabilidade, necessárias para a divulgação de riscos e oportunidades das empresas relacionados à sustentabilidade. Mesmo listadas no ISE B3, algumas empresas podem divulgar relatórios com conteúdo ainda insuficientes.”

À vista disso, mostra-se de grande importância para os investidores e demais usuários das informações contábeis conhecer riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade de uma empresa, pois isso ajudaria na previsão do valor e dos fluxos de caixa futuros dessa empresa. Isso é especialmente relevante no caso das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3, que são consideradas as mais comprometidas com a pauta da sustentabilidade, motivo pelo qual os investidores depositam maior confiança para investir seu capital.

A partir desse indicador empresarial, os investidores e a sociedade em geral acreditam conseguir distinguir quais empresas estariam comprometidas com práticas ESG – *Environmental, Social and Governance* (em português, Ambiental, Social e Governança Corporativa – ASG), já que esse índice mostra ao mercado acionário o desempenho das empresas que atendem ao requisito de estar comprometidas com a sustentabilidade empresarial. Contudo, é importante que os relatórios socioambientais dessas empresas também sejam divulgados para verificação de forma completa, contendo especialmente informações sobre riscos e oportu-

nidades relacionados à sustentabilidade a que elas estão submetidas, visto que a gestão da sustentabilidade e dos riscos relacionados ao clima está muito presente na pauta da sociedade contemporânea, sobretudo dos *stakeholders* dessas empresas.

Com base nessas considerações, este artigo tem o objetivo de examinar a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade de três empresas participantes do ISE B3. Nesse intuito, analisou-se a evidência de informações financeiras sobre governança, estratégia e tomada de decisão, posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa, gestão de riscos, e métricas e metas, conforme inovação contábil trazida na norma IFRS S1, no tocante às informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Buscou-se, portanto, debater aspectos que são úteis aos usuários das informações contábeis e que podem afetar as avaliações do valor corporativo de uma empresa. Ou seja, procurou-se discutir e analisar os atributos da informação contábil de caráter socioambiental mais relevantes na avaliação do valor das empresas, para os investidores, o mer-



cado e outros usuários interessados nas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, visto que estas podem afetar, de forma positiva ou negativa, o modelo de negócio das empresas e, portanto, criar ou corroer o valor das empresas e os retornos financeiros para os provedores de capital financeiro.

A IFRS S1 traz mudanças nos relatórios de sustentabilidade, necessárias para a divulgação de riscos e oportunidades das empresas relacionados à sustentabilidade. Mesmo listadas no ISE B3, algumas empresas podem divulgar relatórios com conteúdo ainda insuficientes. Nessa conjuntura, este estudo contribui para a análise de uma norma que ainda se encontra em fase inicial de implantação no contexto empresarial e cujos requisitos podem ser benéficos para a mudança na divulgação dos relatórios de sustentabilidade das empresas, especialmente daquelas que participam de setores de grande impacto social e ambiental.

Este artigo está organizado em mais quatro seções, além desta introdução, que esboça a situação de partida da pesquisa, os objetivos almejados e as delimitações e contribuições do estudo. A segunda seção apresenta o referencial teórico, no qual se fez uma breve revisão da literatura sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, à gestão contábil das informações sobre a sustentabilidade e aos requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos, apoiados nas preposições de pesquisa. A seguinte seção mostra os principais resultados provenientes da análise feita nas três empresas investigadas. Por fim, na última seção, são feitas as conclusões e reflexões finais sobre o assunto e oferecidas sugestões de direcionamento para pesquisas futuras, seguidas das referências bibliográficas utilizadas.

2 Fundamentação Teórica

Atualmente, mostra-se necessário que os usuários das informações de uma empresa tenham conhecimentos sobre questões associadas à sustentabilidade. A identificação de riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade revela o modo como a empresa afeta e é afetada em relação ao meio ambiente, o que pode ajudar a avaliar o seu valor empresarial de forma mais consistente, completa, comparável e verificável (ISSB, 2022b).

Além disso, o atual crescimento das causas ambientais e sociais ressaltou a importância de que as empresas inovem e busquem alternativas mais sustentáveis e eficazes para realizar suas atividades, sem prejudicar e destruir os recursos de que precisam. Tal preocupação é relevante, pois a divulgação de informações materiais sobre todos os riscos e oportunidades significativos relacionados com a sustentabilidade a que a empresa está exposta retratam a reputação, o desempenho e as perspectivas da empresa como consequência das ações que ela empreendeu, tais como seus relacionamentos e impactos e dependências nas pessoas, no planeta e na economia, ou sobre o desenvolvimento da entidade, ou seja, perpetuação da própria atividade econômica em si (ISSB, 2022b).

Por conta disso, as empresas estão obrigadas a indicar riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que poderiam, razoavelmente, esperar que afetem as suas perspectivas e, em seguida, fazer uma avaliação de materialidade para identificar e divulgar as informações materiais sobre riscos e oportunidades constatados (Ernst & Young, 2024). Ao reconhecer os riscos, as oportunida-

des e a informação material a ser divulgada sobre esses dois fatores, é possível prever o seu desenvolvimento econômico e o impacto que têm no meio ambiente e na sociedade a sua volta.

Com a produção em massa e o consumo desenfreado do ser humano, que tem por consequência o uso exacerbado do meio ambiente, começou-se a pensar em formas de manter o crescimento econômico que esse modelo de produção industrial gera, sem esgotar os recursos necessários aos seres humanos e às suas futuras gerações. Nesse contexto, nasce o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que, em última análise, busca manter o equilíbrio entre os anseios de consumo e o uso dos recursos naturais.

Todavia, a expressão “desenvolvimento sustentável” e suas derivações (por exemplo, sustentabilidade, negócios sustentáveis, crescimento sustentável, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade social, para citar algumas) têm sido usadas para significar coisas diferentes, para pessoas diferentes, em contextos diferentes, e não se observa até que ponto elas estão de acordo com um entendimento aceito de sustentabilidade (Lele, 1991).

Diante de tão ampla falta de consciência quanto às origens desse conceito, há a dificuldade em se compreender o que esses vários termos significam, de se saber como eles se relacionam uns com os outros (se houver inter-relação) e de se ter uma ideia a respeito de até que ponto eles estão de acordo com uma compreensão aceita de desenvolvimento sustentável – se é que existe tal coisa (Bebbington, 2001). À vista disso, tem havido considerável inquietação sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, já que a sustentabilidade é “mais do que uma nova palavra para o meio ambiente” (Goodman; Redclift, 1991, p. 122).



“Com a produção em massa e o consumo desenfreado do ser humano, que tem por consequência o uso exacerbado do meio ambiente, começou-se a pensar em formas de manter o crescimento econômico que esse modelo de produção industrial gera, sem esgotar os recursos necessários aos seres humanos e às suas futuras gerações.”

Não obstante a falta de consenso quanto a uma definição mais aceitável da noção de desenvolvimento sustentável, esse conceito tem sido amplamente utilizado na literatura empresarial e na literatura contábil, muito embora Bebbington (2001) assinala que se deva ter cuidado ao usar a retórica no caso do desenvolvimento sustentável para significar “boa gestão ambiental”. Apesar de a boa gestão ambiental ser parte da agenda do desenvolvimento sustentável, ela não é a parte central do debate. O desenvolvimento sustentável é um conceito concebido para abordar a questão: “Que tipo de sistema econômico levaria ao atendimento das necessidades de todos de maneira ecologicamente sustentável e socialmente justa?” (Bebbington, 2001, p. 128).

Por conta disso, todos podem praticar o desenvolvimento sustentável – o que abrange a sociedade em geral, os governos e as empresas, mesmo que seja mediante a incorporação de uma cultura de consumo na qual a preocupação com a natureza (via extração da matéria-prima) seja prioritária, no intuito de não se esgotar os recursos do planeta para o futuro. Portanto, conforme evidencia o Relatório Brundtland (UN, 1987), tanto pequenas como grandes ações nes-

sa direção são relevantes na procura por satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também satisfazerem as suas próprias necessidades. Alguns exemplos são: usar racionalmente a água, adotar o uso de energias renováveis, descartar o lixo corretamente, realizar a reciclagem e até mesmo promover políticas de diminuição de desigualdade social.

Como muitas empresas tentam praticar o desenvolvimento sustentável, é neste quesito que a contabilidade se enquadra. Em parte, porque, com a implementação de um mecanismo contábil que permita mensurar o impacto ambiental, as empresas terão registrado, em sua estrutura patrimonial, os fatos econômicos que reflitam os benefícios ambientais e outros itens que demonstrem claramente a contribuição social gerada por ela para a comunidade (Grajales Gavi-ria; Cataño Martínez; Castellanos Polo; Su-aza Arcila, 2023). À vista disso, por meio dos relatórios produzidos pela contabilidade, as empresas divulgam suas práticas, seus in-

dicadores e seus valores relacionados à sustentabilidade. Portanto, as empresas fazem uso dos relatórios contábeis para divulgar e buscar ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e se beneficiar do retorno que elas dão.

Nesse sentido, a contabilidade possibilita a implementação de um mecanismo voltado para a evidência relacionada à gestão da situação ambiental das empresas, permitindo medir e registrar o impacto ambiental provocado e mostrar claramente a contribuição social gerada pela empresa para a comunidade (Gaviria; Martínez; Polo; Arcila, 2023). Com isso, há a possibilidade de que os usuários das informações avaliem os procedimentos e valores da empresa, estimulando-a a adotar práticas efetivas para o meio ambiente, já que ficará exposto se ela realiza ou não o que diz e como o faz.



Segundo Bebbington (2001), a contabilização dos fatos associados ao desenvolvimento sustentável ainda está aquém do desejado, já que não propicia uma imagem abrangente, coerente e totalmente vinculada sobre a forma como uma organização se relaciona com mundo nas arenas social, ambiental e econômica. Porém, esse autor entende que existe um potencial campo de avanço da contabilidade, conciliando a necessidade de tornar central a informação contábil em prol da agenda da sustentabilidade.

Dessa forma, fazer uma gestão ambiental das empresas se tornou essencial, não apenas devido à pressão da sociedade atual para que haja um desenvolvimento mais sustentável, mas também para se adaptar ao mercado. Empresas ditas responsáveis no âmbito socioambiental têm sido mais valorizadas, já que supostamente atendem às legislações ambientais e às necessidades da sociedade e do meio ambiente, ao oferecerem produtos e serviços de melhor qualidade ambiental e social. Então, adotar práticas sustentáveis se tornou uma competição no mercado, já que todos querem adquirir o título de “sustentável”. À vista disso, a melhor forma de expor à comunidade e aos investidores

as informações sobre as práticas sustentáveis adotadas é por meio de uma gestão contábil.

A contabilidade mostra-se essencial na operacionalização da gestão dirigida aos princípios de sustentabilidade, já que faz o alinhamento interno em relação às questões relacionadas à sustentabilidade com as demais informações financeiras e patrimoniais. Muitos autores (Burritt; Schaltegger, 2010; Laurinkeviciute; Stasiskiene, 2001; Gunarathne *et al.*, 2016; Egan; Tweedie, 2018; Garcia; Pereira Júnior, 2019) definem essa competência como a “contabilidade de gestão da sustentabilidade”.

Existem diversos interessados nas informações contábeis de uma empresa. Por diferentes motivações, eles necessitam saber as variáveis que impactam o desenvolvimento financeiro de determinada empresa. As partes interessadas, comumente chamadas de *stakeholders*, ficam divididas entre usuários internos – que são aqueles que têm influência nas questões da empresa, como preços e planos, e também são impactados por ela – e os usuários externos – que, embora não impactem nem sejam

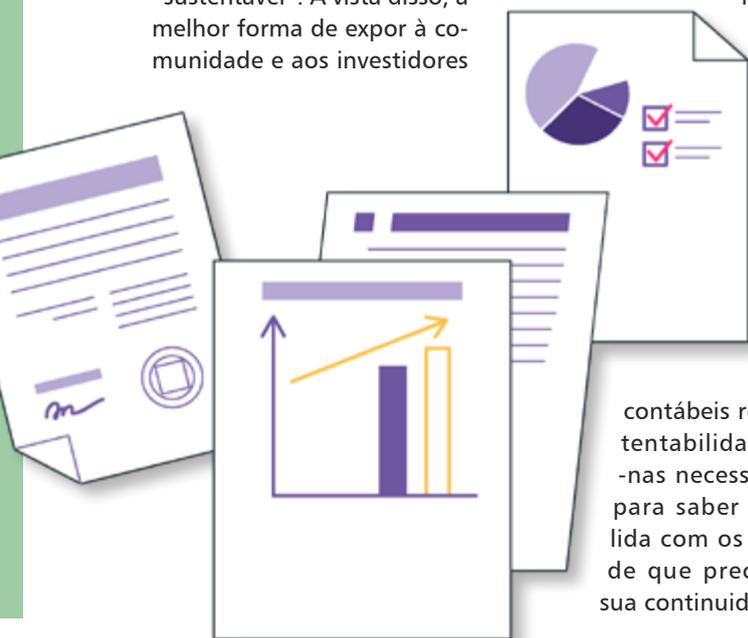
impactados diretamente pela empresa, têm seus próprios interesses nas informações contábeis por ela divulgadas.

Pelo exposto, os usuários citados utilizam as informações contábeis relacionadas à sustentabilidade por julgarem-nas necessárias e, inclusive, para saber como a empresa lida com os recursos naturais de que precisa para manter sua continuidade e os prejuízos

que leva ao não respeitar as legislações ambientais. Ademais, muitas ONGs e a comunidade em torno da empresa também se tornam usuárias dessas informações, devido ao objetivo de preservar seus direitos, ao saber como a empresa afeta o meio ambiente e a sociedade à sua volta, para, assim, defender e cobrar que ela adira a ações que evitem prejudicar a qualidade de vida da comunidade.

Contudo, um dos problemas mais sérios defrontados na hora da divulgação dos relatórios de sustentabilidade das empresas refere-se à qualidade da informação divulgada (ou muitas vezes não divulgada) pelas empresas (Machado; Dias; Fonseca, 2021). O material disseminado, em grande parte dos casos, não reflete as características qualitativas de informações financeiras úteis (CFC, 2019) e, por conseguinte, não é capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários, em face da pouca credibilidade, acessibilidade e comparabilidade da informação sobre sustentabilidade na evidência contábil (Unerman; Zappettini, 2014).

A literatura contábil constata que a divulgação de questões materiais relacionadas à sustentabilidade é inadequada (Adams, 2004; Guix; Bonilla-Priego; Font, 2018; Knebel; Seele, 2015; Machado *et al.*, 2020; Moneva; Archel; Correa, 2006), o que coloca em questionamento a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade e pode levar a um retrato impreciso do desempenho da sustentabilidade (Adams *et al.*, 2021). A realidade mostra que as empresas tendem a divulgar bom desempenho e a ignorar desempenho ruim, distorcendo os conceitos contábeis e usando os relatórios de sustentabilidade para legitimar suas ações e, em alguns casos, até mesmo enganar seus *stakeholders* (Adams, 2004; Beske; Hausteijn; Lorrison, 2020; Knebel; Seele, 2015).



“Empresas ditas responsáveis no âmbito socioambiental têm sido mais valorizadas, já que supostamente atendem às legislações ambientais e às necessidades da sociedade e do meio ambiente, ao oferecerem produtos e serviços de melhor qualidade ambiental e social.”

Na busca por um padrão global de relatórios de sustentabilidade, o ISSB editou duas normas que buscam pôr, em um único relatório, informações sobre questões relacionadas à sustentabilidade, já propostas anteriormente por diferentes órgãos e entidades. Portanto, baseiam-se em componentes das estruturas e padrões de sustentabilidade presentes na estrutura conceitual emitida pela *International Integrated Reporting Council* – IIRC (IIRC, 2022), nas recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima – TCFD (TCFD, 2021), nas propostas da organização *Climate Disclosure Standards Board* – CDSB (CDSB, 2022), nos padrões de contabilidade de sustentabilidade recomendados pela *Sustainability Accounting Standards Board* – Sasb (2017), e nas sugestões propostas pelo Fórum Econômico Mundial.

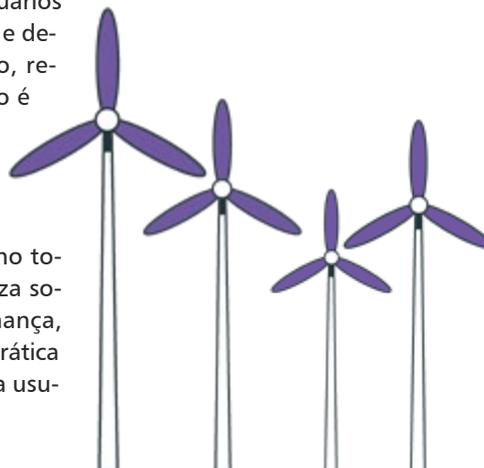
Na tentativa de preencher possíveis lacunas de outros modelos de relatórios e normas, há regulações de prática contábil que se aplicam à questão da divulgação corporativa de informações nos âmbitos social e ambiental. São elas: a IFRS S1 (ISSB, 2023b), que busca expor os requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, e a

IFRS S2, que tem como foco a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A IFRS S1, objeto deste artigo, requer que a empresa divulgue informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade, permitindo que investidores, credores por empréstimo e outros credores compreendam os impactos que os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade têm sobre o valor da empresa, o tempo e a predição dos fluxos de caixa a curto, médio e longo prazo e, portanto, a avaliação pelos usuários do valor da empresa. Ou seja, são informações úteis quando os usuários avaliam o valor da empresa e decidem se fornecem, ou não, recursos a ela. Sua publicação é relevante pelo fato de proporcionar um padrão referencial, reconhecido internacionalmente, aplicável a todas as empresas no tocante a questões de natureza social, ambiental e de governança, incrementando a utilidade prática da informação contábil para usu-

ários e investidores. A expectativa é que, a partir dela, obtenha-se um formato mais padrão nos relatórios de sustentabilidade e se tenha uma melhoria na qualidade e compreensibilidade desses relatórios.

No geral, dita norma tem como objetivo principal fornecer uma estrutura para futuros relatórios de sustentabilidade (Millar; Slack, 2024), fazendo com que as empresas publicizem, nos relatórios de sustentabilidade, a divulgação de informações não financeiras referentes a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que afetam as demonstrações financeiras e têm impacto nas pessoas e no meio ambiente (*double materiality*¹).



¹ *Double materiality* refere-se a dois tipos de riscos: os que as atividades de uma empresa representam para o meio ambiente e a sociedade, e aqueles que ela pode enfrentar internamente.

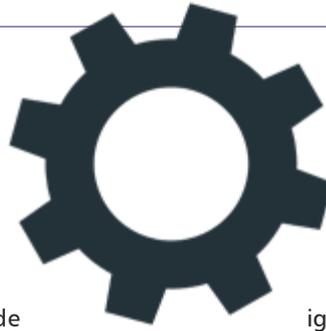
No entanto, é importante atentar-se para o fato de que a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade, conforme abrangido na IFRS S1, implica o compromisso de que as empresas divulguem informações sobre a forma como são afetadas nas questões de sustentabilidade, em termos de desempenho, posição financeira e patrimonial e desenvolvimento econômico (a perspectiva *outside-in*), bem como sobre o impacto provocado nas pessoas e no ambiente (a perspectiva *inside-out*), o que na literatura é muitas vezes conhecido por “dupla materialidade” (European Commission, 2021, p. 1).

Por visar que as empresas divulguem relatórios com informações financeiras úteis relacionadas à sustentabilidade, a IFRS S1 tem como requisito que elas abordem riscos e oportunidades, relevantes e materiais, aos quais estão expostas e que sejam relacionados à sustentabilidade, e informem os impactos provocados por tais aspectos na comunidade em que atua e no meio ambiente em geral. Além disso, elas precisam, também, divul-

gar como esses impactos afetam seus futuros fluxos de caixa².

Portanto, a IFRS S1 abrange uma gama ampla de informações referentes a questões de sustentabilidade que afetam a avaliação do valor da empresa para os investidores e outros participantes do mercado de capital mundial. Para isso, propõe os conteúdos necessários para que a empresa relate informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, que ajudarão os usuários a prever o valor, o tempo e os futuros fluxos de caixa da empresa, em curto, médio e longo prazo e, portanto, avaliar o valor da empresa. Segundo essa norma, tais informações devem ser divulgadas pelas empresas de acordo com sua: I – governança; II – estratégia e tomada de decisão; III – posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa; e IV – gestão de riscos e métricas e metas.

Por conseguinte, as empresas, ao utilizarem essa norma, precisarão trazer informações mais conectadas em seus relatórios. Dessa forma, as quatro citadas dimensões precisam se relacionar ao máximo possível. É necessário, também, que a empresa faça uma representação fidedigna de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está submetida, apresentando os padrões específicos do seu se-

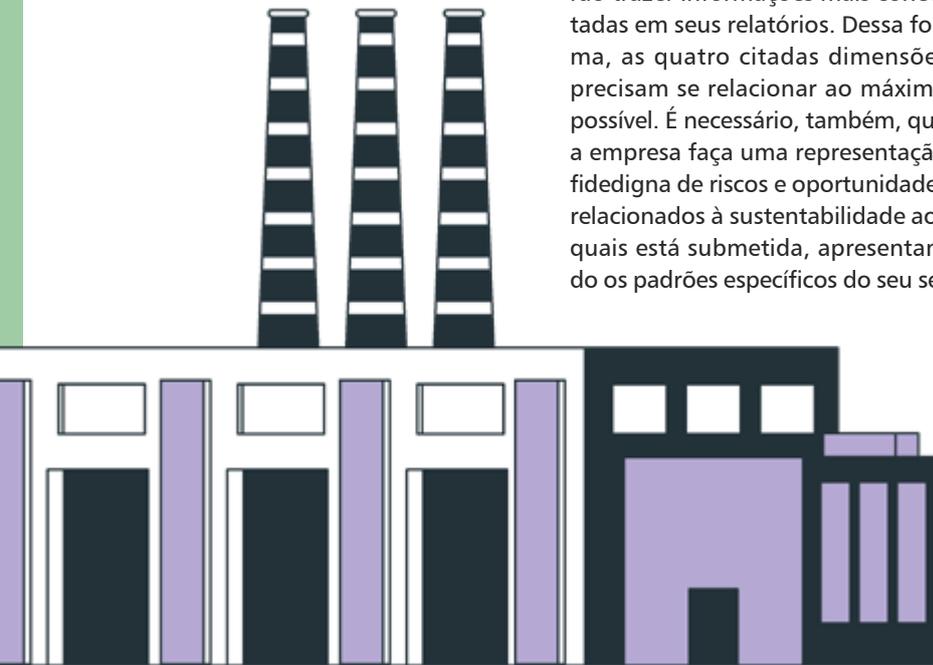


tor nas divulgações. A informação precisa ser comparativa a exercícios anteriores, e a periodicidade adotada deverá ser igual à usualmente adotada para a divulgação das demonstrações financeiras.

Não obstante, para Adams (2022), a estrutura conceitual proposta na IFRS S1 permanece confusa, já que julgamento considerável é necessário em assuntos que são entendidos de forma diferente. Segundo Adams e Abhayawansa (2022, p. 8), o mito de que a “materialidade financeira” deve ser primordial para determinar quais divulgações de sustentabilidade devem ser feitas é talvez o mais preocupante de todos os mitos promulgados na busca pela harmonização contábil. Em parte, porque contradiz a visão de que o relatório de sustentabilidade é a prática pela qual as empresas divulgam para os usuários informações sobre seus impactos econômicos, sociais e ambientais significativos (GRI, 2020, p.1).

Além do enquadramento conceitual exposto na IFRS S1 ser, na opinião de Adams e Mueller (2022, p. 1312), controverso, pois, ao invés de harmonizar, polariza o debate sobre os relatórios de sustentabilidade, mostra-se uma norma confusa e falha, já que não deixa muito clara, abrangente e objetiva a forma de divulgação de riscos e oportunidades referentes às informações financeiras relacionadas à sustentabilidade que são úteis aos usuários do relatório financeiro de propósito geral da empresa, quando avaliam o valor da empresa e decidem se lhe fornecerão recursos.

2 Informações que não têm impacto sobre o valor da empresa não são incluídas, pois não afetariam a materialidade do relatório, e se mostram desnecessárias aos usuários das informações que desejam avaliar o valor da empresa.



“Com relação à agregação das informações nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, é necessário encontrar um equilíbrio para que informações relevantes não sejam ofuscadas por uma grande quantidade de detalhes insignificantes ou por agregação excessiva.”

A abordagem definida para mensurar os riscos que as questões de sustentabilidade representam para as empresas e os impactos das próprias empresas nas pessoas e no meio ambiente são definidos de forma muito genérica, dificultando uma avaliação mais subjetiva e específica na mensuração dos riscos relacionados à sustentabilidade.

Uma definição pouco abrangente, relacionando uma linha de base para identificar, mensurar e divulgar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, pode ter implicações nas decisões de investimento dos usuários, que, por sua vez, podem gerar riscos sistêmicos que ameaçam a estabilidade econômica e financeira como um todo. É necessário que as empresas forneçam informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade, incluindo todas aquelas que os usuários considerem relevantes perante uma empresa, para subsidiar suas decisões sobre o fornecimento de recursos à mesma, principalmente listando suas implicações nas informações financeiras divulgadas, visando torná-las mais comparáveis, sobretudo em relação aos impactos de curto prazo. Portanto, seria aconselhável revisar a redação do texto original da IFRS S1 (ISSB, 2023b), em espe-

cial no que se refere ao Apêndice D (*Qualitative characteristics of useful sustainability-related financial information*), de forma a torná-lo mais compatível e harmonioso com o IFRS Framework (CPC, 2019) – em que, por exemplo, não é utilizado o termo “apresentação justa”, e, sim, “representação fiel”.

Os relatórios financeiros relacionados à sustentabilidade fornecem informações sobre a posição de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável de uma empresa. São, portanto, informações sobre as questões ambientais e sociais da empresa e as reivindicações contra ela, para que os usuários entendam, em palavras e números, os fenômenos representados, permitindo-lhes atender, de forma eficiente e útil, a crescente demanda por informações sobre sustentabilidade na tomada de decisões sobre a provisão de recursos econômicos, ambientais e sociais para a empresa. Para serem úteis, as informações de sustentabilidade não devem apenas evidenciar fenômenos relevantes, mas também demonstrar fielmente a substância dos fenômenos que pretendem representar (ISSB, 2023b). Em muitos contextos, as substâncias de um fenômeno ambiental ou social e sua forma jurídica são as mesmas. Caso não sejam iguais, fornecer informa-



ções apenas sobre a forma jurídica não representaria fielmente riscos e oportunidades relacionados ao fenômeno que está sendo divulgado.

Com relação à agregação das informações nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, é necessário encontrar um equilíbrio para que informações relevantes não sejam ofuscadas por uma grande quantidade de detalhes insignificantes ou por agregação excessiva. Portanto, seria importante estabelecer um padrão mínimo de componentes cujos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade sejam agregados ou separados, o que possibilitaria manter a comparabilidade entre as empresas relatoras e evidenciar sua inter-relação e seu impacto nas demonstrações financeiras.

Os *Key Performance Indicators* (KPIs) são os indicadores-chave para a avaliação do desempenho na observação de um negócio, já que se trata de valores quantitativos fundamentais que medem os principais êxitos processuais da empresa. Portanto, fazem parte fundamental da estratégia de gestão de qualquer empreendimento e possibilitam um melhor acompanhamento e gerenciamento do nível de desempenho e sucesso das estratégias adotadas pela empresa.

Em termos de métricas financeiras que a empresa utiliza para gerenciar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, a avaliação do desempenho, incluindo o progresso em direção às metas definidas, pode ser classificada em quatro dimensões principais de métricas gerais, de acordo com os requisitos da norma IFRS S1 (ISSB, 2023a). Conforme mostrado na figura a seguir, são elas: i) governança; ii) estratégia; iii) gestão de riscos; e iv) métricas e metas.

Com tantas possibilidades de análise, é fundamental que a empresa tenha bem definido quais são os elementos primordiais (ou chaves) para se analisar seu maior ou menor direcionamento e cuidados referentes a riscos e oportunidades significativos para o seu negócio relacionados à sustentabilidade. De acordo com Nielsen (2023), isso sublinha a importância de se criar ligações entre riscos e oportunidades e destacar como eles impactam um negócio, além de se compreender como estes podem ser medidos e monitorados nos sistemas nos quais os dados para esses KPIs são gerados. Sendo assim, as empresas devem acentuar as ligações entre esses elementos, fornecendo explicações longitudinais para aumentar a fiabilidade, a comparabilidade e a relevância nos relatórios de sustentabilidade. Para Nielsen

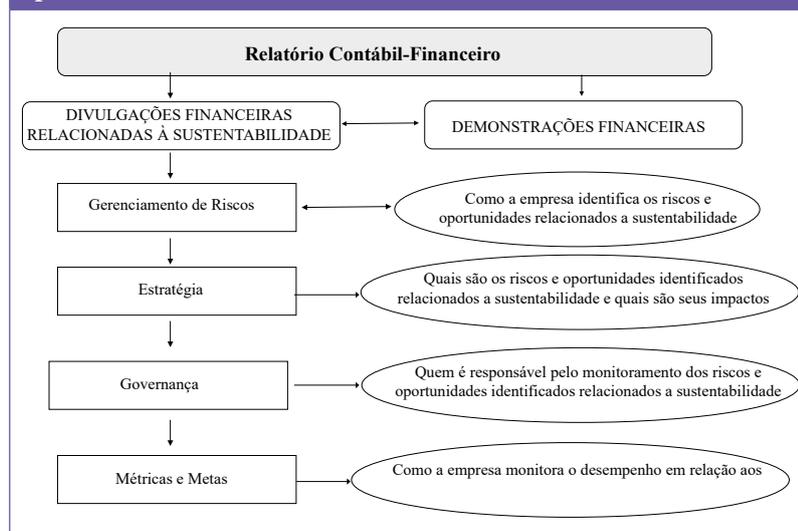


Figura 1 – Dimensões para medir, monitorar e gerenciar riscos e relacionados à sustentabilidade



Fonte: ISSB (2023a, p. 4).

Figura 2 – Aspectos críticos na elaboração e divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, conforme a IFRS S1



Fonte: adaptado pelos autores, com base em Indyk (2022, p. 644).

(2023, p. 7), os dados ligados aos sistemas de informação são igualmente importantes para efeitos de controle interno e auditoria, além de contribuir para novas regulamentações que possam pressionar as empresas a construir e empregar uma metodologia que associe a criação de valor e os impactos

aos KPIs que podem ser utilizados para fins de gestão e, simultaneamente, como uma base verificada para relatórios de sustentabilidade.

Na figura 2, apresenta-se, esquematicamente, as implicações da IFRS S1 para as empresas, em termos de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.

3 Metodologia

Em relação aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, que busca analisar detalhadamente seu objeto de estudo, apresentando, com a máxima exatidão possível, suas características (Gil, 2008). Quanto aos meios, os procedimentos utilizados foram o bibliográfico e documental (Martins, 2002) e o estudo de caso (Yin, 2015). A abordagem aplicada tem caráter qualitativo (Silveira; Córdova, 2009; Fonseca, 2002), visando compreender e explicar dinamicamente os fenômenos estudados, de modo a propiciar um entendimento mais efetivo da realidade envolvida no problema (Mahlotra, 2012).

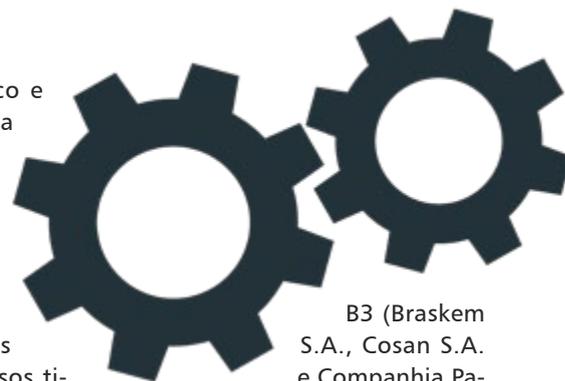
A escolha da amostra baseou-se no critério de exposição ao fator risco ambiental. Selecionaram-



-se os setores petroquímico e de energia, já que a indústria petroquímica, a partir do uso de combustíveis fósseis como o gás natural e o petróleo, e a indústria de energia (geração hidrelétrica ou termoeletrica), com forte consumo de recursos naturais, como água, diversos tipos de plantas, restos de madeira, óleo combustível, óleo diesel, gás natural, urânio enriquecido e carvão mineral, podem gerar danos irreparáveis ao meio ambiente como um todo em seu processo produtivo. Portanto, as atividades das empresas desses segmentos, não obstante tenham grande relevância na economia e na sociedade brasileira, apresentam maiores probabilidades de provocar impactos ecológicos e sociais, em caso de um possível acidente ou dano ambiental.

Dessa forma, apesar de serem empresas cujos ramos de atuação são muito necessários para o ser humano e a economia, realizam atividades que também podem trazer muitos malefícios para o meio ambiente, como riscos de contaminação do solo e da água, além de possíveis casos de poluição do ar ou de desastres no ambiente natural. O presente estudo sustenta-se em base teórica fundamentada na literatura pertinente ao tema investigado, contudo, os resultados encontrados se restringem apenas ao escopo da amostra investigada e não podem ser generalizados (Gray; Williamson; Karp; Dalphin, 2012), muito embora haja a possibilidade de produção de conhecimentos complementares a partir da transferência desses resultados particulares para outros contextos ou situações semelhantes (Taylor, 2013).

Assim, para examinar o grau de adequação na divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, foram selecionadas três empresas listadas no ISE



B3 (Braskem S.A., Cosan S.A. e Companhia Paranaense de Energia – Copel), a fim de se analisar os dados relatados por essas empresas, em relação aos requisitos trazidos pela IFRS S1. A análise dos dados empregou o método de análise de conteúdo com fundamento em Bardin (2011), para examinar a conformidade dessas empresas na divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, comparativamente às diretrizes gerais especificadas na citada norma, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências (Lakatos; Markoni, 2003). As fases da análise de conteúdo (pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação) basearam-se principalmente na inclusão *a priori* de informações sobre governança, estratégia, gerenciamento de riscos e métricas e metas, ou seja, organizados e categorizados conforme definido na IFRS S1.

A respeito dos procedimentos de coleta de dados, o referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa está baseado em artigos científicos, livros e documentos já elaborados por outros autores, entre os quais se incluem relatórios de sustentabilidade feitos pelas empresas investigadas, e foi obtido mediante a coleta nas plataformas digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de pesquisas na internet.

Quadro 1 – Escalonamento utilizado para comparação da divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

Padrão de Divulgação	Conteúdo principal	Requisitos de Relato
Mecanismos de governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar como controla e administra riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está exposta, divulgando os meios que tem para monitorá-los e supervisioná-los. • Explicar os processos, controles e procedimentos de governança usados para monitorar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispor de instância ou órgãos de governança responsáveis pela supervisão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. • Divulgar informações sobre o papel da gestão dos processos nesse órgão, destacando a identidade de seus integrantes. • Explicar de que maneira esse órgão garante a disponibilização das habilidades e competências necessárias para o serviço e sua forma e frequência de receber informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade junto de seus comitês. • Divulgar como a responsabilidade do órgão afeta políticas importantes dentro da empresa. • Informar a maneira como o órgão e os seus comitês avaliam riscos e oportunidades, quando supervisionadas as estratégias da empresa, e como inspecionam a definição de metas e monitoram progressos relacionados à sustentabilidade. • Descrever a forma com que a gestão da empresa avalia e gerencia riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, o seu papel nesse meio e a quem ele é delegado. • Descrever os passos feitos para administrar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade (desde os nomes dos responsáveis por cada etapa do processo e seus impactos na empresa, até sua forma de classificar e lidar com riscos e oportunidades).
Riscos e oportunidades na estratégia de tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as estratégias adotadas para resolver riscos e oportunidades relevantes relacionados à sustentabilidade, mostrando como age ante eles. • Elucidar a estratégia da empresa para lidar com riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar riscos e oportunidades que podem impactar o seu modelo de negócios, a sua estratégia e os seus fluxos de caixa. • Divulgar os efeitos de riscos e oportunidades significativos que impactam seu modelo de negócio, revelando os efeitos na sua cadeia de valor, na sua tomada de decisões, e na sua posição e no seu desempenho financeiro. • Descrever riscos, oportunidades e seus impactos, destacando a resiliência da sua estratégia (incluindo o seu modelo de negócio) a riscos significativos relacionados com a sustentabilidade. • Disponibilizar informações em um horizonte temporal, descrevendo como razoavelmente espera, no curto, médio e longo prazos, que esses riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade poderiam afetar seu modelo de negócio, sua estratégia, seu fluxo de caixa e seu acesso a financiamento e custo financeiro de capital. • Explicar os efeitos de riscos e oportunidades atuais e antecipados, e onde eles estão concentrados na cadeia de valor da empresa, já que, muitas vezes, o negócio pode depender totalmente de um recurso natural — como a água, por exemplo —, o que aumenta a probabilidade de ser afetada por mudanças na qualidade, na disponibilidade e nos preços desse recurso. • Informar as implicações positivas ou negativas das dependências nos recursos estratégicos e seus impactos sobre esses recursos, inclusive ao longo do tempo. • Mostrar como podem afetar o desempenho da empresa, criando ou corroendo o seu valor e os retornos financeiros para os provedores de capital financeiro e a avaliação do valor da empresa. • Relatar a importância da questão temporal na tomada de decisões estratégicas, incluindo as características específicas do setor (ex.: cash flow e ciclos econômicos, duração esperada dos investimentos de capital, horizontes de tempo durante os quais os usuários efetuam as suas avaliações e os horizontes de planejamento normalmente utilizados no setor para a tomada de decisões estratégicas). • Mostrar o andamento dessas estratégias divulgadas em informações quantitativas e qualitativas.
Posição financeira, desempenho financeira e fluxos de caixa	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre o aspecto financeiro da empresa, em especial aquelas de cunho quantitativo. • Fornecer informações qualitativas, referenciando informações sobre qualificação e qualidade de determinadas métricas financeiras da empresa, auxiliando na compreensão das informações quantitativas disponibilizadas, ao apresentá-las por meio de palavras em vez de números. • Elucidar o efeito de riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade na atual posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa para o período de relatórios e efeitos antecipados no curto, médio e longo prazos – incluindo como riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade estão elencados no planejamento financeiro da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações que permitam compreender como riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetam a parte financeira da empresa, como posição, desempenho e fluxo de caixa, especialmente sob a ótica do mais recente relatório. • Divulgar a mudança esperada ao longo do tempo em sua posição e em seu desempenho financeiro, e os planos de investimento, atuais e comprometidos, relativos à sua estratégia para abordar riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade. • Propiciar indicadores para medir os resultados avaliando a criação de valor da empresa e analisar a remuneração do custo do capital investido no auxílio à percepção da prosperidade da empresa e se ela ainda permanecerá por muito tempo.

Quadro 1 – Escalonamento utilizado para comparação da divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

Padrão de Divulgação	Conteúdo principal	Requisitos de Relato
Processos de gestão de riscos	<ul style="list-style-type: none"> Evidenciar como foram identificados riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está submetida, divulgando os processos utilizados para tal. Explicar o processo ou os processos pelos quais riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade são identificados, avaliados e gerenciados. 	<ul style="list-style-type: none"> Descrever como gerencia esses riscos, divulgando informações sobre como avalia seus efeitos e probabilidades, especificando como os difere de outros tipos de riscos e quais são os padrões usados para suas entradas (por exemplo, fontes de dados, escopo das operações cobertos e nível de detalhamento utilizado nas suposições) e as alterações nos processos, comparativamente ao período de relatório anterior. Mostrar como identifica, avalia, prioriza, monitora e gerencia riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, além de esclarecer como riscos e oportunidades estão identificados nos processos de gestão de riscos e gestão geral. Listar todos os acontecimentos, e as causas e consequências destes que podem colocar em risco o alcance de seus objetivos. Calcular a probabilidade de esses eventos acontecerem e os impactos que terão, estabelecendo quais devem ser priorizados. Mostrar as melhores medidas de tratamento escolhidas para cada evento, podendo aceitá-lo, mitigá-lo, transferi-lo ou evitá-lo. Divulgar o prazo, a forma e os responsáveis pela implementação da medida. Informar se houve revisões, se o trâmite foi correto e se não há necessidade de atualizações.
Métricas e metas de avaliação e monitoramento do desempenho	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrar os progressos e desempenhos da empresa e a forma como mede, monitora e gerencia seus riscos e suas oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade. Definir e divulgar métricas e metas com relação a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de acordo com a realidade de seu ramo de negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar como essas métricas e metas são definidas e calculadas, se a medição da métrica é validada por um corpo externo e, se sim, qual corpo. Apresentar explicações dos métodos utilizados para calcular as metas e entradas para o cálculo, incluindo as suposições significativas feitas e as limitações desses métodos. Especificar como foram estabelecidas e o período sobre o qual a meta se aplica, bem como o período-base a partir do qual o progresso é medido. Divulgar uma análise de seu desempenho em relação às metas divulgadas e uma análise de tendência ou mudanças significativas ocorridas, bem como as redefinições ou substituições feitas em suas metas, com a respectiva explicação das motivações e razões para essas mudanças. Rotular métricas e metas usando significativa clareza, nomes precisos e descrições.

Fonte: elaborado pelos autores, com base em ISSB (2022b, p. 24-30).

Para construir o referencial teórico, foram realizadas pesquisas sobre os temas contabilidade socioambiental e sustentabilidade empresarial. Também foi feita a leitura dos *Drafts* (ISSB, 2022a; 2022b) e, finalmente, da norma IFRS S1 (ISSB, 2023b), para efetuar uma síntese sobre o que essa nova normativa busca cobrar dos relatórios de sustentabilidade de uma empresa. Para a análise de conteúdo, procurou-se preservar, na íntegra, o conteúdo da IFRS S1 na construção de categorias para a inferência e interpretação do conteúdo dos resultados brutos manifestados nos relatórios das empresas investigadas, visando torná-los significativos e válidos. No que se refere à análise de conteúdo, procurou-

-se preservar, na íntegra, os pontos contidos na IFRS S1, na construção de categorias para inferência e interpretação dos significados dos resultados brutos manifestados no Relatório Integrado divulgado pelas empresas investigadas, visando torná-los significativos e válidos.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

Para analisar os dados coletados, apresentam-se, no Quadro 2, as evidências encontradas nos relatórios elaborados com base nos padrões do *Integrated Reporting Framework* (<IR> Framework)³ por três empresas listadas no ISE B3. Foram

analisadas informações relacionadas à sustentabilidade⁴, divulgadas anualmente por cada uma dessas empresas, e os dados foram codificados em conformidade com as diretrizes da norma IFRS S1. Os dados foram coletados em abril/2023, no sítio eletrônico das empresas, mediante a extração de informações divulgadas no Relatório Integrado, para o período referente aos exercícios sociais de 2021 e 2022, contemplando, no total, seis relatórios publicados como objeto da análise.



3 A Cosan elabora a estrutura do seu relatório de acordo com a *Global Reporting Initiative* (GRI) e inclui indicadores do *Sustainability Accounting Standards Board* (Sasb), além de se inspirar nos princípios do Relatório Integrado, editado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).

4 Ressalta-se que, embora o Relatório Integrado não tenha como principal objetivo reportar informações sobre sustentabilidade e, sim, explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo, tomou-se esse relatório como fonte de análise deste artigo, devido ao fato de as três empresas analisadas utilizarem-no com esse tipo de intuito, na divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade.

Em relação aos requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade estabelecidos na citada norma, o grau de conformidade das informações divulgadas identifica as características de aderência quanto ao reconhecimento, à classificação, à mensuração e à divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Por conseguinte, as empresas, ao adotarem os padrões IFRS S1, devem apresentar os requisitos constantes no Quadro 2 e a forma de divulgação de informações que permitam compreender riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, conforme ISSB (2022b). Ademais, é necessário mostrar como controla e administra riscos e oportunidades aos quais se estão expostas, por meio da divulgação de: (i) processos, controles e procedimentos de governança utili-

Requisito de divulgação	Braskem	Cosan	Copel
Processos, controles e procedimentos de governança	Informa	Informa	Informa
Riscos e oportunidades na estratégia de tomada de decisão	Informa	Não informa	Não informa
Posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa	Não informa	Não informa	Não informa
Processos de gestão de riscos	Informa	Informa	Informa
Métricas e metas de avaliação e monitoramento do desempenho	Não informa	Informa	Não informa

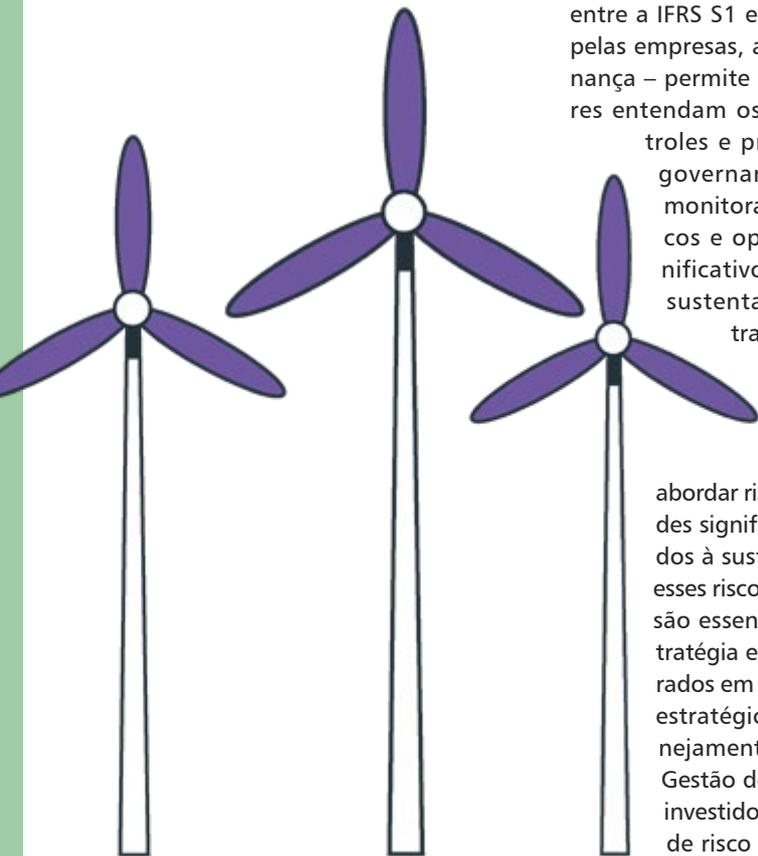
Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2023).

zados para monitorá-los, gerenciá-los e supervisioná-los; (ii) estratégia para gerenciá-los; (iii) processos que utiliza para identificá-los, avaliá-los, priorizá-los e monitorá-los; e (iv) seu desempenho, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

Dessa forma, buscou-se classificar a evidenciação dos requisitos relativos a riscos e oportunidades de sustentabilidade, subdividindo-os em cinco categorias referentes à temática, buscando a presença, ou não, de similitudes e divergências entre a IFRS S1 e os RI divulgados pelas empresas, a saber: (i) Governança – permite que os investidores entendam os processos, controles e procedimentos de governança usados para monitorar e gerenciar riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade; (ii) Estratégia – possibilita que os investidores avaliem a estratégia da empresa para abordar riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade e se esses riscos e oportunidades são essenciais para sua estratégia e se estão incorporados em seu planejamento estratégico, incluindo planejamento financeiro; (iii) Gestão de Riscos – ajuda o investidor a avaliar o perfil de risco geral da empresa

e seus processos de gerenciamento de risco, viabilizando entendimento sobre o processo como identifica, avalia e gerencia seus riscos e oportunidades atuais e previstos relacionados à sustentabilidade e sobre a forma como esse trâmite está integrado aos seus processos gerais de gerenciamento de riscos; (iv) Posição e Desempenho Financeiro – possibilita que os investidores entendam como a empresa mede, monitora e gerencia seus riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade e avalie seu desempenho, incluindo o progresso em relação às metas que definiu; e (v) Métricas e Metas – permite que os investidores entendam como a empresa mede, monitora e gerencia seus riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade e avalie seu desempenho, incluindo o progresso em relação às metas definidas.

Embora o Relato Integrado não siga a mesma estrutura proposta na IFRS S1 para evidenciação de padrões de sustentabilidade (governança, estratégia, riscos e oportunidades, e métricas), van Wyk e Els (2023) constataram que tais elementos estão incorporados nos princípios orientadores e nos elementos de conteúdo do <IR> framework. A principal diferença existente refere-se à perspectiva estratégica, que exige que as empresas mostrem como riscos e oportunidades influenciarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa, incluindo planos de investimento e recursos para financiar determinadas estratégias.



“No que diz respeito aos processos de gestão de riscos, todas as empresas investigadas explicaram e descreveram riscos e oportunidades aos quais estão expostas, ainda que melhorias precisem ser feitas para estar adequadamente em consonância com a IFRS S1.”

Segundo van Wyk e Els (2023, p. 6), a estrutura do RI discute o efeito de forma mais ampla e é baseada em princípios, utilizando conectividade e compensações que forçaram o capital financeiro a abordar questões relacionadas à sustentabilidade. Observa-se, no Quadro 2, que, em relação aos requisitos estabelecidos pelos padrões IFRS S1, não é possível identificar, nos RIs publicados pelas empresas, riscos e oportunidades na estratégia de tomada de decisão, já que a única empresa que apresentou informações nesse sentido o fez de forma bem superficial.

Em discordância aos padrões IFRS S1, todas as três empresas analisadas não apresentaram, em seus RIs, os requisitos necessários para o nível de evidenciação exigido para divulgação de riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que possam afetar razoavelmente as perspectivas da empresa, em termos de fluxos de caixa, acesso ao financiamento ou custo do capital em curto, médio ou longo prazo. Essa conduta está em consonância com Pratama, Jaenudin e Anas (2022), que apontam que a sustentabilidade, embora já seja uma questão central nos países desenvolvidos, ainda não se mostra assim nos países em desenvolvimento em termos de divulgações financeiras relaciona-

das à sustentabilidade nas demonstrações financeiras.

No que diz respeito aos processos de gestão de riscos, todas as empresas investigadas explicaram e descreveram riscos e oportunidades aos quais estão expostas, ainda que melhorias precisem ser feitas para estar adequadamente em consonância com a IFRS S1. Todavia, salienta-se que a questão da sustentabilidade ainda está se tornando uma tendência na gestão do setor privado. Recentemente, vários setores “tentam” adotar a divulgação relacionada à sustentabilidade de forma mais séria (Ng *et al.*, 2020).

Braskem S.A. – a empresa, que faz parte do setor químico e petroquímico, divulgou informações sobre seus processos e procedimentos de governança usados para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Nesse sentido, dispõe de um órgão de governança, o Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG (Cecesg), composto por quatro membros do Conselho de Administração (CA), um deles independente, que tem como atribuição avaliar o direcionamento estratégico dessa empresa e assegurar a observância das diretrizes de desenvolvi-

mento sustentável adotadas por ela. Adicionalmente, acompanha as políticas corporativas vigentes, referentes à divulgação de informações, ao desenvolvimento sustentável, à saúde, à segurança, ao meio ambiente e à qualidade e produtividade.

Em relação aos seus processos, controles e procedimentos de governança, a Braskem dá informações muito básicas sobre o Cecesg, visto que não detalha os impactos que a atuação deste Comitê tem sobre a empresa e o meio ambiente, tampouco sobre como é feito o processo de trabalho dentro desse órgão, nem sobre a identidade dos seus quatro integrantes. A empresa também não divulga as mudanças e os benefícios que os treinamentos recebidos pelo CA, pelos vice-presidentes, pelo CEO e por toda a diretoria trouxeram, efetivamente, para a empresa.



Com relação a riscos e oportunidades na estratégia de tomada de decisão, observa-se que a Braskem relata superficialmente compromissos, objetivos, palestras e *workshops* promovidos em prol do desenvolvimento sustentável. Sua metodologia de gestão de riscos baseia-se nas referências internacionais de gestão de riscos (como ISO 31000 e COSO – *Enterprise Risk Management*) e divide os riscos em quatro categorias: i) estratégicos; ii) operacionais; iii) financeiros; e iv) regulatórios. Os pilares estratégicos da empresa reforçam suas ambições em longo prazo, consideradas as demandas e oportunidades no negócio tradicional, e garantem o olhar para o tema da sustentabilidade nas decisões de investimento.

A Braskem não evidencia os riscos ao meio ambiente e às possíveis comunidades locais que a extração e utilização de suas matérias-primas acarretam, tampouco

explicita o procedimento previsto para amenizá-los ou erradicá-los. No geral, a Braskem relatou poucos riscos relacionados à sustentabilidade aos quais ela está exposta, fazendo-o de forma superficial e sucinta. Não obstante, a empresa divulgou as estratégias que pretende adotar para diminuir possíveis impactos ao meio ambiente que podem prejudicar seu próprio negócio, além de relatar o andamento dessas iniciativas ao longo dos anos. Apesar de divulgar e explicar os principais riscos aos quais está submetida e citar as normas utilizadas para tratá-los, a Braskem não elucida aos usuários das informações como fez para identificar esses riscos.

No tocante à sua posição financeira, ao seu desempenho financeiro e ao seu fluxo de caixa, a Braskem explica os efeitos das oportunidades relacionadas à sustentabilidade nos seus resultados, mas pouco fala dos impactos que

os riscos relacionados à sustentabilidade teriam no seu desempenho financeiro. Embora divulgue seus investimentos no combate às mudanças climáticas, a empresa não apresenta informações qualitativas sobre esses tópicos nem comenta os benefícios financeiros desses investimentos, já que produz plástico, e suas atividades contribuem para o incremento das mudanças climáticas. À vista disso, ela estaria gastando o próprio capital para tentar reduzir o possível dano ambiental que ela causa.



Por fim, em relação às métricas e metas de avaliação e ao monitoramento do desempenho, apesar de não haver um tópico específico para esse quesito no seu relatório, a Braskem cita um ciclo de compromissos de longo prazo de desenvolvimento sustentável para 2025, 2030 e 2050. A empresa apresenta gráficos sobre o progresso em algumas dessas metas, as quais poderiam ser explicadas mais detalhadamente, sobretudo no que concerne à forma como foram definidas e calculadas. Ou seja, notou-se a ausência de melhor monitoramento do desempenho de suas metas, a falta de explicações sobre os métodos e processos utilizados para suas definições e cálculos, ou a inexistência de informações sobre a validação dessas metas por algum corpo externo.

Cosan S.A. – é uma holding com investimentos em setores estratégicos, por meio de empresas que prestam serviços de logística ou fabricam e distribuem produtos como açúcar, álcool, combustível, energia elétrica, gás natural, lubrificação, entre outros. Essa empresa apresenta suas principais iniciativas, com informações sobre sua atuação em termos ambientais, sociais e de governança, afirmando que as informações não financeiras são relativas aos temas ESG e refletem seu compromisso com a transparência, bem como suas políticas e seus procedimentos corporativos, além de refletir as recomendações da *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD).



“No tocante à sua posição financeira, ao seu desempenho financeiro e ao seu fluxo de caixa, a Braskem explica os efeitos das oportunidades relacionadas à sustentabilidade nos seus resultados, mas pouco fala dos impactos que os riscos relacionados à sustentabilidade teriam no seu desempenho financeiro.”

Em referência à governança, as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade da Cosan reportam-se à institucionalização de sua área de ESG, reportada diretamente ao CEO. Além de manter, em sua estrutura organizacional, equipes dedicadas à gestão da sustentabilidade⁵, essa empresa criou um Comitê de Estratégia e Sustentabilidade, com vistas a assessorar o Conselho de Administração, em relação à evolução e ao desenvolvimento de planos estratégicos. Tal iniciativa tem o objetivo de acompanhar estratégias, metas e compromissos de sustentabilidade relacionados a temas como mudanças climáticas, diversidade e engajamento de *stakeholders*, monitorando, inclusive, o desempenho em índices e ratings ESG, nacionais e internacionais, assim como propor melhorias em relação às práticas de sustentabilidade corporativa. Assinale-se, contudo, que faltou a essa empresa divulgar como esse comitê de estratégia e sustentabilidade analisa os riscos e as oportunidades, quando supervisionadas as estratégias da empresa, e como avalia e gerencia riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Ade-

mais, não há conteúdo relacionado à forma e frequência de recebimento dessas informações, ao processo para controlar e administrar os riscos e impactos divulgados, tampouco aos meios para monitorá-los e supervisioná-los.

Na parte de gestão de riscos, os riscos relacionados à sustentabilidade são identificados e categorizados de acordo com sua origem (internos ou externos) e natureza (estratégicos, financeiros, de conformidade e operacionais). Um risco pode apresentar mais de uma natureza, de acordo com a origem, o ambiente e a resposta. Essa empresa também afirma que avalia o impacto ambiental para todos os riscos inerentes aos negócios, ao verificar individualmente se esse risco apresenta impacto ambiental e classificá-lo, em escala predefinida, conforme a severidade do efeito causado pela sua materialização. A definição das tratativas envolve a diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado e todos os riscos mapeados são levados para discussão e conhecimento do



Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos, que atuam para auxiliar no tratamento específico.

No que diz respeito à forma como a Cosan mede, monitora e gerencia seus riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade, o relatório apresenta um tópico de “riscos, oportunidades e impactos” que especifica os principais danos e impactos socioambientais associados à empresa, classificados em: i) impacto na comunidade e no meio ambiente causado pelas operações; ii) aplicação de diversas ações mitigadoras para apoiar a sociedade e para reduzir o impacto gerado pelas operações, e cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

⁵ As empresas pertencentes ao Grupo Cosan detêm suas próprias estratégias ESG, assumem compromissos públicos e instituem áreas totalmente dedicadas à sustentabilidade.

Além disso, a empresa incorpora KPIs para medir seu desempenho relacionado à sustentabilidade, mediante indicadores de performance ESG em seus *scorecards* (tabelas de desempenho) corporativos e nas metas de seus executivos. Também são instituídos e mantidos comitês de sustentabilidade para discutir estratégia e suportar decisões em torno do tema. Apesar de a Cosan divulgar os progressos de algumas de suas metas, não o faz com todas, o que é necessário. Essa empresa poderia ter explicado melhor como definiu e calculou essas metas, e se são validadas por algum corpo externo. Embora afirme acreditar na oportunidade de evoluir na jornada da sustentabilidade, acompanhar as tendências e atender às demandas de seus *stakeholders*, demonstrando sua crença de que ter um bom desempenho nessa agenda significa sustentação na entrega de resultados financeiros, a Cosan não explicitou quais são os riscos e as oportunidades que podem ter impactado o seu modelo de negócio. A ausência dessa informação dificulta a compreensão dos usuários quanto à forma como essa empresa age ante eles. Apesar de divulgar suas estratégias para atingir suas metas ESG e seus objetivos de desenvolvimento sustentável, a empresa deveria expor riscos e oportunidades atuais e antecipados, estimar seus impactos, especificar onde estão concentrados na cadeia de valor da empresa, e relatar as estratégias adotadas para resolvê-los.

Relativamente à posição financeira, ao desempenho financeiro e ao fluxo de caixa, a Cosan não fornece informações sobre o efeito dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade no seu desempenho financeiro e divulga apenas informações quantitativas sobre a mudança de seus valores financeiros ao longo dos últimos anos. A empresa deveria divulgar informações qualitativas para ajudar o usuário da in-

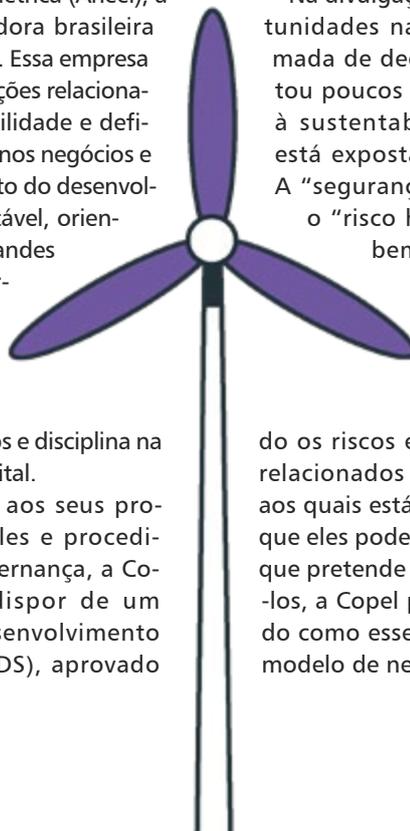
formação a compreender a situação do seu modelo de negócio e em relação a riscos ou oportunidades específicos relacionados à sustentabilidade. A Cosan poderia ter detalhado como identifica riscos relacionados à sustentabilidade e suas respectivas probabilidades de ocorrência. Nos três riscos divulgados (danos e impactos sociais; impactos ambientais; e acidentes em atividades), todos referentes a impactos causados na comunidade local pelas suas operações, a empresa apenas cita a adoção de práticas para reduzi-los e mitigá-los, o que não é suficiente, pois deveria haver uma descrição dessas ações (assim como foi feito na evidência dos seus riscos climáticos) e das melhorias que trouxeram. Precisa, também, falar sobre os efeitos que esses riscos lhe causam.

Copel – Companhia Paranaense de Energia: é uma empresa do setor elétrico, com controle acionário do Estado do Paraná (detentor de 69,7% das ações ordinárias), que atua na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com as concessões outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a agência reguladora brasileira do setor elétrico. Essa empresa divulga informações relacionadas à sustentabilidade e define sua ambição nos negócios e no fortalecimento do desenvolvimento sustentável, orientada em três grandes pilares: descarbonização da matriz energética, integração com escala dos negócios e disciplina na alocação de capital.

Em relação aos seus processos, controles e procedimentos de governança, a Copel informa dispor de um Comitê de Desenvolvimento Sustentável (CDS), aprovado

pelo seu Conselho de Administração, para lhe apoiar na formação de diretrizes, políticas e principais temas relativos à gestão de pessoas e ao ESG, o que permite maior interação dos membros do conselho com a agenda de sustentabilidade dessa companhia. As informações fornecidas são extremamente rasas, já que não são divulgados os integrantes deste Comitê, não é detalhado o trabalho por eles desempenhado, tampouco como essa iniciativa afeta a empresa. A Copel informa manter um programa de desenvolvimento dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais, membros dos comitês e da diretoria, em três pilares – um voltado aos treinamentos legais, outro focado na formação e qualificação dessas lideranças para o exercício de suas atribuições e as dinâmicas da governança, e um terceiro pilar direcionado a temas estratégicos. A empresa, porém, não detalha os benefícios que esses treinamentos fornecidos aos membros dos seus órgãos de governança trazem para a empresa ou os assuntos abordados no âmbito desses temas.

Na divulgação de riscos e oportunidades na estratégia de tomada de decisão, a Copel relatou poucos riscos relacionados à sustentabilidade aos quais está exposta e seus impactos. A “segurança de barragens” e o “risco hidrológico” foram bem detalhados, com explicações sobre como essa empresa age ante eles. Embora tenha reportado os riscos e as oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está exposta, os efeitos que eles podem causar e as ações que pretende adotar para mitigá-los, a Copel poderia ter divulgado como esses riscos afetam seu modelo de negócios.



“Relativamente à posição financeira, ao desempenho financeiro e ao fluxo de caixa, a Cosan não fornece informações sobre o efeito dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade no seu desempenho financeiro e divulga apenas informações quantitativas sobre a mudança de seus valores financeiros ao longo dos últimos anos.”

Acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e do fluxo de caixa, a Copel não forneceu informações sobre como riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetam a sua situação financeira, ou seja, seus impactos nos valores divulgados; oferece muitos dados quantitativos, sem informações qualitativas para ajudar o usuário da informação no entendimento dos dados. Relativamente ao risco hidrológico, a empresa mencionou tanto informações quantitativas quanto qualitativas relacionadas a riscos e oportunidades que afetam situação financeira. Observou-se a ausência de mais informações sobre a qualificação e qualidade de suas métricas financeiras, mas, no geral, a empresa divulgou informações sobre seu desempenho financeiro, de acordo com o disposto na IFRS S1.

A Copel divulga riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está exposta e veicula sua gestão de riscos de forma muito parecida com o requerido na IFRS S1. Embora tenha relatado como faz para identificar seus riscos, a empresa deveria detalhar mais os proces-

sos utilizados para tanto e divulgar como os gerencia e avalia seus efeitos na busca de amenizá-los ou mitigá-los. Ou seja, foi divulgado apenas o básico, que é insuficiente para saber como a Copel lida com riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade aos quais está submetida. Ao menos para o risco de ruptura de barragens, essa empresa divulgou atuar de forma preventiva a fim de mitigá-lo, segundo critérios e procedimentos alinhados às melhores práticas de engenharia e à legislação vigente⁵.

Quanto às métricas e metas de avaliação e ao monitoramento do desempenho, a Copel divulgou a intenção de, até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na sua matriz energética⁶ e integrar medidas da mudança do clima em suas políticas, suas estratégias e seu planejamento estratégico, a fim de reduzir as emissões diretas e compensar o residual. Contudo, não houve informações sobre o desempenho e progresso dessas metas, nem sobre como foram definidas e calculadas cada uma delas, se são certificadas ou validadas por algum corpo externo e, se sim, qual corpo.



5 As usinas hidrelétricas possuem Plano de Segurança de Barragem (PSB), Plano de Ação de Emergência (PAE) e um setor de engenharia de segurança de barragens, em que os empregados são responsáveis pela execução de procedimentos de manutenção e pelo monitoramento contínuo dessas estruturas

6 Compromisso com fontes 100% renováveis.

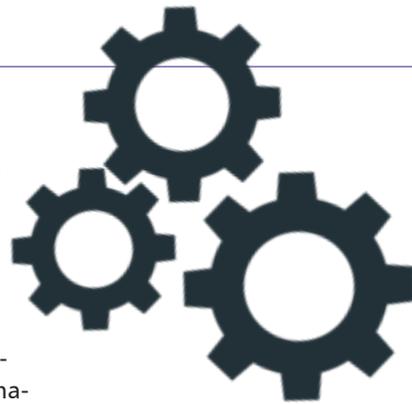
5 Considerações Finais

Em resposta ao problema de pesquisa, este artigo teve por objetivo “examinar o Relatório Integrado de três empresas participantes do ISE B3, relativo aos exercícios sociais de 2021 e 2022, em face da publicação de uma IFRS acerca da divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade nos relatórios de sustentabilidade”. Especificamente em relação ao desenvolvimento de requisitos sobre questões de sustentabilidade que afetam a avaliação do valor da empresa, no intuito de facilitar decisões sobre o valor da empresa para fins de alocação de recursos financeiros, constatou-se a necessidade de identificação de assuntos diretamente associados à avaliação do valor da empresa, de modo a se fornecer uma linha de base coerente para esse propósito.

Nesse aspecto, entende-se que a divulgação de informações sobre todos os riscos e oportunidades relevantes de sustentabilidade não será resolvida apenas com os padrões definidos na IFRS S1, já que uma empresa precisa, primeiramente, determinar seus impactos materiais por meio do uso dos padrões definidos no âmbito da GRI, para ter condições de identificar

todas suas questões financeiras relevantes relacionadas à sustentabilidade. Em suma, no momento, a GRI tem padrões claramente elaborados, desenvolvidos ao longo de mais de duas décadas, e está em melhor posição no tocante à normatização de elementos relativos ao impacto das empresas nas economias, na sociedade e no meio ambiente. Em termos mais concretos, para fornecer informações relevantes aos usuários, as empresas precisarão contar, concomitantemente, com o apoio de outras normas, considerando, por exemplo, tópicos e métricas das normas Sasb e recursos padrões GRI, além de padrões europeus referentes à divulgação de informações sobre sustentabilidade.

Além disso, a estrutura conceitual apresentada pelo ISSB na IFRS S1 mostra-se um pouco confusa e carece de maiores esclarecimentos e definições, já que implica a necessidade de considerável julgamento sobre questões de sustentabilidade que têm impactos sobre as pessoas, o meio ambiente e a economia e que são entendidos de forma diferente pelos *stakeholders* que utilizam divulgações advindas dos relatórios de sustentabilidade das empresas. As definições-chave são imprecisas e difíceis de



aplicar. O conceito de riscos e oportunidades significativos relacionados com a sustentabilidade apresentado nessa norma é ambíguo, o que dificulta avaliar se a informação sobre questões ambientais ou sociais divulgada é material ou não.

É fato que o modelo de negócio das empresas pode ter impactos positivos e negativos sobre as pessoas, o meio ambiente (especialmente o mundo natural) e a economia e, por isso, compreender os impactos que riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade têm sobre o valor da empresa. Isso ajudará na previsão de valor, tempo e fluxos de caixa futuros da empresa, a curto, médio e longo prazos e, portanto, na avaliação do valor da empresa em termos econômico, social e ambiental.

O estabelecimento de um padrão de divulgação de informações sobre sustentabilidade e requisitos gerais de divulgação de informações financeiras relativas ao desenvolvimento sustentável fornece informações materiais sobre a exposição das empresas a riscos e oportunidades materiais relacionados à sustentabilidade. Além de serem úteis aos usuários dos relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões quanto a prover-lhes ou não recursos econômicos, esses dados melhoram a conectividade dos relatórios financeiros, incluindo informações financeiras relacionadas à sustentabilidade do negócio. Todavia, a educação ambiental é uma peça fundamental para o sucesso na gestão dos resíduos sólidos numa sociedade.



“O estabelecimento de um padrão de divulgação de informações sobre sustentabilidade e requisitos gerais de divulgação de informações financeiras relativas ao desenvolvimento sustentável fornece informações materiais sobre a exposição das empresas a riscos e oportunidades materiais relacionados à sustentabilidade.”

Mais especificamente com relação às empresas investigadas, observou-se que a Braskem, em se comparando com o que a IFRS S1 determina, apresentou informações com padrão de qualidade bem superficial na questão de estratégia, gestão de riscos, posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa e metas e métricas. A empresa não se aprofundou muito nos riscos aos quais está exposta, não explicitou suas estratégias em relação a eles e omitiu informação que permitisse aos usuários de seus relatórios financeiros para fins gerais entender sua capacidade de se adaptar às incertezas decorrentes de riscos significativos relacionados à sustentabilidade.

Já a Cosan, em todos os quesitos (governança, estratégia, posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa, gestão de riscos, e metas e métricas), divulgou informações muitos úteis, mas que, se comparadas ao que a IFRS S1 requer, apresentam falhas, ao não se aprofundar muito em suas informações, especialmente em estratégia e posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa. As informações requeridas pela norma internacional praticamente não foram relatadas, o que faz com que a qualidade das

informações da Cosan seja mediana, pois faltou ir além do básico e detalhar mais o que foi publicado. Por fim, a Copel, em todos os quesitos, divulgou bem detalhadamente e com profundidade suas informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de forma bem similar aos requisitos da IFRS S1, apesar de ainda faltar a divulgação de algumas informações para estar plenamente em conformidade com essa norma internacional.

Portanto, a Copel não sofreria grandes mudanças na elaboração de seus relatórios, se aderisse aos requisitos da IFRS S1. A Cosan ficaria em um meio-termo, visto que presta algumas informações de maneira muito parecida com a norma, porém precisaria aprender a fazer um maior detalhamento.

Em contrapartida, a Braskem, apesar de ter um relatório muito extenso e abundante, no sentido de dar informações socioambientais, seria a empresa que mais precisaria de mudanças, já que seus relatórios têm alguma similaridade com a IFRS S1, mas são os que mais deixam de divulgar informações, entre as três empresas analisadas, quando comparando com essa norma internacional.

Para pesquisas futuras alinhadas a este artigo, propõe-se apro-



fundar o estudo das similitudes e divergências entre a IFRS S1 e a GRI, pois tudo indica que esta última possui uma estrutura de governança mais robusta e adequada ao propósito de retratar o desenvolvimento sustentável (sustentabilidade) nas demonstrações financeiras e já está bem consolidada como relatório socioambiental no meio empresarial.

Referências

- ADAMS, Carol A. *Responses to the IFRS Foundation and ISSB's first Exposure Draft*. Posted on May 21, 2022.
-
- ADAMS, Carol A. The Ethical, Social and Environmental Reporting-Performance Portrayal Gap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 17, n. 5, p. 731-757, 2004. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570410567791>
-
- ADAMS, Carol A.; ABHAYAWANSA, Subhash. Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for 'harmonisation' of sustainability reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 82, p. 1-13, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102309>
-
- ADAMS, Carol A.; ALHAMOOD, Abdullah; HE, Xinwu; TIAN, Jie.; WANG, Le; WANG, Yi. The Double-Materiality Concept: Application and Issues. [Project Report] *Global Reporting Initiative*, 2021.
-
- ADAMS, Carol A.; MUELLER, Frank. Academics and policymakers at odds: the case of the IFRS Foundation Trustees' consultation paper on sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 13, n. 6, p. 1310-1333, 2022.
-
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
-
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>
-
- BEBBINGTON, Jan. Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, v. 25, n. 2, p. 128-157, 2001. DOI: 10.1111/1467-6303.00059
-
- BESKE, Felix; HAUSTEIN, Ellen; LORSON, Peter. *Materiality analysis in sustainability and integrated reports*. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 11, n. 1, p. 162-186, 2020.
-
- BURRITT, R.L.; SCHALTEGGER, S. Sustainability accounting and reporting: fad or trend? *Accounting, Auditing & Accountability*, v. 23, n. 7, p. 829-846, 2010.
-
- CLIMATE DISCLOSURE STANDARDS BOARD – CDSB. *CDSB Framework for reporting environmental & social information*. London, UK: CDSB, 2022.
-
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. *NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro*. Brasília: CFC, DOU 13/12/2019.
-
- DE VILLIERS, Charl; LA TORRE, Matteo; MOLINARI, Matteo. The Global Reporting Initiative's (GRI) Past, Present and Future: Critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). *Pacific Accounting Review*, v. 34, n. 5, p. 728-747, 2022. 10.1108/PAR-02-2022-0034.
-
- EGAN, M.; TWEEDIE, D. A "green" accountant is difficult to find: Can accountants contribute to sustainability management initiatives? *Accounting, Auditing & Accountability*, v. 3, n. 6, p.1749-1773, 2018.
-
- ERNST & YOUNG. *Applying IFRS Sustainability Disclosure Standards Introduction to IFRS S1 and IFRS S2*. London, UK: EYGM Limited, 2024. Disponível em: https://www.ey.com/en_gl/ifrs-technical-resources/introduction-to-ifrs-s1-and-ifrs-s2-updated-june-2024 Acesso em: 06 ago 2024.
-
- EUROPEAN COMMISSION - EC. *Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 2013/34/EU, Directive 2004/109/EC, Directive 2006/43/EC and Regulation (EU) No 537/2014, as regards corporate sustainability reporting*. Brussels, 21.4.2021 COM(2021) 189 final / 2021/0104 (COD).
-
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
-
- GARCIA, Daniele Rodrigues; PEREIRA JÚNIOR, Fernando Zepka. Contabilidade de gestão da sustentabilidade: revisão sistemática da literatura mundial. *GeCont*, v.6, n. 1, p. 72-88, jan-jun. 2019.
-

GAVIRIA, Daniel Alberto Grajales; MARTÍNEZ, Eliana María Cataño; POLO, Orlando Carmelo Castellanos; ARCILA, Jorge Oliverio Suaza. Accounting Mechanism to Measure the Environmental Impact of Industries in the Aburrá Valley and its Application of the General Disclosure Requirements Related to Financial Information on Sustainability (IFRS S1) and Climate-Related Disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 17, n. 5, e03639, 2023. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v17n5-013>

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. [Tradução de Leme Belon Ribeiro e Monica Stefani] 6 a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINER, Begoña; LUQUE VÍLCHEZ, Mercedes. A commentary on the “new” institutional actors in sustainability reporting standard-setting: a European perspective. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 13, n. 6, p. 1284-1309, 2022. 10.1108/SAMPJ-06-2021-0222

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. *GRI welcomes consolidation of value reporting organizations*. Published date: 25 November 2020.

GRAJALES GAVIRIA, Daniel Alberto; CATAÑO MARTÍNEZ, Eliana María; CASTELLANOS POLO, Orlando Carmelo; SUAZA ARCILA, Jorge Oliverio. Accounting Mechanism to Measure the Environmental Impact of Industries in the Aburrá Valley and its Application of the General Disclosure Requirements Related to Financial Information on Sustainability (IFRS S1) and Climate-Related Disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 17, n. 5, e03639, 2023. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v17n5-013>

GRAY, Paul S.; WILLIAMSON, John B.; KARP, David A.; DALPHIN, John R. *The research imagination: an introduction to qualitative and quantitative methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819391>

GUIX, Mireia; BONILLA-PRIEGO, Maria Jesús; FONT, Xavier. The process of sustainability reporting in international hotel groups: an analysis of stakeholder inclusiveness, materiality and responsiveness. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 26, n. 7, p.1063-1084, 2018.

GUNARATHNE, N.; SAMUDRAGE, D.; WIJESINGHE, D. N.; LEE, K. Fostering social sustainability management through safety controls and accounting: A stakeholder approach in the mining sector. *Accounting Research Journal*, v. 29, n. 2, p. 179-197, 2016.

HUNG, Mingyi; SUBRAMANYAM, K.R. Financial statement effects of adopting International Accounting Standards: the case of Germany. *Review of Accounting Studies*, v. 12, n. 4, p. 623-657, 2007. DOI:10.1007/s11142-007-9049-9

INDYK, Magdalena. Are the companies prepared for sustainability reporting under the ED IFRS S1 and S2? Evidence from Poland. *Audit Financiar*, v. 20, n. 4(168), p. 641-654, 2022. <http://dx.doi.org/10.20869/AUDITF/2022/168/022>

INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD - ISSB. *Exposure Draft —Snapshot IFRS Sustainability Disclosure Standards*. London/UK: IFRS Foundation, 2022a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/snapshot-exposure-draft-ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information-and-exposure-draft-s2-general-sustainability-related-disclosures.pdf>. Acesso em: 7 mar 2023.

_____. *Exposure draft: [Draft] IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*. London/UK: IFRS Foundation, 2022b. Disponível em: www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/exposure-draft-ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information.pdf. Acesso em: 7 mar 2023.

_____. *Exposure draft: [Draft] IFRS S2 Climate-related Disclosures*. London/UK: IFRS Foundation, 2022c. Disponível em: www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/climate-related-disclosures/issb-exposure-draft-2022-2-climaterelated-disclosures.pdf. Acesso em: 7 mar 2023.

_____. *IFRS S1 [IFRS Sustainability Disclosure Standard] General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*. London/UK: IFRS Foundation, 2023b. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/english/2023/issued/part-a/issb-2023-a-ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information.pdf?bypass=on>. Acesso em: 26 jun 2023.

_____. *IFRS S2 [IFRS Sustainability Disclosure Standard] Climate-related Disclosures*. London/UK: IFRS Foundation, 2023c. INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL – IIRC. *International <IR> Framework*. London: The IFRS Foundation, 2023c. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards-issb/english/2023/issued/part-a/issb-2023-a-ifrs-s2-climate-related-disclosures.pdf?bypass=on>. Acesso em: 26 jun 2023.

_____. *Project Summary [IFRS Sustainability Disclosure Standards] IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information / IFRS S2 Climate-related Disclosures*. London/UK: IFRS Foundation, 2023a. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/project-summary.pdf>. Acesso em: 26 jun 2023.

KABIR, Humayun; LASWAD, Fawzi; ISLAM, Ainul. Impact of IFRS in New Zealand on accounts and earnings quality. *Australian Accounting Review*, v. 20, n. 4, p. 343-357, 2010. DOI:10.1111/j.1835-2561.2010.00106.x

KNEBEL, Sebastian; SEELE, Peter. Quo vadis GRI? A (critical) assessment of GRI 3.1 A+ non-financial reports and implications for credibility and standardization. *Corporate Communications: An International Journal*, v. 20, n. 2, p. 196-212, 2015. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-11-2013-0101>

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LELE, S. Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

MACHADO, Bianca Alves Almeida; DIAS, Livia Cristina Pinto; FONSECA, Alberto. Transparency of materiality analysis in GRI-based sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 28, n. 2, p. 570-580, 2021.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2002.

MILLAR, John; SLACK, Richard. Global investor responses to the International Sustainability Standards Board draft sustainability and climate-change standards: Sites of dissonance or consensus. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 15, n. 3, p. 573-604 2024. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-03-2023-0128>

MONEVA, José M.; ARCHEL, Pablo; CORREA, Carmen. GRI and the camouflaging of corporate sustainability. *Accounting Forum*, v. 39, p. 121-137, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2006.02.001>

NG, Tuan-Hock; LYE, Chun-Teck; CHAN, Kar-Hoong; LIM, Ying-Zhee; LIM, Ying-San. Sustainability in Asia: The Roles of Financial Development in Environmental, Social and Governance (ESG) Performance. *Social Indicators Research*, v. 150, n. 1, p. 17-44, 2020. 10.1007/s11205-020-02288-w.

NIELSEN, Christian. ESG Reporting and Metrics: From Double Materiality to Key Performance Indicators. *Sustainability*, v. 15, n. 24, 16844, 2023. <https://doi.org/10.3390/su152416844>

PRATAMA, Arie; JAENUDIN, Edi; ANAS, Syaiful. Environmental, Social, Governance - Sustainability Disclosure Using International Financial Reporting Sustainability Standards S1 in Southeast Asian Companies: A Preliminary Assessment. *International Journal of Energy Economics and Policy*, v. 12, n. 6, p. 456-472, 2022. 10.32479/ijeeep.13581.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (Orgs.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, Unidade II, p. 31-42.

STENT, Warwick; Bradbury, Michael E.; Hooks, Jill. IFRS in New Zealand: effects on financial statements and ratios, *Pacific Accounting Review*, v. 22, n. 2, p. 92-107, 2010. DOI:10.1108/01140581011074494

STOLOWY, Hervé; PAUGAM, Luc. Sustainability reporting: is convergence possible? *Accounting in Europe*, v. 20, n. 2, p. 139-165, 2023. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4380349>

SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD – SASB. *SASB Conceptual Framework*. San Francisco, CA: Sustainability Accounting Standards Board, 2017.

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES – TCFD. *Implementing the Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures*. New York: Task Force on Climate-related Financial Disclosures, 2021.

TAYLOR, Ruth. Case-study research in context. *Nurse Researcher*, v. 20, n. 4, p. 4-5, 2013. PMID: 23520705.

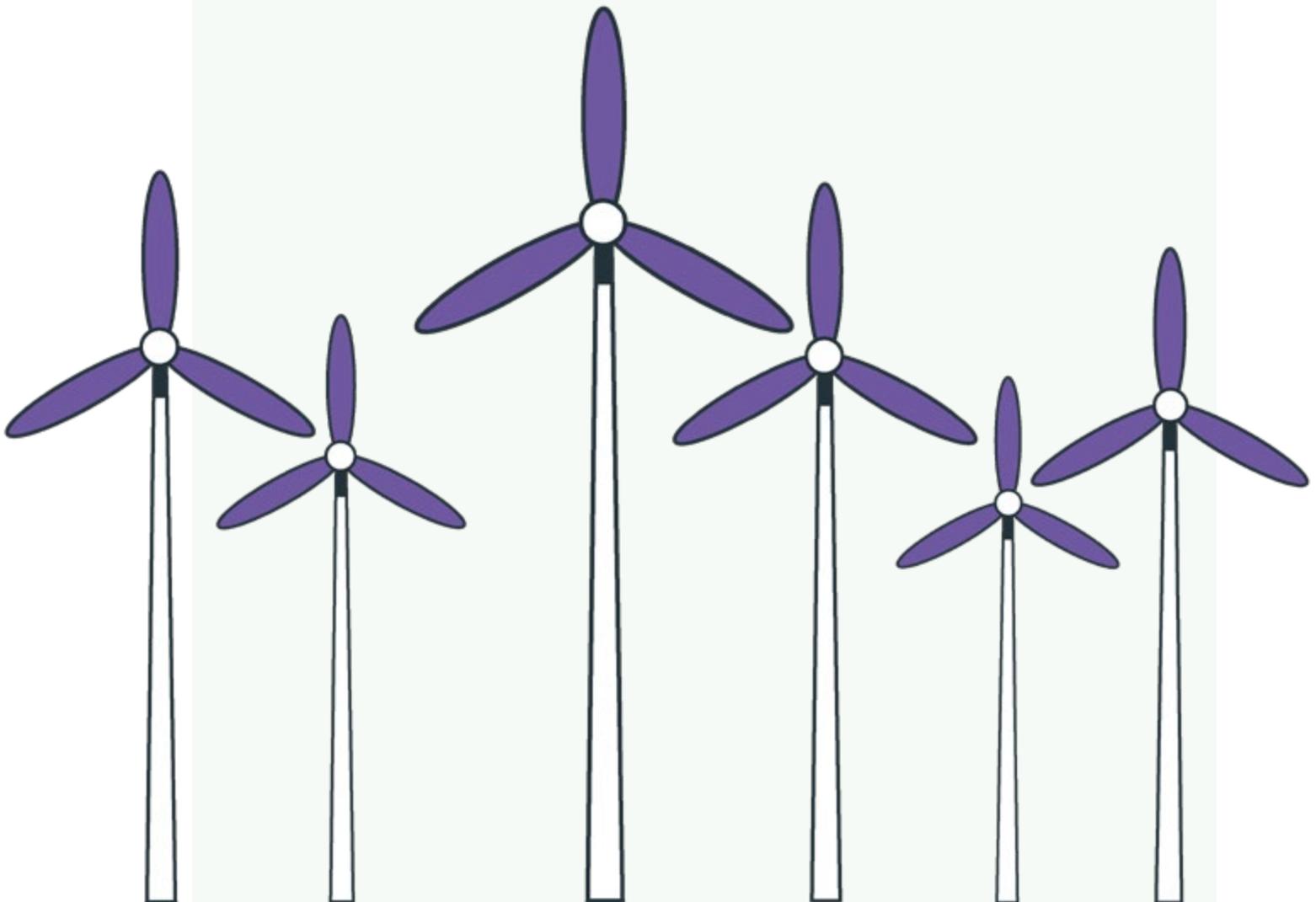
UNERMAN, Jeffrey; ZAPPETTINI, Franco. Incorporating materiality considerations into analyses of absence from sustainability reporting. *Social and Environmental Accountability Journal*, v. 34, p. 172-186, 2014. <https://doi.org/10.1080/0969160X.2014.965262>

UNITED NATIONS - UN. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. [Transmitted to the General Assembly as an Annex to document A/42/427 - Development and International Cooperation: Environment] Oslo: United Nations, 20 March 1987.

WYK, Milan van; ELS, Gideon. The relevance of integrated reporting in future standard setting of the International Sustainability Standards Board. *Front. Sustainability*, v. 4, n. 1218985, 2023. doi: 10.3389/frsus.2023.1218985

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZSOKA, Ágnes; VAJKAI, Eva. Corporate sustainability reporting: Scrutinising the requirements of comparability, transparency and reflection of sustainability performance. *Society and Economy*, v. 40, n. 1, p. 19-44, 2018. DOI: 10.1556/204.2018.40.1.3.





Correlação entre otimismo, esperança e comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis dos Campos Gerais

O comprometimento organizacional pode ocasionar consequências ao nível da performance e do empenho dos trabalhadores, visto que constitui uma relação de envolvimento e identificação do indivíduo com a organização. Por esse motivo, faz-se importante entender quais fatores interferem no comprometimento dos colaboradores com as organizações. Assim, o presente estudo objetivou analisar a correlação dos traços de personalidade positiva no comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis da região dos Campos Gerais, no Paraná. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário, com 126 respostas válidas. Para análise dos dados, foram utilizados os indicadores descritivos e a técnica de correlação de *Spearman*. Entre os resultados mais expressivos, observou-se que os colaboradores se mantêm esperançosos quando se deparam com problemas complexos no ambiente de trabalho, pois se preocupam com o destino da organização. Esses profissionais conseguem enxergar o lado bom das coisas quando as organizações inspiram o melhor de cada funcionário, com base no desempenho organizacional. Assim, observou-se que alguns traços de esperança e otimismo estão correlacionados com o comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis. Em termos práticos, o estudo contribuiu para o entendimento dos fatores que auxiliam no melhor desempenho organizacional. Por meio dos resultados, os escritórios contábeis poderão fomentar práticas que incentivem a colaboração mútua dos colaboradores e seus líderes, mesmo em um ambiente de extrema pressão.

Camila Paes Carneiro

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: camila.paes.pg@gmail.com

Gisleine Vanessa Machado

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: gisleine_vanessa@yahoo.com.br

Antonio Nadson Mascarenhas Souza

Professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É doutor e mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui especialização em Contabilidade Gerencial, com ênfase em Controladoria, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo (Unifacemp).
E-mail: nadson.mascarenhas@ufu.br

Iago França Lopes

Professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutor e Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui mestrado em contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduação em Ciências contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também possui formação técnica em Administração pela Escola Técnica Estadual Agrônomo Narciso de Medeiros (ETEC).
E-mail: iago.lopes@facc.ufrj.br

1 Introdução

A Revolução Industrial impulsionou mudanças sócio-organizacionais, com foco na produtividade e competitividade, gerando novas demandas de mercado e um novo perfil de trabalhador, que precisava possuir habilidades para criar e manusear novos instrumentos, desenvolver boas relações interpessoais e interações sociais (Prestes; Mendonça; Ferreira, 2013). De acordo com Beuren, Ribeiro e Silva (2019), o patrimônio mais importante de qualquer organização é a sua força de trabalho; nesse contexto, atitudes e comportamentos, como o comprometimento, a confiança, o desempenho e a rotatividade, são afetados pelo modo como essa força de trabalho é tratada. E o movimento em direção a uma força de trabalho mais qualificada infere que os trabalhadores mais habilitados passem a reivindicar, além de melhores empregos, um tratamento digno e respeitoso em suas organizações.

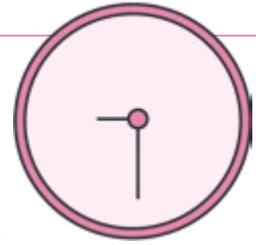
Para Ribeiro e Bastos (2010), a sobrevivência das organizações está relacionada com a criação de estruturas que permitam lidar com as turbulências advindas das flutuações do mercado e dos avanços tecnológicos e, especialmente, com a formação de equipes de pessoas comprometidas com seus objetivos e motivadas para aprender novas práticas, mudar hábitos e até mesmo valores. Nessa conjuntura, o comprometimento constitui uma das forças relevantes que compõem a vitalidade competitiva das organizações.

Considerando que o comprometimento organizacional é uma das qualidades importantes presentes nos times de empresas bem-sucedidas, Ribeiro e Bastos (2010) ressaltam que equipes de pessoas comprometidas tendem a ser mais leais, ter conduta diligente, ter interesse genuíno sobre os rumos da organização, dedicar esforços extras e contribuir voluntariamente para o desenvolvimento das organizações. Esse aspecto faz com que

as empresas desejem ter colaboradores comprometidos com seus valores, suas crenças, suas estratégias e seus resultados. A expectativa é elevada a ponto de as organizações esperarem que seus empregados pensem e ajam como donos ou controladores da empresa.

Nesse direcionamento, Meireles e Araújo (2012) apontam que o comportamento organizacional passou a ser uma área estudada e de grande interesse, no intuito de realçar as características que permitem uma relação mais positiva entre as organizações e os seus colaboradores. Para Di Fabio e Kenny (2019), o crescimento humano, de acordo com as perspectivas relacionais, está pautado nas necessidades de conexão humana e autonomia e pela importância de equilibrar e integrar esforços para atender às suas necessidades e às necessidades alheias.

Na visão de Di Fabio, Cheung e Peiró (2020), a personalidade e as diferenças individuais são fatores críticos que interferem no bem-estar de uma organização, para um melhor rendimento e funcionamento. Nesse sentido, Beuren *et al.* (2017) discorrem que o bem-estar dos colaboradores deve ser considerado, visto que estes são os responsáveis pelas atividades da organização, a quem deve ser oferecido um ambiente de trabalho agradável e justo.



“A Revolução Industrial impulsionou mudanças sócio-organizacionais, com foco na produtividade e competitividade, gerando novas demandas de mercado e um novo perfil de trabalhador, que precisava possuir habilidades para criar e manusear novos instrumentos, desenvolver boas relações interpessoais e interações sociais.”

Abid *et al.* (2021) apontam para a importância da esperança e do otimismo nos níveis de funcionários que têm um melhor desenvolvimento no trabalho. Essas características positivas de personalidade que determinam se os indivíduos irão aprender, de acordo com a vivência do dia a dia, a vencer os obstáculos de forma positiva e, proativamente, crescer por meio da conquista desses desafios. Os autores Abid *et al.* (2021) ainda mencionam que os traços de esperança e otimismo são características de personalidade mais estáveis em relação a outros traços.

No que tange aos escritórios de contabilidade, Oliveira *et al.* (2023) destacaram que o comprometimento organizacional está relacionado com os controles pessoais dos funcionários. Dessa forma, observar os traços pessoais de esperança e otimismo dos colaboradores de empresas contábeis torna-se uma oportunidade de compreender os fatores que podem interferir no desempenho organizacional.

Diante da necessidade de investigações sobre traços de personalidade positiva, surge o seguinte questionamento de pesquisa: **Qual a correlação do otimismo e da esperança no comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis dos Campos Gerais?**

Assim, esta investigação tem como objetivo analisar a correlação entre otimismo e esperança no comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis da região dos Campos Gerais, no Paraná.

Em termos práticos, o presente trabalho visa analisar os traços de personalidade positiva em relação ao comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis. A contribuição do estudo é no sentido de entender se os traços de personalidade positiva têm conexão com o comprometimento organizacional, considerando que este, conforme preceitua Silva (2018), é um tema que assume grande importância para as organizações, devido à crença de que gera consequências ao nível da performance e do empenho dos trabalhadores e, assim, pode contribuir para o sucesso dessas organizações.

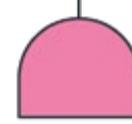
Para Cervo (2007), enquanto as organizações buscam colaboradores comprometidos com suas metas e seus objetivos, os funcionários, por sua vez, buscam estabilidade financeira e apoio em seu desenvolvimento profissional. Nesse contexto, uma característica muito estudada nesse encontro de interesses é o comprometimento



organizacional dos colaboradores para com suas empresas.

De acordo com Oliveira (2019), a classe contábil tem sofrido grandes mudanças no decorrer dos anos, de modo que o perfil do profissional da contabilidade se altera ao longo do tempo. Com o avanço tecnológico e o aumento da competitividade, as organizações têm exigido profissionais da contabilidade cada vez mais qualificados e gerenciais, com visão de futuro, que possam auxiliar as empresas nas tomadas de decisões assertivas.

Nesse sentido, o estudo do comprometimento organizacional dos profissionais da contabilidade adquire relevância, tanto acadêmica quanto para os empresários do ramo, ao explorar questões comportamentais dos colaboradores e indicar esse fator afeta o desenvolvimento efetivo das tarefas. Além desse aspecto, os gestores dos empreendimentos contábeis poderão desenvolver mecanismos para a manutenção da personalidade positiva dos seus colaboradores, como desenvolvimento e aplicação de um bom plano de cargos e salários. Em termos teóricos, este estudo avança se comparado aos existentes, pois correlacionam variáveis que não haviam sido observadas no ambiente contábil.



2 Fundamentação Teórica

2.1 Esperança e Otimismo

Na última década, muitas pesquisas foram desenvolvidas visando compreender o funcionamento dos indivíduos com capacidades superiores de desempenho nos mais diversos segmentos da vida humana. Esses estudos são impulsionados pela Psicologia Positiva (Garcia-Santos; Almeida; Werlang, 2012). De acordo com Meireles e Araújo (2012), as empresas e a sociedade em geral foram conduzidas para uma maior competitividade, o que levou à necessidade de reconhecer o que define as pessoas e os sistemas humanos no seu melhor, devido ao rápido avanço tecnológico e às mudanças bruscas no contexto social e organizacional que caracterizaram o fim do século XX.

Para Garcia-Santos, Almeida e Werlang (2012), a Psicologia Positiva suscita a necessidade de compreender o desenvolvimento dos indivíduos saudáveis, ou seja, pessoas que são altamente produtivas nos mais diversos ramos de atuação, que contribuem para o desen-

volvimento da sociedade e que demonstram satisfação, bem-estar e felicidade. Com a evolução da psicologia positiva, notaram-se os benefícios da personalidade positiva na satisfação com a vida; um indivíduo com uma personalidade positiva pode obter tal satisfação e, assim, adquirir a capacidade de melhorar sua conectividade social (Zhang; Dong; Zhao, 2021).

Abid *et al.* (2021) mencionam a importância da esperança e do otimismo nos níveis de funcionários que têm um melhor desenvolvimento no trabalho. Essas características positivas de personalidade que determinam se os indivíduos irão aprender, de acordo com a vivência do dia a dia, a vencer os obstáculos de forma positiva e, proativamente, crescer por meio da conquista desses desafios.

De acordo com Marujo *et al.* (2007), descobertas de experiências e momentos de sucesso, vivências de excelência e aspirações positivas sobre o futuro estimulam à mudança positiva. Nessa perspectiva, o pensamento otimista alinhado à esperança faz com que os indivíduos busquem um estado de aspiração positiva, a exemplo da confiança de que as coisas darão certo e os objetivos pessoais e profissionais serão atingidos (Wider *et al.* 2022).

Para Abid *et al.* (2021), funcionários esperançosos e otimistas têm maior possibilidade de prosperar no trabalho a partir da experiência aumentada de aprendizado e vitalidade. Esses autores ainda mencionam que tanto o otimismo quanto a esperança são conceitos interiorizados, que se referem aos possíveis efeitos das crenças em relação ao futuro.

Conforme Meireles e Araújo (2012), a esperança é uma palavra comumente utilizada no dia a dia, no intuito



de representar a resistência perante as dificuldades e a ajuda para superar obstáculos, de forma a projetar no indivíduo um futuro promissor.

A esperança, de acordo com Luthans *et al.* (2005), pode ser compreendida pela autodeterminação do indivíduo em desenhar e manter as energias necessárias para atingir os objetivos delineados e pela capacidade de distinguir as ações alternativas para alcançá-los. Segundo Abid *et al.* (2021), indivíduos esperançosos aumentam sua capacidade de perseverar diante das dificuldades, ao pensarem e adotarem caminhos alternativos que elevam suas capacidades de aprendizagem e fazem com que se sintam vitais em seu local de trabalho.

Já a palavra otimismo vem do latim *Optimus*, que significa “o melhor”. Conforme elucidam Bastianello e Hutz (2015), a partir da sabedoria popular, passando desde as discussões filosóficas até os estudos empíricos em Psicologia, o otimismo está fortemente associado a uma visão positiva da vida, especialmente diante de adversidades. Referidos autores afirmam ainda que pessoas com uma disposição otimista sustentam expectativas generalizadas positivas de êxito e de realização no futuro, mesmo ao enfrentar grandes dificuldades ou fracassos, e que o otimismo é uma variável de diferença individual que desempenha um papel central nas experiências humanas.



“Conforme Meireles e Araújo (2012), a esperança é uma palavra comumente utilizada no dia a dia, no intuito de representar a resistência perante as dificuldades e a ajuda para superar obstáculos, de forma a projetar no indivíduo um futuro promissor.”

Para Souza, Silva e Tolfo (2021), duas definições de otimismo são: “Acreditar que tudo vai dar certo” e “Ser positivo”. Os autores mencionam que o otimismo tem sido associado a resultados positivos relacionados a saúde física e mental no trabalho e em diferentes espaços da vida. Para Abid *et al.* (2021), um maior otimismo pode facilitar a crença de que as coisas vão funcionar da melhor forma, mesmo em meio a circunstâncias incontroláveis. Segundo Dessen e Paz (2010), a satisfação de necessidades e a realização de desejos dos indivíduos ao desempenhar seu papel na organização têm gerado um crescente interesse pelo bem-estar no trabalho.

2.2 Comprometimento Organizacional

As organizações necessitam de pessoas e dependem delas para cumprir suas metas e atingir seus objetivos. Por outro lado, as pessoas necessitam das organizações para realizar seus objetivos pessoais e profissionais. Os colaboradores contribuem com o desenvolvimento das empresas ao concederem habilidades, conhecimentos e capacidades de produzir algo, e se tornam parceiros delas, com a expectativa de receber algo

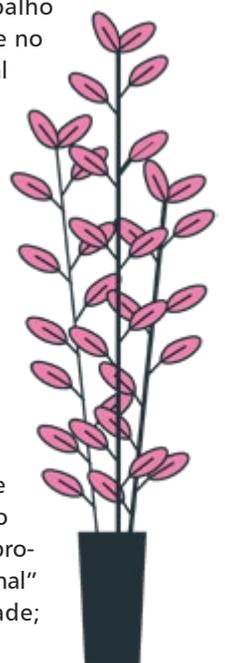
em troca, ou seja, um retorno pela sua ajuda (Eckert *et al.* 2017).

Para Silva (2018), o comprometimento organizacional é um tema que assume grande importância para as organizações, devido à crença de que o comprometimento organizacional ocasiona consequências ao nível da performance e do empenho dos trabalhadores, de modo a contribuir para o sucesso dessas organizações.

De acordo com Cervo (2007), as organizações buscam colaboradores comprometidos com metas e objetivos; os colaboradores, por sua vez, buscam estabilidade financeira e apoio em seu desenvolvimento profissional. Nesse encontro de interesses, uma característica muito estudada é o comprometimento organizacional dos colaboradores para com suas empresas. Segundo Ribeiro e Bastos (2010), a sobrevivência das organizações está relacionada com a criação de estruturas que permitam lidar com as turbulências advindas das flutuações do mercado e dos avanços tecnológicos e, especialmente, com a formação de equipes comprometidas com seus objetivos e motivadas em aprender novas práticas, mudar hábitos e até mesmo valores. Assim, o comprometimento constitui uma das forças rele-

vantes que compõem a vitalidade competitiva das organizações.

O termo “comprometimento” é amplamente utilizado de forma popular para se referir ao relacionamento de uma pessoa com outra, com um grupo ou com uma organização (Zanelli; Borges-Andrade; Bastos, 2014). Conforme Maciel e Nascimento (2013), o comprometimento organizacional destaca uma relação de envolvimento e de identificação do indivíduo com a organização. De acordo com Bastos e Costa (2001), sob diferentes rótulos, o comprometimento no trabalho esteve sempre presente no universo organizacional como um requisito de bom desempenho, relações interpessoais adequadas, eficiência e eficácia individuais e organizacionais. Nas últimas décadas, diversos estudos foram desenvolvidos visando esclarecer as bases do vínculo estabelecido entre um empregado e a organização em que trabalha, e esse vínculo foi designado de “comprometimento organizacional” (Zanelli; Borges-Andrade; Bastos, 2014).



As bases de comprometimento mais reconhecidas e aceitas em pesquisas são: afetiva, normativa e instrumental. De acordo com Ribeiro e Bastos (2010), mesmo que essas três bases façam parte do mesmo fenômeno, elas possuem dinâmica própria, visto que reagem aos antecedentes e se relacionam com os consequentes de modo diferenciado, bem como registram intensidades distintas e manifestam certa autonomia. Para Maciel e Nascimento (2013), o componente afetivo é entendido como o apego do indivíduo com a organização num sentido essencialmente emocional; o normativo evidencia a presença de um sentimento de obrigação em permanecer na organização, e o instrumental evidencia a percepção do indivíduo quanto aos custos associados à sua saída da organização.

No mundo do trabalho, o comprometimento é o único e exclusivo atributo de uma equipe de determinada organização, que não pode ser copiado pelos seus competidores e que propicia constância e vigor ao ânimo competitivo da organização (Ribeiro; Bastos, 2010).

2.3 Trabalhos Antecedentes

Cervo (2007) estudou a relação entre o comprometimento organizacional e a personalidade no referencial teórico do Modelo dos Cinco Grandes Fatores. Os participantes do estudo foram 269 profissionais, entre 17 e 80 anos de idade, oriundos de empresas públicas e privadas. As análises

de regressão apontaram que as variáveis que apresentam maior efeito sobre o comprometimento organizacional foram abertura e alguns subfatores das escalas de extroversão e socialização, e que a natureza das instituições (pública e privada) influenciou o vínculo que os trabalhadores desenvolvem com a organização, o qual é respaldado por diferentes fatores da personalidade. A percepção dos colaboradores quanto ao apoio que as empresas oferecem para o desenvolvimento profissional e o tempo de atividade no mesmo local foram as variáveis mais significativas na interação com o comprometimento organizacional.

Meireles e Araújo (2012) analisaram a integração e congruência de duas recentes perspectivas teórico-metodológicas de abordagem ao comportamento humano: a Psicologia Positiva e o Inquérito Apreciativo. Os autores ainda justificam e descrevem sua aplicabilidade em intervenções psicológicas numa organização na área da educação, bem como sugerem que a gestão do capital psicológico positivo possa canalizar talentos, forças e capacidades psicológicas das pessoas, para se atingirem resultados mercedores, produtivos, éticos e sustentáveis, que resultem em vantagem competitiva.

Maciel e Nascimento (2013) analisaram a relação de distintas *gestalts* (configurações) de liderança transformacional com o comprometimento organizacional. Os autores analisaram 331 questionários de funcionários de oito organizações do setor de serviços. Os resultados indicam a relação entre as configurações de liderança transformacional e as dimensões afetiva, instrumental e normativa do comprometimento. Entretanto, para o comprometimento instrumental, a relação é mediada pelo grau de instrução dos liderados.

Silva (2018) estudou a influência de várias variáveis no comprometimento organizacional, a supervisão abusiva e a personalidade, para determinar de que forma a personalidade modera a relação entre a supervisão abusiva e o comprometimento. A autora utilizou uma amostra de 123 questionários preenchidos por trabalhadores com supervisão direta. Os resultados expõem a relação negativa entre supervisão abusiva e comprometimento organizacional e indicam que essa relação é moderada pela instabilidade emocional.

Abid *et al.* (2021) realizou uma investigação sobre o papel dos traços de personalidade como possíveis antecedentes da autoliderança e testou a relação mediada em prosperar no trabalho e moderada pela personalidade proativa, chegando a um resultado de que funcionários esperançosos e otimistas são mais propensos a prosperar no trabalho por meio da melhor experiência de aprendizado e vitalidade. Constatou-se também que a ligação positiva entre a esperança e a autoliderança é mais forte para os colaboradores com mais personalidade proativa do que para os funcionários com menor personalidade proativa.

Nessa perspectiva, nota-se a relevância dos achados referentes aos aspectos comportamentais dos profissionais que atuam em diferentes áreas, principalmente sob a influência dos traços de personalidade positiva, para o desenvolvimento de suas tarefas e do seu comprometimento com a organização de que fazem parte.



“Nessa perspectiva, nota-se a relevância dos achados referentes aos aspectos comportamentais dos profissionais que atuam em diferentes áreas, principalmente sob a influência dos traços de personalidade positiva, para o desenvolvimento de suas tarefas e do seu comprometimento com a organização de que fazem parte.”

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Delineamento Metodológico, População e Amostra

Visando atingir os objetivos estabelecidos, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, mediante a utilização de questionário como técnica principal de levantamento de dados. A população da pesquisa foi composta de colaboradores de escritórios contábeis nos Campos Gerais, região paranaense composta de 19 municípios.

A amostra foi alcançada pelo método bola de neve, caracterizada como não probabilística. Alguns indivíduos que trabalham em escritórios de contabilidade foram selecionados para compor o estudo e o repassaram para outros funcionários do mesmo escritório, o que aumentou a quantidade de respondentes. O critério de inclusão dos participantes foi a disponibilidade para preencher o questionário e devolvê-lo em tempo hábil. A pesquisa foi realizada no mês de março de 2022.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de indivíduos selecionados que responderam à pesquisa e outros com disponibilidade que leva-

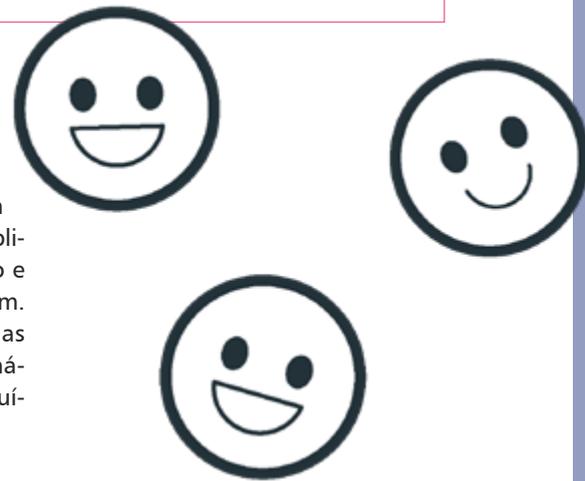
ram o questionário no próprio local de trabalho. Houve uma introdução sobre a pesquisa (objetivo, procedimentos e sigilo) e a entrega do questionário, com explicações sobre seu preenchimento e respostas às dúvidas que surgissem. Foram obtidas 130 respostas, das quais 126 foram válidas para análise, 4 foram eliminadas por possuírem respostas incompletas.

3.3 Instrumento de pesquisa

O questionário entregue aos participantes continha a seguinte estrutura: (a) apresentação da pesquisa com a declaração de aceite de participação; (b) bloco 1, referente ao comprometimento organizacional e composto de 9 assertivas; (c) dois blocos relacionados a personalidade positiva – o bloco 2, sobre esperança, composto de 6 assertivas, e o bloco 3, sobre otimismo, composto de 12 assertivas; e, por fim, (d) o bloco 4, relacionado à caracterização dos respondentes, com 6 perguntas. Os blocos 1, 2 e 3 possuíam assertivas nas quais o nível de concordância poderia variar de 1 a 5, em que valores próximos a 1 indicavam maior discordância e próximos a 5 indicavam maior concordância. O bloco 4, sobre caracterização, visava identificar o perfil dos respondentes, com

6 perguntas relacionadas a gênero, cor/raça, idade, cargo, número de colaboradores na empresa e grau de escolaridade. No questionário referente aos traços de personalidade positiva para medir a esperança, foi utilizada a escala de 6 itens do trabalho de Snyder *et al.* (1996); para otimismo, foi utilizada a escala de 12 itens do trabalho de Scheier e Carver (1985). Para o comprometimento organizacional, foi utilizada a escala do trabalho de Mowday, Steers e Porter (1979).

O questionário foi validado por dois professores profissionais da área de Ciências Contábeis, que sugeriram alterações em algumas assertivas, visando facilitar o entendimento do questionário. Após os ajustes, os instrumentos foram impressos e distribuídos aos respondentes.



3.4 Análise dos Dados

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, utilizando indicadores de média, mediana, mínima e máxima. Inicialmente, buscou-se conhecer o comportamento dos dados que foram coletados, conforme dispõe a Tabela 1.

Diante do fato de que os dados são classificados como não normais, de acordo com o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, e visando analisar a existência de associação entre as assertivas referentes ao comprometimento organizacional em relação aos traços de personalidade positiva de esperança e otimismo, aplicou-se a correlação de *Spearman*. Foram realizadas as análises com o auxílio do software *SPSS Statistics 28*.

4 Resultados

4.1 Perfil dos respondentes

A amostra do estudo foi composta de 126 participantes. Nesse contexto, a Tabela 2 contém a descrição do perfil e das características dos respondentes.

De acordo com os resultados, a caracterização dos respondentes é constituída, em sua maioria, por respondentes do sexo feminino (55,56%), com idade entre 16 e 25 anos (48,41%), identificados pela raça/cor branca (73,81%), ocupando cargos de auxiliares (59,52%), pertencentes a escritórios com número de funcionários entre 46 e 60 colaboradores (33,33%). com formação acadêmica como graduandos em Ciências Contábeis (31,75%).

4.2 Análise descritiva

Nesta seção, foram analisados os percentuais dos respondentes em relação ao comprometimento organizacional, à esperança e ao otimismo. Na Tabela 3, foram destacadas as maiores e menores médias em relação ao comprometimento organizacional.

Tabela 1 – Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnova			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
CO1	0,223	126	0,000	0,826	126	0,000
CO2	0,153	126	0,000	0,904	126	0,000
CO3	0,216	126	0,000	0,852	126	0,000
CO4	0,247	126	0,000	0,817	126	0,000
CO5	0,309	126	0,000	0,733	126	0,000
CO6	0,250	126	0,000	0,874	126	0,000
CO7	0,263	126	0,000	0,792	126	0,000
CO8	0,219	126	0,000	0,862	126	0,000
CO9	0,263	126	0,000	0,795	126	0,000
E10	0,265	126	0,000	0,814	126	0,000
E11	0,234	126	0,000	0,825	126	0,000
E12	0,265	126	0,000	0,857	126	0,000
E13	0,163	126	0,000	0,916	126	0,000
E14	0,253	126	0,000	0,821	126	0,000
E15	0,229	126	0,000	0,881	126	0,000
O16	0,220	126	0,000	0,861	126	0,000
O17	0,153	126	0,000	0,915	126	0,000
O18	0,188	126	0,000	0,892	126	0,000
O19	0,196	126	0,000	0,872	126	0,000
O20	0,225	126	0,000	0,838	126	0,000
O21	0,386	126	0,000	0,684	126	0,000
O22	0,244	126	0,000	0,820	126	0,000
O23	0,168	126	0,000	0,897	126	0,000
O24	0,216	126	0,000	0,867	126	0,000
O25	0,194	126	0,000	0,902	126	0,000
O26	0,226	126	0,000	0,859	126	0,000
O27	0,183	126	0,000	0,869	126	0,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: dados da pesquisa (2022).

No bloco 1, referente ao comprometimento organizacional, conforme apresentado na Tabela 3, nota-se que as assertivas com menor grau de concordância são: 2 – “Eu aceitaria quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, a fim de continuar trabalhando para esta organização”, com média de 3,2, em que é possível observar que os respondentes não estão dispostos a qualquer tipo de atribuição visando à continuidade na organização; e 6 – “Eu acho que os meus valores e os valores da organização são muito semelhantes”, com média de 3,7, em que os respondentes não consideram que seus valores sejam semelhantes aos da organização. Já as assertivas com maior grau de concordância são: 5 – “Eu realmente me importo sobre o destino desta organização”,

com média de 4,3, em que é possível observar que a maioria dos respondentes se importam com o destino das organizações nas quais estão inseridos; e 7 – “Tenho orgulho de dizer aos outros que faço parte desta empresa”, com média de 4,2, em que a maioria dos respondentes afirma ter orgulho de dizer aos outros que fazem parte das empresas em que trabalham.

Conforme os resultados obtidos, verificou-se que as maiores médias se relacionam ao quanto os colaboradores se importam com o destino das organizações em que estão inseridos e o quanto têm orgulho de dizer que fazem parte daquela empresa, o que é muito importante, e reflete o comprometimento organizacional dos colaboradores, que o demonstram ao falar bem da orga-

nização e ao se importar com o seu destino. De acordo com Silva (2018), o comprometimento organizacional é um tema que assume grande importância para as organizações, devido à crença de que o comprometimento organizacional ocasiona consequências ao nível da performance e do empenho dos trabalhadores, de modo a contribuir para o sucesso dessas organizações.

Já em relação às menores médias, os resultados apontam que os colaboradores não estão dispostos a aceitar qualquer tipo de atribuição visando continuar na organização nem acreditam que seus valores sejam semelhantes ao das organizações. Esse resultado indica um ponto de atenção para as organizações, pois, de acordo com Ribeiro e Bastos (2010), a sobrevivência das organizações, está relacionada com a criação de estruturas que permitam lidar com as turbulências advindas das flutuações do mercado e dos avanços tecnológicos e, especialmente com a formação de equipes de pessoas comprometidas com seus objetivos e motivadas para aprender novas práticas, mudar hábitos e até mesmo valores. Assim, o comprometimento constitui uma das forças relevantes que compõem a vitalidade competitiva das organizações.



Tabela 2 – Perfil dos respondentes

Gênero	Quant.	%	Cargo	Quant.	%
Feminino	70	55,56	Analistas	20	15,87
Masculino	54	42,86	Assistentes e técnicos	10	7,94
Não identificação	2	1,59	Auxiliares	75	59,52
			Contadores	4	3,17
			Encarregados, gerentes e supervisores	7	5,56
			Profissionais de apoio	10	7,94
Idade	Quant.	%	Quant. de Colaboradores	Quant.	%
De 16 a 25 anos	61	48,41	1 a 15	17	13,49
De 26 a 35 anos	40	31,75	16 a 30	12	9,52
De 36 a 45 anos	18	14,29	31 a 45	17	13,49
De 46 a 55 anos	4	3,17	46 a 60	42	33,33
Acima de 56 anos	3	2,38	Acima de 61	38	30,16
Raça/Cor	Quant.	%	Formação	Quant.	%
Amarela	4	3,17	Técnico em contabilidade	7	5,56
Branca	93	73,81	Bacharel em Ciências Contábeis	28	22,22
Indígena	1	0,79	Graduando em Ciências Contábeis	40	31,75
Negra	4	3,17	Pós-graduação ou especialização na área contábil	19	15,08
Parda	24	19,05	Sem formação na área contábil	32	25,40

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 3 – Estatística descritiva: Comprometimento Organizacional

Comprometimento Organizacional						
ID	Descrição	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
1	Eu falo dessa organização para meus amigos como uma grande organização para se trabalhar.	4	4	1,0	5,0	1,0
2	Eu aceitaria quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, a fim de continuar trabalhando para esta organização.	3,2	3	1,0	5,0	1,3
3	Eu estou extremamente feliz por ter escolhido esta organização para trabalhar, em vez de outras em que eu estava pensando quando eu ingressei aqui.	3,9	4	1,0	5,0	1,0
4	Para mim, esta é a melhor de todas as organizações em que trabalhei.	4	4	1,0	5,0	1,1
5	Eu realmente me importo sobre o destino desta organização.	4,3	5	1,0	5,0	1,0
6	Eu acho que os meus valores e os valores da organização são muito semelhantes.	3,7	4	1,0	5,0	1,1
7	Tenho orgulho de dizer aos outros que faço parte desta empresa.	4,2	4	1,0	5,0	0,9
8	Esta organização realmente inspira o melhor em mim na forma de desempenho no trabalho.	3,8	4	1,0	5,0	1,0
9	Estou disposto a me esforçar além do que é normalmente esperado, a fim de ajudar esta organização a ser bem-sucedida.	4,1	4	1,0	5,0	1,0

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 4, foram destacadas as maiores e menores médias em relação à esperança.

No bloco 2, no que se refere à esperança, conforme apresentado na Tabela 4, verifica-se que a assertiva com menor grau de concordância foi a 13 – “Agora eu me vejo muito bem-sucedido”, com média de 3,1, em que é possível observar que os respondentes não se sentem muito bem-sucedidos no momento. Tal aspecto pode estar associado com as características dos respondentes, visto que a maioria possui idade entre 16 e 25 anos (48,41%), faixa etária em que normalmente os profissionais ainda não se sentem bem-sucedidos. Já as assertivas com maior grau de concordância foram: 10 – “Se eu me encontrasse em uma enrascada, eu poderia pensar em muitas maneiras de sair dela”, com média de 4,1, em que

é possível observar que a maioria dos respondentes têm a habilidade de pensar em muitas maneiras de encontrar saídas diante das adversidades; 11 – “No momento, estou energeticamente perseguindo meus objetivos”, com média de 4,1, em que a maioria dos respondentes afirma perseguir seus objetivos energeticamente; e 14 – “Eu posso pensar em muitas maneiras de alcançar meus objetivos atuais”, também com média de 4,1, em que os respondentes afirmam que dispõem de muitas formas para alcançar seus objetivos atuais.

Conforme indicam os resultados obtidos, nota-se que as maiores médias são referentes ao fato de os colaboradores perseguirem energeticamente seus objetivos, encontrar saídas diante das adversidades e pensarem em muitas maneiras de alcançar seus objetivos atuais, o que

remete à esperança, visto que são assertivas em concordância com a definição do termo. De acordo com Luthans *et al.* (2005), a esperança refere-se à autodeterminação do indivíduo em desenhar e manter as energias necessárias para atingir os objetivos delineados e pela capacidade de distinguir as ações alternativas para alcançá-los. E, para Abid *et al.* (2021), indivíduos esperançosos aumentam sua capacidade de perseverar diante das dificuldades, ao pensarem e adotarem caminhos alternativos que elevam suas capacidades de aprendizagem e fazem com que se sintam vitais em seu local de trabalho.

Já o resultado com menor média está associado aos colaboradores não se sentirem muito bem-sucedidos no momento, o que leva, inclusive, a entender melhor a maior média, na qual afirmam bus-

Tabela 4 – Estatística descritiva: Esperança

Esperança						
ID	Descrição	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
10	Se eu me encontrasse em uma enrascada, eu poderia pensar em muitas maneiras de sair dela.	4,1	4	1,0	5,0	1,0
11	No momento, estou energeticamente perseguindo meus objetivos.	4,1	4	1,0	5,0	0,9
12	Há muitas maneiras de contornar qualquer problema que estou enfrentando agora.	3,9	4	1,0	5,0	0,9
13	Agora eu me vejo muito bem-sucedido.	3,1	4	1,0	5,0	1,1
14	Eu posso pensar em muitas maneiras de alcançar meus objetivos atuais.	4,1	4	1,0	5,0	0,9
15	Neste momento, estou cumprindo as metas que estabeleci para mim.	3,7	4	1,0	5,0	1,1

ID: Ordem da assertiva no instrumento de pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 5 – Estatística descritiva: Otimismo

Otimismo						
ID	Descrição	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
16	Em tempos incertos, eu geralmente espero o melhor.	3,8	4	1,0	5,0	1,1
17	Relaxar é fácil para mim.	3	3	1,0	5,0	1,2
18	Se algo puder dar errado para mim, com certeza dará.	2,5	2	1,0	5,0	1,2
19	Eu sempre olho para o lado bom das coisas.	3,8	4	1,0	5,0	1
20	Estou sempre otimista com meu futuro.	4	4	1,0	5,0	1,0
21	Gosto muito dos meus amigos.	4,5	5	1,0	5,0	0,7
22	É importante para mim manter-me ocupado.	4	4	1,0	5,0	1,1
23	Eu quase nunca espero que as coisas saiam como eu quero.	2,6	3	1,0	5,0	1,2
24	As coisas nunca saem como eu quero.	2,3	2	1,0	5,0	1,0
25	Não fico chateado muito facilmente.	3	3	1,0	5,0	1,3
26	Acredito na ideia de que “toda nuvem tem um lado bom”.	3,8	4	1,0	5,0	1
27	Raramente conto com coisas boas acontecendo comigo.	2,5	2	1,0	5,0	1,3

ID: Ordem da assertiva no instrumento de pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa (2022).

car seus objetivos energicamente, buscar saída diante das adversidades e buscar atingir seus objetivos atuais, visando à sua realização para sentirem-se bem-sucedidos.

Na Tabela 5, foram destacadas as maiores e menores médias em relação ao otimismo.

No bloco 3, referente ao otimismo, conforme apresentado na Tabela 5, as assertivas com menor grau de concordância são: 18 – “Se algo puder dar errado para mim, com certeza dará”, com média de 2,5, em que é possível observar que os respondentes estão mais otimistas e não acreditam que as coisas ocorrerão de forma negativa para eles. A assertiva 24 – “As coisas nunca saem como eu quero” mensura a percepção de que não há tanto pessimismo em relação aos acontecimentos, e a assertiva 27 – “Raramente conto com coisas boas acontecendo comigo” indica que as pessoas estão otimistas no que se refere ao acontecimento de coisas boas em relação a elas. O maior grau de concordância apresentou-se na assertiva 21 – “Gosto muito dos meus amigos”, com média de 4,5, em que a maioria dos respondentes demonstra otimismo em relação às suas amizades, ao afirmarem que gostam muito dos seus amigos.

Conforme apontam os resultados obtidos, nota-se que as menores médias, assim como as maiores, estão relacionadas ao fato de os colaboradores estarem otimistas. As menores assinalam que os participantes não acreditam que as coisas darão errado, que as coisas nunca saem como desejam e que raramente coisas boas acontecem com eles; a maior média sugere que os respondentes gostam muito dos seus amigos.

A palavra otimismo vem do latim *Optimus*, que significa “o melhor”. Conforme preceitavam Bastianello e Hutz (2015), a partir da sabedoria popular, desde as discus-



sões filosóficas até os estudos empíricos em Psicologia, o otimismo está fortemente associado a uma visão positiva da vida, especialmente diante de adversidades. Referidos autores afirmam ainda que pessoas com uma disposição otimista sustentam expectativas generalizadas positivas de êxito e de realização no futuro, mesmo ao enfrentarem grandes dificuldades ou fracassos, e que o otimismo é uma variável de diferença individual que desempenha um papel central nas experiências humanas.

4.3 Análise de correlação

A fim de analisar a presença de associação entre as assertivas de

comprometimento organizacional em relação aos traços de personalidade positiva, aplicou-se a correlação de Spearman. A Tabela 6 apresenta, respectivamente, as associações entre comprometimento organizacional em relação à esperança, e comprometimento organizacional em relação ao otimismo. Foram analisadas apenas as correlações com nível 0,01, que é quando a associação é de 99%, porém os resultados também apresentam associações com nível 0,05, quando a associação é de 95%.

A Tabela 6 também destaca as maiores associações do comprometimento organizacional em relação à esperança.

Tabela 6 – Correlação de Spearman entre Comportamento Organizacional e Esperança

Itens	E10	E11	E12	E13	E14	E15
CO1	0,177*	0,238**	0,049	0,210*	0,319**	0,277**
CO2	0,157	0,359**	0,174	0,419**	0,198*	0,249**
CO3	0,155	0,405**	0,085	0,293**	0,302**	0,341**
CO4	0,219*	0,294**	0,091	0,306**	0,202*	0,156
CO5	0,329**	0,319**	0,166	0,372**	0,272**	0,206*
CO6	0,232**	0,393**	0,207*	0,368**	0,302**	0,307**
CO7	0,208*	0,465**	0,168	0,382**	0,362**	0,372**
CO8	0,190*	0,447**	0,149	0,334**	0,295**	0,418**
CO9	0,289**	0,354**	0,236**	0,232**	0,429**	0,218*

Notas: **, A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades); * A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

As maiores associações percebidas entre comprometimento organizacional em relação à esperança foram “E10 – Se eu me encontrar em uma enrascada, eu poderia pensar em muitas maneiras de sair dela” com “CO5 – Eu realmente me importo sobre o destino dessa organização” ($r = 0,329$), “E10 – Se eu me encontrar em uma enrascada, eu poderia pensar em muitas maneiras de sair dela” com “CO6 – Eu acho que os meus valores e os valores da organização são muito semelhantes” ($r = 0,232$), “E10 – Se eu me encontrasse em uma enrascada, eu poderia pensar em muitas maneiras de sair dela” com “CO09 – Estou disposto a me esforçar além do que é normalmente esperado, a fim de ajudar esta organização a ser bem-sucedida” ($r = 0,289$), “E11 – No momento, estou energeticamente perseguindo meus objetivos” com todas as assertivas do Comprometimento Organizacional ($r = 0,238; 0,359; 0,405; 0,294; 0,319; 0,393; 0,465; 0,447; 0,354$), “E12 – Há muitas maneiras de contornar qualquer problema que estou enfrentando agora”

com “CO9 – Estou disposto a me esforçar além do que é normalmente esperado, a fim de ajudar esta organização a ser bem-sucedida” ($r = 0,236$), “E13 – Agora eu me vejo muito bem-sucedido” com “CO2, CO3, CO4, CO5, CO6, CO7, CO8 e CO9” ($r = 0,419; 0,293; 0,306; 0,372; 0,368; 0,382; 0,334; 0,232$), “E14 – Eu posso pensar em muitas maneiras de alcançar meus objetivos atuais” com “CO1, CO3, CO5, CO6, CO7, CO8 e CO9” ($r = 0,319; 0,302; 0,272; 0,302, 0,362; 0,295; 0,429$) e “E15 – Neste momento estou cumprindo as metas que estabeleci para mim” com “CO1, CO2, CO3, CO6, CO7 e CO8” ($r = 0,277; 0,249; 0,341; 0,307; 0,372; 0,418$).

Esses resultados indicam que a busca de várias formas para contornar as adversidades – que é uma prática comum a pessoas esperançosas – está associada à importância que os colaboradores sentem em relação ao destino das organizações nas quais estão inseridos, ao acreditarem que têm valores semelhantes aos dela e a estarem dispostos a realizar esforços além do normalmente esperado para ajudar a empresa a ser bem-sucedida, o que é muito importante para o futuro da organização. Por meio desse resultado,

é possível confirmar que, conforme mencionado por Abid *et al.* (2021), indivíduos esperançosos aumentam sua capacidade de perseverar diante das dificuldades, ao pensarem e adotarem caminhos alternativos que elevam suas capacidades de aprendizagem e fazem com que se sintam vitais em seu local de trabalho.

Ademais, os dados apurados apontam ainda que perseguir energeticamente os objetivos é uma prática associada a todas as assertivas do comprometimento organizacional, o que inclui falar bem da organização, aceitar quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, estar feliz por ter escolhido trabalhar na organização, considerar a melhor empresa em que já trabalhou, importar-se com o destino dela, ter valores semelhantes, orgulhar-se de fazer parte da empresa, inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho e estar disposto



“Os elementos em análise sugerem que a capacidade de encontrar várias maneiras de contornar problemas está associada à disposição de realizar esforços além do que é normalmente esperado, visando que a organização seja bem-sucedida.”

a se esforçar além do esperado visando que a organização seja bem-sucedida. Com isso, nota-se que essa assertiva em relação à esperança está muito associada com o comprometimento organizacional, que é uma das qualidades importantes presentes nos times de empresas bem-sucedidas. Ribeiro e Bastos (2010) ressaltam que equipes de pessoas comprometidas tendem a ser mais leais, ter conduta diligente, ter interesse genuíno sobre os rumos da organização, dedicar esforços extras e contribuir voluntariamente para o desenvolvimento das organizações, o que faz com que as empresas desejem ter empregados



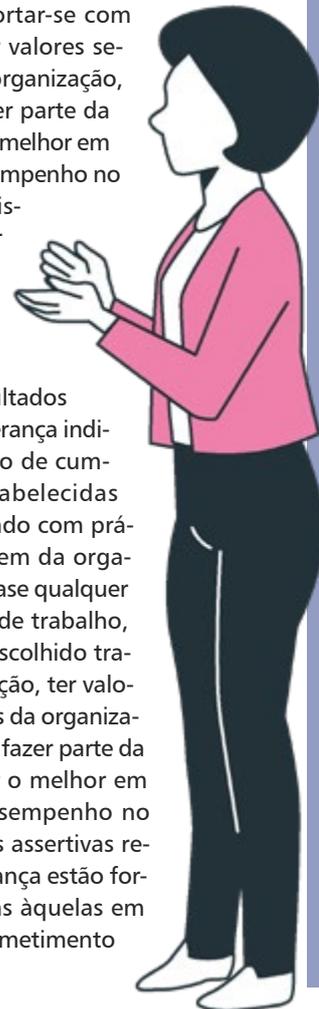
comprometidos com seus valores, crenças, estratégias e resultados.

Conforme Meireles e Araújo (2012), a esperança é uma palavra comumente utilizada no intuito de representar a resistência diante das dificuldades e a ajuda para superar obstáculos, de forma a projetar no indivíduo um futuro promissor. Os elementos em análise sugerem que a capacidade de encontrar várias maneiras de contornar problemas está associada à disposição de realizar esforços além do que é normalmente esperado, visando que a organização seja bem-sucedida. Quando o indivíduo se classifica como muito bem-sucedido, essa avaliação está associada com a concordância em aceitar quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, estar feliz por ter escolhido trabalhar na organização, considerar a melhor empresa em que já trabalhou, importar-se com o destino dela, ter valores semelhantes aos da organização e se orgulhar de fazer parte da empresa, inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho e estar disposto a se esforçar além do esperado, visando que a organização seja bem-sucedida.

O pensamento sobre diferentes maneiras de alcançar os objetivos atuais – que é uma prática característica de pessoas esperançosas – está

associado com várias assertivas em relação ao comprometimento organizacional, entre as quais se incluem falar bem da organização, estar feliz por ter escolhido trabalhar na organização, importar-se com o destino dela, ter valores semelhantes aos da organização, orgulhar-se de fazer parte da empresa, inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho e estar disposto a se esforçar além do esperado, visando que a organização seja bem-sucedida.

Por fim, os resultados relacionados à esperança indicaram que o hábito de cumprir as metas estabelecidas para si está associado com práticas como falar bem da organização, aceitar quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, estar feliz por ter escolhido trabalhar na organização, ter valores semelhantes aos da organização, orgulhar-se de fazer parte da empresa e inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho. Assim, as assertivas relacionadas à esperança estão fortemente associadas àquelas em relação ao comprometimento organizacional.



Na Tabela 7, foram destacadas as maiores associações do comprometimento organizacional em relação ao otimismo.

Já as maiores associações percebidas entre comprometimento organizacional em relação ao otimismo foram "O19- Eu sempre olho para o lado bom das coisas" com o "CO8- Esta organização realmente inspira o melhor em mim na forma de desempenho no trabalho" ($r = 0,235$), "O20- Estou sempre otimista com meu futuro" com "CO1, CO3, CO8 e CO9" ($r = 0,279; 0,240, 0,270; 0,234$), "O21- Gosto dos meus amigos" com "CO4, CO6, CO7 e CO9" ($r = 0,258; 0,249, 0,262; 0,266$), "O22- É importante para mim manter-me ocupado" com "CO2- Eu aceitaria quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, a fim de continuar trabalhando para esta organização" ($r = 0,275$).

Esses resultados indicam que o olhar para o lado bom das coisas, que é uma característica do otimismo, está associado com inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho. Souza *et al.* (2021) mencionam que duas definições de otimismo são: "Acreditar que tudo vai dar certo" e "Ser positivo". Os autores afirmam ainda que o otimismo tem sido associado a resultados positivos relacionados a saúde física e mental no trabalho e em diferentes espaços da vida.

As informações solicitadas nesta pesquisa também apontam que

estar sempre otimista em relação ao futuro está associado a várias assertivas do comprometimento organizacional: falar bem da organização, estar feliz por ter escolhido trabalhar na organização, inspirar o melhor em si na forma de desempenho no trabalho e estar disposto a se esforçar além do esperado, visando que a organização seja bem-sucedida. A análise realizada indica ainda que o gostar muito dos amigos está associado com considerar a melhor empresa em que já trabalhou, ter valores semelhantes aos da organização, orgulhar-se de fazer parte da empresa e estar disposto a se esforçar além do esperado, visando que a organização seja bem-sucedida.

Por fim, os resultados relacionados ao otimismo indicam que a importância atribuída a manter-se ocupado está associada com o aceite a quase qualquer tipo de atribuição de trabalho, a fim de continuar trabalhando para a organização.

Por meio da análise dos dados, é possível constatar que o comprometimento no trabalho está associado aos traços de personalidade positiva de esperança e otimismo. Conforme apontou Abid *et al.* (2021), funcionários esperançosos e otimistas têm maior possibilidade de prosperar no trabalho mediante a experiência aumentada de aprendizado e vitalidade. É provável que a esperança e o otimismo têm um papel importante em relação à de-

terminação de altos ou baixos níveis de funcionários que têm um melhor desenvolvimento no trabalho. Essas características positivas de personalidade determinam se os indivíduos aprenderão, de acordo com a vivência do dia a dia, a vencer os obstáculos de forma positiva e, proativamente, crescer por meio da conquista desses desafios.

5 Conclusão

Este estudo teve por objetivo analisar a correlação dos traços de personalidade positiva no comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis da região dos Campos Gerais no Paraná. Observou-se, por meio dos resultados obtidos, que os traços de personalidade positiva de esperança e otimismo estão associados ao comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios contábeis.



Tabela 7 – Correlação de Spearman entre Comportamento Organizacional e Otimismo

Itens	O16	O17	O18	O19	O20	O21	O22	O23	O24	O25	O26	O27
CO1	0,150	0,159	-0,116	0,205*	0,279**	0,169	0,050	0,004	0,020	0,098	0,214*	0,048
CO2	0,187*	0,077	-0,056	0,101	0,168	0,120	0,275**	-0,061	0,022	-0,025	0,072	0,166
CO3	0,221*	0,051	-0,169	0,210*	0,240**	0,209*	0,103	-0,075	0,039	-0,039	0,172	0,081
CO4	0,007	0,196*	-0,101	0,180*	0,196*	0,258**	0,006	-0,094	-0,015	0,024	0,099	-0,023
CO5	0,125	0,062	-0,219*	0,212*	0,221*	0,208*	0,181*	-0,022	-0,081	-0,019	0,080	-0,034
CO6	0,183*	0,150	-0,089	0,196*	0,215*	0,249**	0,121	-0,023	0,050	0,086	0,161	0,062
CO7	0,201*	0,036	-0,217*	0,226*	0,220*	0,262**	0,106	-0,034	-0,040	-0,039	0,180*	0,044
CO8	0,157	0,082	-0,085	0,235**	0,270**	0,195*	0,103	-0,033	0,087	-0,020	0,162	0,027
CO9	0,079	0,007	-0,106	0,211*	0,234**	0,266**	0,162	-0,060	-0,012	0,189*	0,202*	0,018

Fonte: dados da pesquisa (2022).

“A análise realizada indica ainda que o gostar muito dos amigos está associado com considerar a melhor empresa em que já trabalhou, ter valores semelhantes aos da organização, orgulhar-se de fazer parte da empresa e estar disposto a se esforçar além do esperado, visando que a organização seja bem-sucedida.”



Em relação aos aspectos teóricos, a presente pesquisa contribui para a literatura, ao reforçar a importância do comprometimento organizacional e dos traços de personalidade positiva de esperança e otimismo nas organizações. Nesse contexto, é possível observar que o comprometimento organizacional pode ocasionar consequências ao nível da performance e do empenho dos trabalhadores.

Conforme evidenciam Ribeiro e Bastos (2010), trata-se do único e exclusivo atributo em uma equipe que não pode ser copiado pelos seus competidores e que propicia constância e vigor ao ânimo competitivo da organização. Por sua vez, Abid *et al.* (2021) mencionam a importância da esperança e do otimismo nos níveis de funcionários que têm um melhor desenvolvimento no trabalho. Essas características positivas de personalidade determinam se os indivíduos irão aprender, de acordo com a vivência do dia a dia, a vencer os obstáculos de forma positiva e, proativamente, crescer por meio da conquista desses desafios.

O estudo assume relevância, tanto acadêmica quanto para os empresários do ramo, ao permiti-

avaliar melhor as relações desses construtos com o desempenho organizacional e utilizar esse conhecimento de várias formas. As estratégias incluem a possibilidade de traçar um perfil para seleção de colaboradores com essas características de personalidade positiva ou até mesmo atuar dentro das organizações, de forma a promover a personalidade positiva e aumentar o comprometimento organizacional, considerando principalmente que os colaboradores trabalham sob pressão, com metas a cumprir e precisam trabalhar em equipe, ter um bom relacionamento com as pessoas e estar comprometidos com a organização.

Em âmbito prático, a pesquisa observou que tanto a esperança quanto o otimismo estão associados, em vários aspectos, ao comprometimento organizacional dos colaboradores de escritórios de contabilidade da região dos Campos Gerais. Assim, é importante que os gestores de escritórios contábeis incentivem as práticas de pensamento positivo no ambiente de trabalho, bem como invistam em treinamento e alinhamento de equipe para que esses colaboradores se mantenham esperançosos e

otimistas, mesmo em situações adversas. Reconhecer o empenho individual, avaliar o desempenho de maneira justa e possuir valores claros são práticas que auxiliam na manutenção da personalidade positiva, com vistas a aprimorar o comprometimento organizacional, conforme discutido neste estudo.

Os resultados obtidos no estudo são limitados à amostra pesquisada, ao momento de resposta do questionário, que pode variar com a circunstância, e à metodologia utilizada. Recomendam-se, para estudos futuros, análises adicionais da associação de nossas variáveis de controle, tais como gênero, formação acadêmica, idade, raça/cor, número de colaboradores nos escritórios e cargo; tamanhos amostrais maiores para investigar as relações em diferentes contextos e fornecer mais apoio para os resultados desta pesquisa; avaliação das dimensões da personalidade nos três componentes do comprometimento organizacional: afetiva, normativa e instrumental; e investigação sobre a conexão do comprometimento organizacional com a Tríade Negra da Personalidade, que são traços de personalidade antagonistas ou antissociais, nomeadamente o Narcisismo, Maquiavelismo e Psicopatia.

Referências

ABID, Ghulam *et al.* Positive personality traits and self-leadership in sustainable organizations: Mediating influence of thriving and moderating role of proactive personality. *Sustainable Production and Consumption*, v. 25, p. 299-311, 2021.

BASTIANELLO, Micheline Roat; HUTZ, Claudio Simon. Do otimismo explicativo ao disposicional: A perspectiva da psicologia positiva. *Psico-USF*, v. 20, p. 237-247, 2015.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; COSTA, Fabíola Martinho. Múltiplos comprometimentos no trabalho: articulando diferentes estratégias de pesquisa. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 11-41, 2001.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* Relação entre percepção de justiça organizacional e satisfação no trabalho. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 11, 2017.

BEUREN, Ilse Maria; RIBEIRO, Flávio; DA SILVA, Oscar Lopes. Percepção de justiça organizacional e intenção de turnover em empresas de auditoria. *Revista de Ciências da Administração*, p. 93-111, 2019.

CERVO, Clarissa Socal. *Características de personalidade e comprometimento organizacional*. 2007.

DESSEN, Marina Campos; PAZ, Maria das Graças Torres da. Bem-estar pessoal nas organizações: o impacto de configurações de poder e características de personalidade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 26, p. 549-556, 2010.

DI FABIO, Annamaria; CHEUNG, Fanny M.; PEIRÓ, José María. Editorial to special issue Personality and individual differences and healthy organizations. *Personality and Individual Differences*, v. 166, p. 110196, 2020.

DI FABIO, Annamaria; KENNY, Maureen E. Resources for enhancing employee and organizational well-being beyond personality traits: The promise of Emotional Intelligence and Positive Relational Management. *Personality and Individual Differences*, v. 151, p. 109278, 2019.

ECKERT, Alex *et al.* Causas da rotatividade de empregados em escritórios contábeis: Um estudo multicaso. *Revista Ambiente Contábil*, v. 9, n. 2, p. 80-100, 2017.

GARCIA-SANTOS, Seille Cristine; ALMEIDA, Leandro da Silva; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Excelência Humana: A contribuição da personalidade. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 22, n. 52, p. 251-260, 2012.

LUTHANS, Fred *et al.* The psychological capital of Chinese workers: Exploring the relationship with performance. *Management and Organization Review*, v. 1, n. 2, p. 249-271, 2005.

MACIEL, Cristiano; NASCIMENTO, Mauricio Reinert. Em busca de uma abordagem não atomizada para o exame das relações entre liderança transformacional e comprometimento organizacional. *Revista de Administração*, v. 48, n. 3, p. 544-559, 2013.

MARUJO, H. A. *et al.* Revolução positiva: Psicologia positiva e práticas apreciativas em contextos organizacionais. *Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 13, n. 1, p. 115-136, 2007.

MEIRELES, Carla Alexandra Magalhães; ARAÚJO, Maria de Fátima Rodrigues Leitão Lobo de. *A psicologia positiva e as organizações*. In: I Congresso Internacional de Psicologia do Trabalho e das Organizações" Trabalho, Riscos Psicossociais e Saúde: Conceptualização, Diagnóstico e Intervenção" = International Congress of Work and Organizational Psychology. ALETHEIA. Associação Científica e Cultural. Faculdade de Filosofia. Centro Regional de Braga, 2012. p. 139-162.

MOWDAY, Richard T.; STEERS, Richard M.; PORTER, Lyman W. The measurement of organizational commitment. *Journal of vocational behavior*, v. 14, n. 2, p. 224-247, 1979.

OLIVEIRA, Amanda Xavier de. *Síndrome de Burnout e a qualidade de vida: um estudo na realidade dos colaboradores de escritórios contábeis*. 2019.

OLIVEIRA, Rosana Santos *et al.* Influência dos controles informais no comprometimento organizacional e desempenho em escritórios de contabilidade. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 22, p. e3436-e3436, 2023.

PRESTES, Ludimila Inês Nunes; MENDONÇA, Helenides; FERREIRA, Maria Cristina. Por que a Percepção de Justiça Organizacional torna os Trabalhadores mais Comprometidos?. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 23, n. 3, p. 319-333, 2013.

RIBEIRO, José Adauto; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Comprometimento e justiça organizacional: um estudo de suas relações com recompensas assimétricas. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 30, p. 4-21, 2010.

SCHEIER, Michael E.; CARVER, Charles S. Dispositional optimism and physical *wellbeing*: The influence of generalized outcome expectancies on health. *Journal of Personality*, v. 55, n. 2, p. 169-210, 1987.

SILVA, Maria Inês Perez Brandão Gomes da. *Supervisão Abusiva e Comprometimento Organizacional: o Efeito Moderador da Personalidade*. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

SNYDER, C.R., SYMPSON, S.C., YBASCO, F.C., BORDERS, T.F., BABYAK, M.A., HIGGINS, R.L. *Development and validation of the State Hope Scale*. *J. Pers. Soc. Psychol*, 1996.

SOUZA, Josiele; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana. Otimismo no trabalho: uma revisão integrativa sobre a produção científica brasileira e internacional. *Psicología desde el Caribe*, v. 38, n. 2, p. 256-281, 2021.

WIDER, Walton *et al.* The unique role of hope and optimism in the relationship between environmental quality and life satisfaction during COVID-19 pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 13, p. 7661, 2022.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil-2*. AMGH Editora, 2014.

ZHANG, Yulin; DONG, Kaixi; ZHAO, Guozhen. *The mediating role of social connectedness in the effect of positive personality, alexithymia and emotional granularity on life satisfaction: analysis based on a structural equation model*. *Personality and Individual Differences*, v. 171, p. 110473, 2021.





ICMS Ecológico e suas diferentes realidades no Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Região Nordeste

Este estudo teve o propósito de atender ao seguinte questionamento: como o uso do ICMS Ecológico tem sido utilizado para a gestão ambiental na Região Nordeste do Brasil? Para tanto, teve como objetivo principal comparar os critérios de distribuição adotados para repasse aos municípios pelos estados nordestinos que dispõem daquele instrumento. De forma complementar, buscou-se compreender seu impacto nas áreas às quais se destina. Um estudo da Confederação Nacional dos Municípios (2023) identificou que existem 18 estados brasileiros com o ICMS Ecológico instituído por lei. No Nordeste, cinco estados implementaram o instrumento, porém foram identificadas discrepâncias entre o planejado e o que é realmente efetivado. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com dados inerentes ao instrumento analisado, para demonstrar a maneira como os estados destinam o ICMS Ecológico. Constatou-se que, em termos de extrafiscalidade, é perceptível que a ausência de dados e informações robustas e comparáveis entre os estados analisados ainda é um fator limitante para compreender esse impacto, sobretudo se o seu efeito é predominantemente arrecadatório ou extrafiscal, ou, na linguagem jurídica, um tributo *stricto* ou *lato sensu*.

Franklin Vieira de Araújo

É bacharel em Ciências Contábeis e especialista em Contabilidade Empresarial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contador registrado no CRCPB, atuou na gerência de negócios para pessoa física e jurídica de instituição financeira e, atualmente, exerce a função de professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE (Facet) e dos cursos tecnológicos de Logística e de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE (FCG).
E-mail: franklin.eu1@hotmail.com

Kleitton Mendes da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE (Facet). Atua como gerente administrativo e financeiro de empresa do setor privado no ramo do agronegócio.
E-mail: kleiton8412@yahoo.com.br

Noedson Rocha de Araújo

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e especialista em Gestão Financeira pela Associação Cultural e Educacional de Vilhena. Contador registrado no CRCRO, atua como coordenador e professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE (Facet).
E-mail: noedsonrocha1@gmail.com

1 Introdução

O relatório de riscos globais apresentado no *The World Economic Forum* (WEF) em 2023 relata que o mundo passou a vivenciar cada vez mais desastres naturais por conta dos efeitos do modelo predatório de sociedade que se instalou desde a Revolução Industrial. A mudança climática é iminente e com ela se agravam diversos outros problemas crônicos do mundo: pobreza extrema, fome, desigualdade social, crises econômicas, entre outros. Dos 10 maiores riscos elencados pelo Banco Mundial no seu relatório anual sobre riscos (WEF, 2023), cinco são relacionados ao meio ambiente: desastres naturais e eventos de calor extremo; falhas na mitigação da mudança climática; incidentes de danos ambientais em grande escala; falhas na adaptação à mudança climática; e crise dos recursos naturais.

Brito e Marques (2021) citam a instituição de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como forma de se amenizar os impactos na biodiversidade e, por consequência, as mudanças climáticas. Nessa conjuntura, os autores apontam que a noção de serviços ambientais como um componente de um mercado específico tem origem na teoria econômica clássica, na qual a natureza é entendida como uma forma de capital que pode ser substituída por outra espécie de capital.

Para Nusdeo (2012, p. 69), os serviços ambientais são definidos como “transações entre duas ou mais partes envolvendo a remuneração àqueles que promovem a conservação, recomposição, incremento ou manejo de áreas de vegetação considerada apta a fornecer serviços ambientais”. Um tipo de instrumento do PSA que se torna notório no Brasil é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, considerado

a primeira experiência prática de PSA no Brasil, que provê aos municípios 25% do total arrecadado.

Brito e Marques (2021) identificaram que três estados da Região Nordeste (Ceará, Pernambuco e Piauí) utilizavam critérios ambientais para distribuir recursos do ICMS entre os municípios, com percentual de distribuição igual ou menor a 5%. No entanto, dados mais recentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostraram que 18 estados dispunham do ICMS Ecológico em 2023. Dada a complexidade de cada área, especialmente aquelas com regiões metropolitanas populosas, é necessário entender cada conjuntura e avaliar como a implementação desse tipo de PSA realmente é efetiva para os fins a que se propõe. Com isso, esta pesquisa assumiu o seguinte problema: **Como o ICMS tem sido utilizado para a gestão ambiental na Região Nordeste do Brasil?**

Portanto, o objetivo geral de pesquisa consiste em comparar os critérios de distribuição para repasse aos municípios pelos estados nordestinos que adotaram o ICMS Ecológico. De forma complementar, espera-se compreender como tal destinação impacta as respectivas áreas a que se destina.

A opção por este recorte de estudo fundamenta-se no atual contexto, em que, cada vez mais, sociedade, governos e empresas têm discutido alternativas de adaptação à mudança climática e aos seus efeitos adversos. Do ponto de vista técnico, a presente pesquisa coloca-se, sobretudo, como uma contribuição à comunidade científica, diante da evolução das questões de *Environmental, Social and Governance* (ESG) nas empresas e de seu desdobramento sobre o modo de organização na sociedade.



2 Desenvolvimento Sustentável

O conceito mais conhecido de Desenvolvimento Sustentável foi cunhado por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), durante a ECO 92, realizada no Brasil. Na ocasião, oficializou-se uma aceção já prevista no relatório *Nosso Futuro Comum*, divulgado no CNUMAD (1987, p. 23), que descreve o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Nascimento (2012) vai além e sugere duas fontes principais do conceito. A primeira é sustentabilidade, cuja noção pioneira tem raízes na biologia, associada especificamente à capacidade de resiliência dos ecossistemas perante a interferência humana. A segunda é desenvolvimento, com conotação econômica, e que passou a ser difundida principalmente com os avanços industriais do século XX.

“A mudança climática é iminente e com ela se agravam diversos outros problemas crônicos do mundo: pobreza extrema, fome, desigualdade social, crises econômicas, entre outros. Dos 10 maiores riscos elencados pelo Banco Mundial no seu relatório anual sobre riscos (WEF, 2023), cinco são relacionados ao meio ambiente:”

Veiga (2005 *apud* Romeiro, 2012, p. 65) vai mais longe na cronologia histórica e associa o conceito de desenvolvimento sustentável ao de ecodesenvolvimento, que surgiu na década de 1970. Na estrutura conceitual proposta pela autora, “para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”. Portanto, as definições para o termo variam nas perspectivas, mas lidam com o aspecto comum, que é a integração entre questões sociais, ambientais e econômicas. Essa intersecção foi cunhada por Sachs (2008), que definiu cinco pilares, ou dimensões clássicas, para o desenvolvimento sustentável.

Burstzyn e Burstzyn (2012, p. 42) também compactuam dessa visão interdisciplinar e multifacetada, quando colocam que “o desenvolvimento sustentável remete à consideração de processos político-institucionais, decisões produtivas, produção de conhecimentos, inovação tecnológica, modos de relação com a natureza, estratégias de longo prazo”. Também inserem em sua obra o conceito alternativo à noção desenvolvimentista de ecodesenvolvimento, baseado nas característi-



Quadro 1 – Pilares do desenvolvimento sustentável

Pilar/dimensão	Descrição
Social	Fundamental, por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira, de forma ameaçadora, sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta.
Ambiental	Possui duas dimensões: os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos.
Territorial	Relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades.
Econômico	A viabilidade econômica é <i>conditio sine qua non</i> para que as coisas aconteçam.
Político	A governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

Fonte: Sachs (2002).

cas de: (a) prioridade para as finalidades sociais; (b) valorização da autonomia; (c) prudência ecológica – associada à noção de resiliência dos ecossistemas; (d) aceitação voluntária de uma restrição ecológica; e (e) construção de uma economia negociada e contratual, ajustada às aspirações e necessidades dos cidadãos e às potencialidades e limitações ambientais.

Sachs (2008, p. 13) compara a perspectiva do desenvolvimento com a do crescimento econômico, apontando as disparidades entre os termos. Na visão dele, “os obje-

tivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material”. Essa é uma condição básica para o crescimento econômico nos modelos predatórios da sociedade contemporânea. Por fim, o autor contextualiza desenvolvimento como “a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres”.

Já Poker (2011) centra suas discussões na noção de necessidades humanas como um elo conceitual entre as variadas definições e abordagens para o desenvolvimento sustentável. Nesse intuito, o autor questiona o modelo atual por se basear na ideia de que sua implementação enquanto política pública e o consenso de respeito em torno dos agentes econômicos privados sobre as capacidades ecossistêmicas são, por si só, suficientes. Ao refutar, fundamenta-se em algumas considerações: (a) um modelo de sociedade ideal (geralmente a europeia) é instituído como padrão a ser seguido para se desenvolver, sem considerar as características próprias

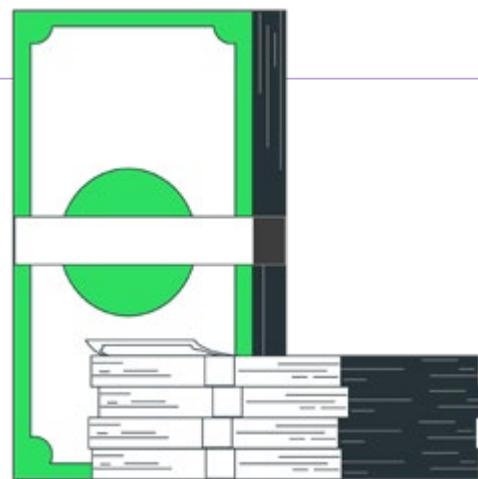
de outras culturas; e, por consequência, (b) a instituição de um modelo de desenvolvimento ideal (dos ricos, já devidamente estabelecidos após décadas de exploração predatória) e um modelo possível, baseado na ideia de limites, porém estipulado para as nações pobres e em desenvolvimento.



Por fim, Godard (2002 *apud* Chaves e Rodrigues, 2006, p. 100) lança luz sobre as incertezas e contradições acerca do desenvolvimento sustentável, seja pela intersecção intelectual, ou pela contínua e rápida transformação e reorganização institucional do tema e suas discussões. Pela complexidade e amplitude do debate atual, os autores sugerem que “o significado das questões em jogo deve ser buscado por um lado nas concepções teóricas e por outro nas funções exercidas nos processos políticos e institucionais”.

A evolução histórica das questões sociais, ambientais e econômicas trouxe consigo a necessidade de adaptação do modelo de tributação, com variações contrastantes entre cada sociedade. Para Falcão e Limeira (2016), os tributos passaram de uma função estritamente arrecadatória e impositiva a propósitos intervencionistas de alocação, redistribuição e estabilização, assumindo funções sociopolíticas e um papel de instrumento de coesão social.

Nessa perspectiva, Oliveira e Valim (2018) enfatizam como o Direito Tributário figura enquanto instrumento da gestão ambiental no Estado, pelo seu incentivo à maximização da função extrafiscal dos tributos. Assim, a constante pressão da sociedade por políticas públicas mais justas e inclusivas influi diretamente no aprimoramento de instrumentos econômicos de política ambiental, visto que viabiliza a criação de modelos ou a adaptação àqueles já consolidados.



3 Tributação Ambiental: aspectos fundamentais para compreender o ICMS Ecológico

Segundo Aydos (2010), a tributação ambiental existe na perspectiva de que as externalidades negativas sejam internalizadas pelos exploradores dos recursos e com uma lógica não estritamente econômica, mas educativa para a sociedade. Considera ainda que a tributação ambiental tem fundamento principal no Princípio do Poluidor-Pagador (PPP), devido às suas características de internalização dos custos ambientais associados à produção dos bens e contribuição para a efetivação dos princípios da prevenção, da precaução e de promoção da justiça.

Assim, o PPP age como um mecanismo que assegura outros princípios, como os direitos fundamentais e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal de 1988, retirando o ônus da sociedade – que, na perspectiva do ciclo produtivo, é consumidora de bens e serviços oriundos da exploração de recursos naturais necessários à produção daqueles bens ou serviços. Desse modo, ficam estabelecidas as bases para que o Estado utilize instrumentos econômicos que busquem o equilíbrio dos impactos ambientais ao longo de todas as relações econômicas e sociais nos processos produtivos.

“Considera ainda que a tributação ambiental tem fundamento principal no Princípio do Poluidor-Pagador (PPP), devido às suas características de internalização dos custos ambientais associados à produção dos bens e contribuição para a efetivação dos princípios da prevenção, da precaução e de promoção da justiça.”

Cânea e Pereira (2002) aprofundam ainda mais a análise, sugerindo duas funções principais do PPP: (i) a incitatividade, aspecto segundo o qual a precificação de um determinado impacto ambiental a um ecossistema estimula, ou força, na palavra dos autores, a moderação sobre o uso dos bens naturais associados àquele; e (ii) o financiamento, aspecto relacionado a uma espécie de compensação pelo impacto ambiental gerado no estágio do processo produtivo em que ocorre. No entanto, a consecução do PPP depende de uma compreensão pragmática e ampla, tanto da perspectiva econômica que abrange um processo produtivo quanto das suas complexas relações socioambientais.

O tributo ambiental exsurge dessa nova perspectiva, pautada na coesão do sistema jurídico coerente com os valores sociais e, mais do que propiciar a reparação dos danos, por meio da aplicação do princípio do poluidor-pagador, visa à prevenção, alicerçada na educação ambiental. (Oliveira; Valim, 2018, p. 139).

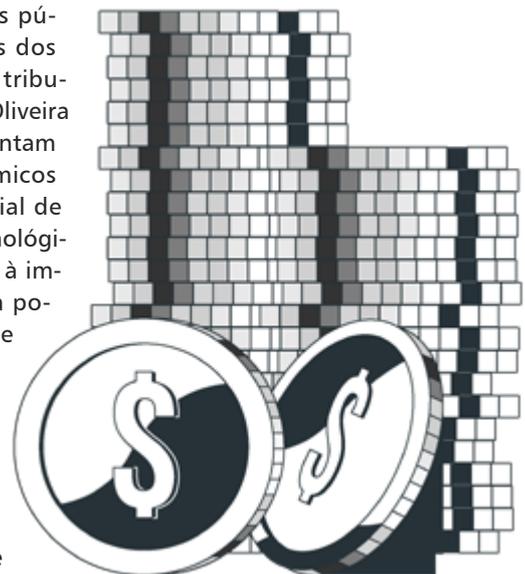
Dessa forma, assume a característica essencial de extrafiscalidade, numa perspectiva mais ampla do que aquela do tributo como mero

instrumento de arrecadação. Farias *et al.* (2015) ainda acrescentam a característica parafiscal, que se trata de cobrança realizada por um ente não estatal, que arrecada e destina o recurso em benefício próprio, com a devida previsão em princípios legais e autorização do Estado.

Tal perspectiva é o principal ponto de diferença em relação à fiscalidade propriamente dita, ocorre quando a organização jurídica do tributo denuncia que os objetivos que presidiram sua instituição ou que governam certos aspectos da sua estrutura estão direcionados ao fim exclusivo de abastecimento dos cofres públicos. Ao elencar alguns dos aspectos importantes na tributação ambiental, Motta, Oliveira e Margulis (2000) argumentam que instrumentos econômicos associados têm o potencial de incentivar a inovação tecnológica, um efeito relacionado à imposição do custo/risco da poluição/degradação, e que reverbera na busca por redução de custos unitários de uso ou de controle da poluição.

Por fim, Oliveira e Valim (2018, p. 139) atentam para a necessidade

de não confundir a aplicação dos tributos ambientais com medidas sancionatórias ou punitivas. Enfatizam que o tributo ambiental “pretende que os agentes econômicos, por opção como expressão de sua liberdade de escolha, reduzam a produção ou o consumo de produtos poluidores, mudando-os por outros mais ecológicos”. É nessa perspectiva que o ICMS Ecológico funciona como um incentivo financeiro à melhoria da gestão ambiental municipal, ao introduzir o critério ambiental na partição do montante do ICMS a que os municípios têm direito.



3.1 ICMS Ecológico como instrumento econômico da política ambiental brasileira

Ao abordar a temática do PSA, Nusdeo (2012, p. 69) traz uma perspectiva fundamental, que contrapõe a lógica dominante, relacionada ao aspecto puramente econômico. A autora situa essa ferramenta na lógica do mercado para serviços ambientais e também a classifica como instrumento de política socioambiental que objetiva minimizar os custos associados à exploração dos recursos naturais às comunidades, especialmente tradicionais, indígenas e da agricultura familiar, mediante a participação do Estado e/ou de organizações não governamentais como intermediários. Nesse sentido, Nusdeo define o PSA como “transações entre duas ou mais partes envolvendo a remuneração àqueles que promovem conservação, recomposição, incremento ou manejo de áreas de vegetação considerada apta a fornecer certos serviços ambientais”.

Ademais, a autora menciona outros fundamentos importantes que podem ser utilizados para compreender a lógica do ICMS Ecológico na apresentação de conceitos como o custo de oportunidade e a forma como o pagamento pelos serviços ambientais se associa a este. Para Nusdeo, o pagamento efetuado pelo explorador dos recursos ecossistêmicos figura como

forma compensatória dos recursos financeiros que deveriam ser utilizados para manutenção da respectiva área florestal.

Por natureza, o ICMS é um tributo estabelecido pela Lei Complementar n.º 87, de 1996, e compete aos estados



Tabela 1 – Estados nordestinos que implementaram o ICMS Ecológico e respectivo percentual de repasse aos municípios

Estado	Instrumento(s) legal(is)	Percentual repassado aos municípios
Alagoas	Lei n.º 3.359, de 2019, Resolução CODIP/ICMS n.º 3, de 2020	2,5%
Ceará	Lei n.º 14.023, de 2007, Decreto n.º 32.483, de 2017, e Decreto n.º 32.926, de 2018	2%
Paraíba	Lei n.º 9.600, de 2011	10%
Pernambuco	Lei n.º 13.368, de 2007, e Decreto n.º 33.797, de 2009	3%
Piauí	Lei n.º 5.813, de 2008, e Decreto n.º 21.996, de 2023	5%

Fonte: CNM (2023) com adaptações.

e ao Distrito Federal regulamentar sua implementação. O percentual de 25% do valor pago é repassado aos municípios do respectivo estado arrecadador, seguindo critérios específicos, como a participação dos municípios no tipo de produto, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Já o ICMS Ecológico, que incide sobre essa taxa, tem definições de percentual que variam por estado, com base em regulamentações próprias. Não se trata de um tributo em si, mas de um percentual regulamentado nas decisões políticas de cada UF. A adoção dessa expressão se dá por conta da respectiva característica e finalidade.

Brito e Marques (2021) destacam que o uso de indicadores para mensuração da distribuição contribui para compatibilizar as diferenças regionais e evitar a instalação de mecanismos de desigualdade. Os autores também ressaltam que, para garantir maior eficiência à aplicabilidade do ICMS Ecológico

praticado nos estados, outros mecanismos e iniciativas devem ser aplicados de forma integrada. Tais ações objetivam atingir o fim proposto pelo PSA e promover uma maior participação dos PPPs na restauração dos índices aceitáveis dentro de uma perspectiva que atenda às recomendações propostas pelos mecanismos nacionais e internacionais dentro de uma visão ESG.

Até 2023, 18 estados brasileiros dispunham de regulamentação própria acerca do ICMS Ecológico. No entanto, o valor dos repasses varia bastante. Enquanto a Paraíba ocupa o topo do ranking com o maior e único percentual de 10%, Minas Gerais destina apenas 1,1% do tributo arrecadado. Tocantins (8,5%) e Pará (8%) seguem a Paraíba, enquanto o Paraná, pioneiro nesse tipo de regulamentação, destina 5%, ao lado de Rondônia, Piauí, Mato Grosso do Sul e Goiás. Quando o recorte é a Região Nordeste, observa-se a disparidade enorme entre Paraíba (10%) e Ceará (2%).



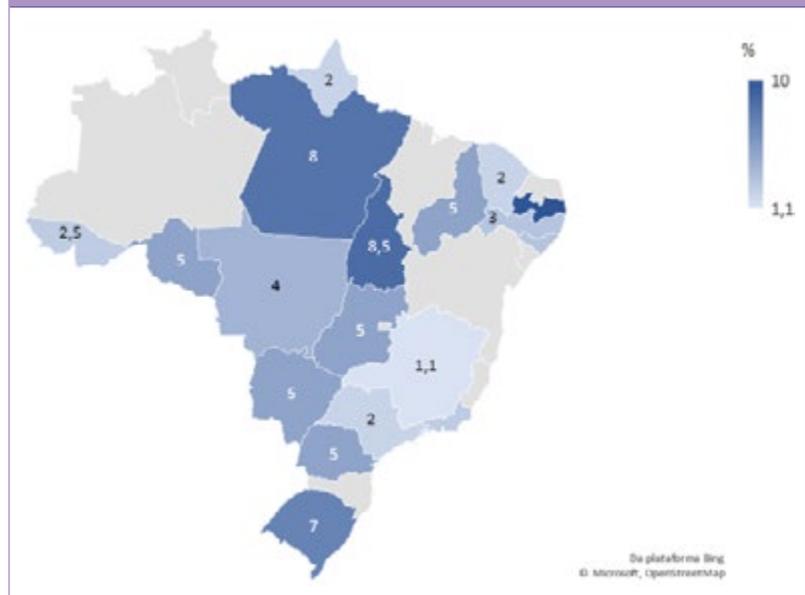
“Já o ICMS Ecológico, que incide sobre essa taxa, tem definições de percentual que variam por estado, com base em regulamentações próprias. Não se trata de um tributo em si, mas de um percentual regulamentado nas decisões políticas de cada UF.”

O mapa ilustrado na Figura 1 demonstra a distribuição dos percentuais no Brasil, enquanto a Tabela 1 apresenta os dados decorrentes do levantamento realizado nos estados da Região Nordeste, recorte utilizado para análise.

O levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) trouxe os principais critérios usados pelas Unidades Federativas (UFs) para destinação dos recursos do ICMS Ecológico. Os principais deles são: (a) implementação, preservação e manutenção de unidades de conservação ambiental; (b) áreas inundadas por barragens; (c) áreas de reserva indígena; (d) territórios quilombolas; e (e) ações de proteção a mananciais de abastecimento público. Já em relação às ações relacionadas à gestão de resíduos sólidos, destacam-se: (a) participação em consórcios de resíduos; (b) elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS); (c) existência de coleta seletiva; (d) existência de compostagem de resíduos; e (e) comprovação da disposição final em aterros sanitários.

Outro desafio refere-se à mensuração e ao respectivo peso na decisão para o arranjo dos critérios de destinação. Em seu estudo,

Figura 1 – Estados brasileiros com ICMS Ecológico implementado e respectivos percentuais de repasse aos municípios



Fonte: elaborado pelos autores (2024) com dados da CNM (2023).

Brito e Marques (2021) fazem uma crítica a essa questão, destacando que o uso predominante é quantitativo em vez de qualitativo – o que, na visão dos autores, “pode conduzir à expansão de áreas que não cumpram efetivamente um papel na conservação ambiental”.

Embora indicadores quantitativos possam ser efetivos para casos de compensação em unidades de conservação e demais tipos de

áreas protegidas (com mensuração por meio de unidades espaciais de medidas), critérios relacionados a questões urbanas, como medidas quantitativas de tratamento de resíduos, por exemplo, podem favorecer áreas determinadas, ou até mesmo casos não tão significativos, como a atenção da questão à geração e ao descarte de resíduos, ou a instituição da logística reversa, por exemplo.



4 Metodologia

Para a realização deste estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica descritiva e a tipologia pesquisa documental em fontes acadêmico-científicas sobre o ICMS Ecológico e sua aplicabilidade contábil e jurídica, bem como a utilização de dados oriundos de publicações setoriais sobre a situação da sua implementação nos estados brasileiros e seus respectivos percentuais de distribuição aos municípios.

Foi utilizado nesta pesquisa o recorte temporal que abrange o período de implementação do ICMS Ecológico em cada estado do Nordeste, com a utilização de relatórios de destinação de recursos e repasses do ICMS Ecológico apresentados em 2023 pelo CNM e pelas secretarias municipais de Meio Ambiente. A escolha justifica-se devido ao fato de que esses são os dados mais atuais sobre o tema e retratam as percepções e destinações do instrumento analisado. Tais relatórios apresentaram dados referentes ao repasse e ao IQM utilizado para determinação da elegibilidade e dos percentuais a serem aplicados.

Os dados analisados e utilizados como ferramentas para resposta à pesquisa foram tabulados por estado. Dessa forma, foi possível realizar o estudo comparativo entre aqueles estados que implantaram o ICMS Ecológico.

Também foram coletados dados nos portais das casas legislativas dos estados, além de dados específicos sobre a implementação, quando acessíveis. Essas informações serviram, também, como base para a análise comparativa proposta neste artigo e viabilizaram a produção de mapa, quadros e tabelas para ilustrar com clareza essa comparação.

Esse tipo de pesquisa possibilitou analisar situações por meio

Quadro 2 – Critérios dos estados nordestinos que implementaram o ICMS Ecológico

Critérios	Estados				
	AL	CE	PB	PE	PI
Unidades de conservação	X		X	X	X
Ações de educação ambiental					X
Ações de combate e redução do desmatamento					X
Programa de proteção de mananciais de abastecimento público					X
Política municipal de meio ambiente					X
Controle por fontes de poluição					X
Política de controle do uso do solo					X
Plano municipal de saneamento	X				
Plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos				X	X
Estrutura operacional para gestão de resíduos sólidos		X			
Coleta de resíduos sólidos					X
Coleta seletiva		X			X
Ações de inclusão de cooperativas e associações de catadores	X				X
Ponto de entrega voluntária de resíduos recicláveis					X
Reciclagem					X
Compostagem				X	X
Coleta e tratamento de resíduos da saúde					X
Disposição final adequada em aterros sanitários	X	X		X	X

Fonte: CNM (2023) com adaptações.

de ações ocorridas dentro dos recortes temporal e geográfico preestabelecidos, capazes de evidenciar os resultados conforme o objetivo proposto.

5 Síntese dos Resultados

Os dados da CNM (2023) demonstram a concentração de atenção dada a determinados critérios, bem como a distribuição por UF. No Quadro 2, é possível ver como os diferentes estados organizaram seus critérios de distribuição. Por meio dele, percebe-se que Ceará e Pernambuco possuem ações mais objetivas: Ceará tem todo o seu repasse concentrado na área de gestão de resíduos, enquanto Pernambuco também envolve a destinação para custeio de unidades de conser-

vação. Já o Piauí, embora tenha a maior amplitude de critérios, parece comprometer a destinação pela falta de objetividade, já que muitos critérios se relacionam, como coleta de resíduos sólidos, coleta seletiva, reciclagem, etc.

Os dados da CNM demonstram, ainda, uma tendência de aumento no enfoque para unidades de conservação e gerenciamento de resíduos sólidos, já que a instituição do ICMS Ecológico aumentou em relação ao pioneiro, o Paraná. Conforme ilustrado no Quadro 2, entre os estados com critérios direcionados a unidades de conservação, apenas o Ceará não opta pela sua implementação. Já em relação à predominância dos critérios de direcionamento para gerenciamento de resíduos, Ceará, Pernambuco e Piauí não lidam diretamente com o tema.

“A escolha justifica-se devido ao fato de que esses são os dados mais atuais sobre o tema e retratam as percepções e destinações do instrumento analisado. Tais relatórios apresentaram dados referentes ao repasse e ao IQM utilizado para determinação da elegibilidade e dos percentuais a serem aplicados.”

No entanto, tal conclusão fica comprometida, pois o Estado do Piauí utiliza muitos critérios relacionados a gerenciamento de resíduos que ficam difusos.

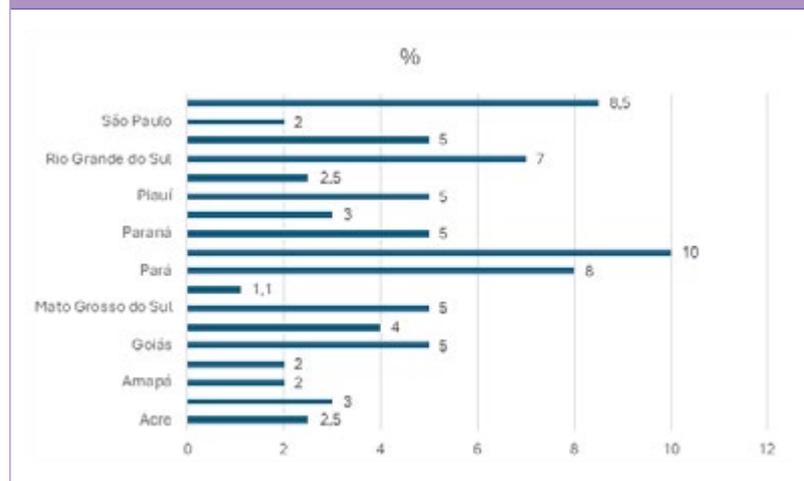
Silva Junior *et al.* (2016) chegaram à conclusão de que o ICMS Socioambiental em Pernambuco não necessariamente contribuiu para a expansão das unidades de conservação e o aumento das unidades de tratamento de resíduos, como demonstra o padrão histórico mais recente apontado pelos dados da CNM (2023). O estado possui uma lei que disciplina o ICMS Socioambiental (Lei n.º 13.368, de 2007) e um decreto regulamentador (Decreto n.º 33.797, de 19 de agosto de 2009).

O referido decreto determina o percentual de 1% para municípios que possuam unidades de conservação, com o índice de conservação do município como parâmetro, estabelecido a partir do que é definido pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Em contrapartida, o índice de 2% aplica-se a municípios com sistema de tratamento ou destinação final de resíduos, com,



Figura 2 – Critérios de repasse do ICMS Ecológico pelos estados nordestinos



Fonte: elaborado pelos autores (2024) com dados da CNM (2023).

no mínimo, a licença prévia do projeto aprovada, além de outros critérios estabelecidos em norma específica.

Souza (2023) oferece algumas recomendações importantes em relação à adaptação do ICMS Socioambiental em Pernambuco, baseadas em problemas identificados pelo autor na forma de cálculo da destinação, os quais podem gerar desigualdades. Por exemplo, o caso mais emblemático é a distribuição de recursos para municípios que apenas comprovem a geração de composto orgânico, sem necessariamente esti-

pular um parâmetro mínimo que garanta a efetividade da implementação do método – o que, na visão do autor, desconsidera o potencial efetivo de compostagem.

Outro ponto frágil citado e recomendado como melhoria é a aprovação de regras específicas para a remediação de áreas contaminadas por lixões desativados, bem como a implantação de áreas verdes em locais já descontaminados. Por fim, sugere-se o percentual de 2% destinado aos municípios, considerando os critérios previstos no Decreto n.º 33.797, de 2009.

O Estado da Paraíba definiu os critérios de repasse da cota de 10% do ICMS, na forma do ICMS Ecológico, para: (a) municípios que abriguem, parcial ou integralmente, uma ou mais unidades de conservação (municipal, estadual e federal), que corresponde a 5%; e (b) municípios que promovam o tratamento de, pelo menos, 50% do lixo domiciliar coletado no perímetro urbano. No entanto, a efetiva implementação no estado é limitada por embates políticos desde sua composição. Foram necessários dois projetos de lei para aprovação, e somente no segundo, que culminou na Lei n.º 9.600, de 2011, houve a aprovação.

No entanto, a lei recebeu veto integral do então governador e, depois, passou a ser questionada por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo estado. A ação foi acatada

pelo Tribunal de Justiça da Paraíba pelo fato de prever percentuais mínimos abaixo do estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Souza, 2014). Ademais, há um evidente erro de distribuição entre os artigos 1º (que prevê 75% para o estado e 25% para os municípios) e 2º (que prevê 70% para o estado e 30% para os municípios), ponto também questionado por Souza (2014). Até o momento, não houve regulamentação da referida lei e, aparentemente, há indisposição política para a implementação efetiva do ICMS Ecológico no estado.

No Ceará, o ICMS Ecológico é regulamentado a partir de dois decretos, instituídos a partir da Lei n.º 14.023, de 17 de dezembro de 2007, com 2%, e tem como parâmetro de repasse o Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), atualizado a cada dois anos pelo órgão estadual competente. O estado dispõe de um espaço para transparência dos dados de repasse no site da Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima (Sema) do Ceará, e demonstra uma evolução de 27% entre 2015 e 2019 (Figura 3), ano mais recente com dados disponíveis.

Pinheiro (2013) fez um estudo aprofundado sobre análise do

IQM e sua possível relação com a situação dos municípios cearenses a partir da instituição de sua utilização como critério de repasse do ICMS Ecológico. A autora constatou que, no período analisado (2009 a 2011), ou seja, após a implementação do tributo ambiental, não houve melhorias significativas, já que houve decréscimos muito superiores aos acréscimos no ranking geral do IQM. Ou seja, a instituição do tributo não refletiu, necessariamente, em uma melhoria, questão que precisa ser bem analisada, visto que depende de comparações com outros contextos e, principalmente, visa entender como funciona a base de cálculo.

Pelo exposto, fica evidente que o enfoque do Estado do Ceará para definição dos critérios de repasse da cota ambiental do ICMS é a gestão de resíduos sólidos. No entanto, a análise de Pinheiro (2013) demonstra discrepância entre os requisitos utilizados para calcular o repasse. Embora tenha havido avanço significativo no requisito I (implantação de estrutura operacional), o avanço nos requisitos III (implantação de coleta seletiva) e V (apresentação de licença de operação válida para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos) se demonstrou extremamente insuficiente.

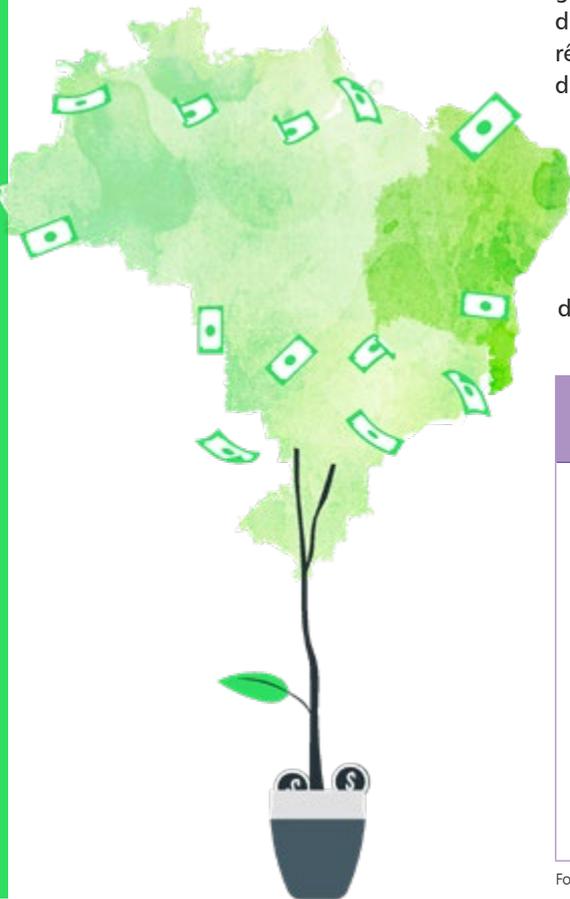
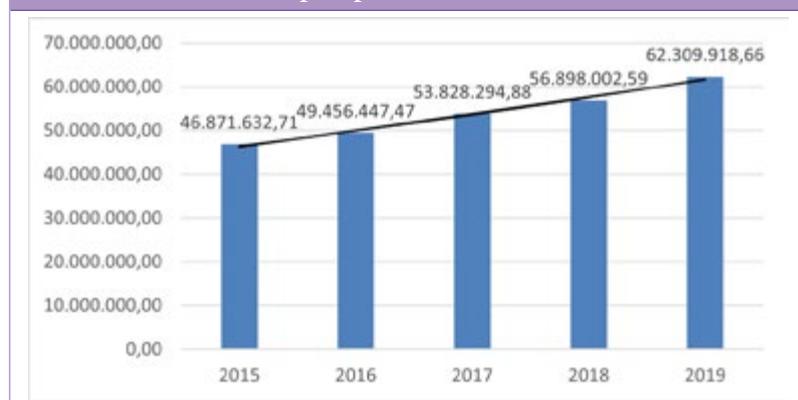


Figura 3 – Evolução dos repasses do ICMS Ecológico aos municípios pelo Estado do Ceará



Fonte: site da Sema – Ceará.

“Pelo exposto, fica evidente que o enfoque do Estado do Ceará para definição dos critérios de repasse da cota ambiental do ICMS é a gestão de resíduos sólidos. No entanto, a análise de Pinheiro (2013) demonstra discrepância entre os requisitos utilizados para calcular o repasse.”

O agravante desses dados é que tais requisitos são exatamente o mesmo escopo que o Estado do Ceará utiliza como critérios para repasse da cota do ICMS Ecológico aos municípios. Ou seja, a aplicabilidade do IQM tem uma lógica importante para demonstrar a inoperabilidade dos municípios nas questões ambientais, mesmo quando o benefício é concedido com base em determinado parâmetro – nesse caso, o IQM.

Em Alagoas, o instrumento foi instituído pela Lei n.º 8.234, de 10 de janeiro de 2020, a qual alterou a Lei n.º 5.981, de 19 de dezembro de 1997, que estabeleceu os critérios de apuração e prazos de repasse dos produtos de arrecadação de impostos no estado. O percentual de repasse é de 3%, baseado em critérios previstos no § 12 (1% para municípios com unidades de conservação – proporcional ao tamanho territorial; 1% para aqueles com coleta seletiva instituída e realizada por associações e cooperativas de catadores; 0,5% para os com disposição adequada de resíduos em aterros sanitários; 0,5% àqueles que possuem Plano Municipal de Saneamento).

Embora não tenha sido possível identificar estudos específicos acerca do ICMS Verde de Alagoas,

o estudo de Marques Júnior (2019) identificou, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a maioria dos municípios do semiárido alagoano apresentavam nível baixo e crítico de implementação de instrumentos de gestão ambiental, com 68,42% dispondo de, no máximo, cinco instrumentos de gestão ambiental. Aqui, percebe-se que a ausência de regulamentação do ICMS Verde pode contribuir para esse cenário de estagnação, já que não há contrapartidas financeiras estaduais que promovam ações efetivas na gestão ambiental local.

Por fim, no Piauí, o ICMS Ecológico foi instituído pela Lei n.º 5.813, de 3 de dezembro de 2008, posteriormente alterada pela Lei n.º 6.581, de 23 de setembro de 2014, e regulamentada pelo Decreto n.º 21.996, de 2023. A lei que instituiu o instrumento difere dos demais estados nordestinos pelo formato de apresentação, visto que utiliza a nomenclatura de “selo ambiental” para definir os municípios aptos a receberem os repasses dentro da cota pre-

vista. São três categorias: A – gestão ambiental de acordo com os padrões de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais; B – município que regulamentou pelo menos quatro providências das alíneas do inc. I, § 2º, do art. 1º da lei em questão; e C – município que regulamentou pelo menos três providências das alíneas do inc. I, § 2º, do art. 1º da lei em questão.



Embora o estado tenha regulamentado a lei em questão por meio do Decreto n.º 19.042, de 22 de junho de 2020, após protocolamento de ações junto ao Ministério Público do Piauí, foi necessário publicar o Decreto n.º 21.996, de 19 de abril de 2023, que traz um rol taxativo de ações, por tipo de critério de repasse, para que o município atinja determinada pontuação elegível ao selo ambiental. Não foi possível identificar algum tipo de estudo que tivesse como objeto o ICMS Ecológico no âmbito do estado, mas apenas alguns trabalhos pontuais sobre municípios específicos, que não abordam o tema, porém versam sobre o desempenho dos referidos municípios no concurso instituído para ter a certificação do selo ambiental.

Assim como observado no caso da Paraíba, a necessidade de intervenção do controle externo (no caso do Piauí, o Ministério Público do Piauí) demonstra a fragilidade da legislação, que utiliza parâmetros bastante subjetivos e excessivamente qualitativos para definir o repasse dos recursos.

6 Considerações Finais

Contribuições acadêmicas e científicas, principalmente como as de Sachs (2002) e Poker (2011), lançam luz sobre aspectos do desenvolvimento sustentável que vão além da definição clássica comumente utilizada na sociedade: a do relatório Nosso Futuro Comum, que enfoca um aspecto específico e um tanto eurocêntrico.

Nesta pesquisa, observou-se que as dimensões do desenvolvimento sustentável propostas por Sachs (2002) representam aquilo que se buscou na reivindicação pela implementação do ICMS Ecológico no Brasil: assegurar o bem-estar das populações e os recursos necessários à sua sobrevivência, ao passo que se



Quadro 3 – Categorias e subcategorias do “selo ambiental” – ICMS Ecológico do Piauí, instituídas originalmente pela Lei n.º 5.813, de 2008

Categoria A	Gestão ambiental de acordo com os padrões de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, aproximando-se do que seria ideal quanto ao abordado nas alíneas da referida lei, com efetivas providências para solução de, pelo menos, seis delas.
A	Ações de gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive lixo hospitalar – coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos – aterro sanitário, incineração, reciclagem e compostagem.
B	Ações efetivas de educação ambiental, na zona urbana e rural, em escolas e grupos da sociedade organizada.
C	Redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas – reflorestamento.
D	Redução do risco de queimadas; conservação do solo, da água e da biodiversidade.
E	Proteção de mananciais de abastecimento público.
F	Identificação de fontes de poluição atmosférica, sonora e visual, procurando minimizá-las.
G	Edificações irregulares – inadequação às normas de uso e ocupação do solo.
H	Disposições legais sobre unidades de conservação ambiental – comunidades indígenas, estações ecológicas, parques, reservas florestais, hortos florestais, áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, existentes no município.
I	Elaboração de legislação sobre a política municipal de meio ambiente, obedecidas as peculiaridades locais, respeitada a legislação federal e estadual sobre o assunto.
Categoria B	Em relação ao grupo da Categoria A, o município está caminhando para garantir uma gestão ambiental adequada, visto que já regulamentou e colocou em funcionamento pelo menos quatro das providências previstas na lei, mas ainda existem problemas a serem solucionados.
Categoria C	O município começou a implantar uma política ambiental adequada, que garanta seu desenvolvimento sustentável; apenas três providências previstas na lei já mereceram atenção municipal.

Fonte: site da Sema – Ceará.

avança no desenvolvimento tecnológico e econômico, respeitando sempre os limites e as capacidades de recuperação da natureza.

Por outro lado, a tributação ambiental atende ao que Poker (2011) critica como enfoque nas necessidades, sobretudo de modelos de sociedades avançadas e que ditaram o crescimento de países colonizados.

Quando a tributação assume a característica extrafiscal que a concepção do ICMS Ecológico traz, percebe-se um avanço rumo a um modelo de gestão pública, especialmente a gestão ambiental, mais

equitativo, mas ainda bastante distante do ponto ideal em que não exista pobreza extrema, desigualdade social marcante e exacerbação dos recursos naturais. Ou seja, a extrafiscalidade atua como uma força que muda o foco das necessidades individuais e padronizadas para a busca pelo bem-estar coletivo, a responsabilização dos custos de produção, especialmente as externalidades negativas e a socialização dos bens, das inovações tecnológicas e do conhecimento gerado nos processos complexos que envolvem o desenvolvimento sustentável.

Assim, aos poucos, observa-se uma evolução no sentido do que Falcão e Limeira (2016) destacam sobre a mudança de paradigma da tributação para uma perspectiva intervencionista de alocação, redistribuição e estabilização.

Nessa conjuntura, evidencia-se que a instituição do ICMS Ecológico nos estados abordados neste estudo, mesmo com as inúmeras limitações e indefinições, atua conforme defendem Cãnepa e Pereira (2002). Por um lado, incita a mudança nos padrões de produção (caso das mudanças estruturais na gestão de resíduos sólidos favorecida com os critérios de distribuição do ICMS no Ceará e em Pernambuco, por exemplo). Por outro lado, promove o financiamento dessas mudanças exatamente a partir daqueles que promovem a exploração dos recursos naturais e geram externalidades negativas para a sociedade, sobretudo as parcelas mais pobres.

É o que Nusdeo (2012) definiu como custo de oportunidade, já que o pagamento, em forma monetária, realizado pelos exploradores de bens naturais e respectivos serviços ecossistêmicos, conflui para o financiamento de ações de proteção das comunidades, na teoria.

No entanto, os resultados demonstram que a prática se mostra ainda bastante deficiente e que, embora haja previsão legal para os investimentos, a ausência de normativa nacional que defina os fundamentos para a instituição e avaliação dos critérios de repasse abre brechas para desvirtuação dos recursos empregados. É o caso da gestão de resíduos urbanos, critério utilizado por Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

O estudo de Pinheiro (2013) demonstra que, apesar de o Ceará dispor de um parâmetro robusto como o IQM, os resultados dos municípios em ações práticas de gestão de re-

síduos (controle, remediação e recuperação de áreas degradadas, coleta seletiva, implementação de aterros sanitários) são pífios e extremamente negativos. Uma possível explicação pode ser a canalização dos recursos para a produção de planos de gestão integrada, elaborados por conglomerados específicos de empresas e que muitas vezes não refletem a realidade do território que se planeja. É um exemplo claro de que o financiamento nem sempre, ou na maioria dos casos, não beneficia a sociedade de forma equânime.

Por fim, respondendo à pergunta de pesquisa, percebe-se uma tendência a ações de conservação da biodiversidade, mediante o foco de investimentos em áreas protegidas (sobretudo unidades de conservação) e na melhoria e modernização da gestão de resíduos urbanos dos municípios beneficiados.

Nota-se, ainda, que o processo político influencia muito a consecução dos objetivos propostos na essência do ICMS Ecológico. Embora o estado da Paraíba tenha instituído o maior valor percentual de todos os estados brasileiros (10%), a realidade é bastante depreciativa, já que a regulamentação da lei nunca aconteceu, e houve imbróglios que levaram à estagnação do tributo no estado, que é destinado integralmente para a gestão de unidades de conservação.

Por outro lado, casos como Ceará, mesmo com resultados negativos na efetividade da gestão de resíduos, estabeleceram parâmetros promissores para avaliação, que podem refletir em consideráveis melhorias na gestão ambiental dos municípios beneficiários a longo prazo. Portanto, faz sentido a crítica de Brito e Marques (2021) acerca da excessiva parametrização quantitativa para aferir os resultados da implementação do ICMS Ecológico.

Em termos de extrafiscalidade, constata-se que a ausência de dados e informações robustas e comparáveis entre os estados analisados ainda é um fator bastante limitante para compreender o impacto do ICMS Ecológico, sobretudo se seu efeito é predominantemente arrecadatário ou extrafiscal, ou, na linguagem jurídica, um tributo *stricto* ou *lato sensu*.

Os dados da CNM (2023), por si só, não demonstram qual direção a institucionalização do tributo tem tomado. Obviamente, é preciso analisar a questão de forma balanceada, pois o caso do Piauí demonstra como o enfoque em avaliação qualitativa pode ser prejudicial aos fins da proposta deste tipo de instrumento, ao ponto de haver necessidade de ação do controle externo da gestão pública (no caso em tela, o Ministério Público). Assim, considera-se, para fins deste estudo, que a concepção de uma normativa nacional, mesmo que recomendatória, é o passo inicial para alinhamento das iniciativas já em curso nos estados brasileiros.

Trata-se de um instrumento ainda novo, em fase de testes, e que tende a lidar, cada vez mais, com a influência das reivindicações sociais, tanto da sociedade civil como das organizações, sobretudo com o avanço da ESG nas empresas.



Referências

ALAGOAS. Lei n.º 8.234, de 10 de janeiro de 2020. *Altera a Lei estadual n.º 5.981, de 19 de dezembro de 1997, que consolida os critérios de apuração, define os prazos de entrega das parcelas do produto da arrecadação dos impostos que menciona e das transferências, asseguradas aos municípios alagoanos, e dá outras providências*. Estado de Alagoas – Gabinete do Governador. Maceió, 2020. Disponível em: https://sapl.al.al.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/1779/lei_no_8.234_de_10_de_janeiro_de_2020_1.pdf. Acesso em: mai. 2024.

AYDOS, Elena de Lemos Pinto. *Tributação ambiental no Brasil: fundamentos e perspectivas*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito. Curitiba, 2010.

BRITO, R. de O.; MARQUES, C. F. Pagamento por Serviços Ambientais: uma análise do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 49, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/727>. Acesso em: abr. 2024.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂNEPA, Eugenio Miguel; PEREIRA, Jaido Santos. O princípio poluidor pagador: uma aplicação de tarifas incitativas múltiplas à Bacia do Rio dos Sinos no RS. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 151-178, set. 2002. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1394/1757>. Acesso em: abr. 2024.

CEARÁ. Lei n.º 14.023, de 17 de dezembro de 2007. *Modifica dispositivos da Lei n.º 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências*. Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza, 2007.

CHAVES, M. do P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Interações* (Campo Grande), v. 8, n. 13, p. 99–106, set. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122006000200011> Acesso em: jun. 2024.

COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). *Our Common Future – Brundtland Report*. (1987). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/139811> Acesso em: mai. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Nota técnica n.º 11/2023*. 2023. Disponível em: https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Notas_tecnicas/202310_NT112023_MAMB_ICMS_Ecologico.pdf?t=1696860240#:~:text=No%20Estado%20do%20Cear%C3%A1%2C%20o,educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20sa%C3%BAde%20e%20meio%20ambiente. Acesso em: mai. 2024.

FALCÃO, Maurin Almeida; LIMEIRA, Regina do Vale Almeida. A tributação sustentável em face dos direitos do contribuinte. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 69, pp. 415 - 439, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1794>. Acesso em: jun. 2024.

FARIAS, Talden; COUTINHO, Francisco Seráfico da Nóbrega; MELO, Geórgia Karênia. *Direito Ambiental*. 3ª ed., Editora JusPodvím, 2015.

MARQUES JÚNIOR, Eles Calheiros. *Instrumento de gestão ambiental nos municípios do semiárido do estado de Alagoas*. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia e Administração. Maceió, 2019.

MOTTA, R. S. da; OLIVEIRA, J. M. D. de; MARGULIS, S. *Proposta de tributação ambiental na atual reforma tributária brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2000. (Texto para Discussão, n. 738).

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. *Pagamento por Serviços Ambientais – Sustentabilidade e Disciplina Jurídica*. São Paulo: Atlas, 2012.

PARAÍBA. *Lei n.º 9.600, de 21 de dezembro de 2011*. Disciplina a participação dos municípios na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias – ICMS, mediante repasse ecológico, e dá outras providências. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba, 2011.

PERNAMBUCO. *Decreto n.º 33.797, de 19 de agosto de 2009*. Regulamenta a Lei n.º 13.368, de 14 de dezembro de 2007, que modifica a Lei n.º 10.489, de 2 de outubro de 1990, e alterações, e dispõe sobre os critérios socioambientais de distribuição do ICMS entre os municípios do Estado de Pernambuco. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2009.

_____. *Lei n.º 11.899, de 21 de dezembro de 2000*. Redefine os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios, de que trata o art. 2º da Lei n.º 10.489, de 2 de outubro de 1990, considerando aspectos socioambientais, e dá outras providências. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2009.

PIAUI. *Decreto n.º 19.042, de 22 de junho de 2020*. Dispõe sobre o procedimento para certificação no Selo Ambiental aos municípios, conforme a Lei Ordinária n.º 5.813/2008 (Lei do ICMS Ecológico) e revoga os Decretos n.º 14.681/2012 e n.º 16.445/2016. Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina, 2008.

_____. *Decreto n.º 21.996, de 19 de abril de 2023*. Altera o Decreto Estadual n.º 19.042, de 22 de junho de 2020, que dispõe sobre o procedimento para certificação no Selo Ambiental aos municípios conforme a Lei Ordinária n.º 5.813, de 3 de dezembro de 2008 (Lei do ICMS Ecológico). Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina, 2023.

_____. *Lei Ordinária n.º 5.813, de 03 de dezembro de 2008*. Cria o ICMS ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina, 2008.

PINHEIRO, Ana Beatriz Lima Nogueira. *O ICMS ecológico no Ceará: análise crítica e comparada*. Monografia (graduação). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito. Fortaleza, 2013.

POKER, José Geraldo A. B. A crise ambiental e limites da proposta de desenvolvimento sustentável. In: *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti, organizadora. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 65–92, 2012.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Ver referência de 2002

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Ceará. *Informativo sobre os repasses mensais do IQM (2% do ICMS)*. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/indice-municipal-de-qualidade-do-meio-ambiente-iqm-2/informativo-sobre-os-repasses-mensais-do-iqm-2-do-icms/>. Acesso em: abr. 2024.

SOUZA, Deyvison Luiz Andrade de. *Proposta metodológica para a distribuição dos recursos do ICMS Socioambiental da parcela de resíduos sólidos em Pernambuco*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/51830/1/TESE%20Deyvison%20Luiz%20Andrade%20de%20Souza.pdf> Acesso em: mai. 2024.

SOUZA, Simone Porfírio de. *Análise da lei 9.600/2011 que institui o ICMS ecológico a ser implantado na Paraíba*. In: *Direito ambiental V [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Angela Issa Haonat, Elcio Nacur Rezende, Edson Ricardo Saleme*. – Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=240> Acesso em: mai. 2024.

THE WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks Report 2023*. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2023/> Acesso em: abr. 2024.
